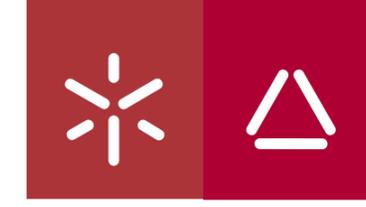




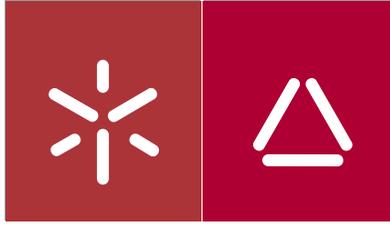
Sofia Isabel Correia Ferreira

**Um edifício notável: o interesse cultural,  
patrimonial e turístico do Palácio do Raio**

**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais







**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Sofia Isabel Correia Ferreira

**Um edifício notável: o interesse cultural,  
patrimonial e turístico do Palácio do Raio**

Relatório de Estágio  
Mestrado em Património Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Alexandra Patrícia Lopes Esteves**  
**Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo**



## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença [abaixo](#) indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações  
CC BY-NC-ND

## **Agradecimentos**

Primeiramente gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Alexandra Esteves, que me encaminhou, apoiou e aconselhou desde a fase inicial do estágio curricular até à redação deste projeto. Agradeço, igualmente, à minha coorientadora, Professora Maria Marta Lobo de Araújo, pela sua orientação e atenção. A ambas agradeço a disponibilidade, incentivo e acompanhamento durante este período.

Um agradecimento especial ao Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Dr. Bernardo Reis, pela sua atenção e simpatia, e à diretora do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, Doutora Manuela Machado, pelo acompanhamento e apoio durante o estágio curricular e ainda pela sua disponibilidade para conhecer as atividades desenvolvidas no âmbito do mesmo.

Uma palavra de agradecimento à equipa do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, que me acolheu como parte dela desde o princípio e por todo o carinho, ajuda e incentivo.

Aos meus pais, ao meu irmão e a toda a minha família, um profundo agradecimento pelo apoio incondicional, encorajamento e compreensão ao longo de todo o meu percurso académico.

Agradeço ainda aos meus amigos, que sempre me acompanharam durante estes anos, obrigada pela ajuda, confiança incondicional e pela paciência em todos os momentos.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## Resumo

### **Um edifício notável: o interesse cultural, patrimonial e turístico do Palácio do Raio**

O Património Cultural está intrinsecamente ligado aos conceitos de identidade e memória, sendo fulcral a sua preservação, valorização e divulgação como característica identitária de um determinado local, sendo muito relevante a salvaguarda das suas características diferenciadoras.

Atualmente, as questões relacionadas com o Património assumem particular importância, relembrando o interesse da sua conservação e divulgação, estabelecendo-se, deste modo, uma relação próxima com as novas tecnologias de informação e comunicação, devido à necessidade de adaptação à constante evolução da sociedade.

Neste trabalho salienta-se o papel de relevo da Santa Casa da Misericórdia de Braga na cidade. A importância e reconhecimento da instituição em Braga justifica-se devido ao desenvolvimento de inúmeras ações na área social e, principalmente, à sua forte e distinta atividade cultural.

A Misericórdia de Braga é detentora de um vasto património que foi acumulando ao longo dos mais de 500 anos da sua existência, salientando-se, neste projeto a relevância do Palácio do Raio, importante ponto de atração na cidade. Foi instalado neste edifício, após profundas obras de restauro e requalificação, o Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, inaugurado a 28 de dezembro de 2015, no qual podemos conhecer parte do espólio da Instituição, preservando e promovendo o seu património histórico, artístico e cultural.

A análise do interesse cultural, patrimonial e turístico do Palácio do Raio é de extrema pertinência para o conhecimento e compreensão do seu impacto no turismo de Braga, evidenciando-se, também, o seu papel identitário, uma vez que é um dos mais notáveis edifícios do barroco da cidade.

**Palavras-chave:** Cultura, Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, Património, Turismo.

## Abstract

### **A remarkable building: the cultural, patrimonial and tourist interest of *Palácio do Raio***

Cultural Heritage is intrinsically linked to the concept of identity and memory. This fact makes its preservation, valorisation and dissemination crucial as an identity characteristic of a given place, making it very important to safeguard its differentiating characteristics.

Currently, issues related to Heritage are of particular importance, recalling the interest in its conservation, thus establishing a close relationship with the new technologies of information and communication, due to the need to adapt to the constant evolution of society.

In this work, the important role of the *Santa Casa da Misericórdia de Braga* in the city is highlighted. The importance and recognition of the institution in Braga is justified due to the development of numerous actions in the social area and, mainly, to its strong and distinct cultural activity.

*Misericórdia de Braga* holds a vast heritage that has been accumulating over the more than 500 years of its existence, highlighting, in this project, the relevance of the *Palácio do Raio*, an important point of attraction in the city. After extensive restoration and requalification works, the Interpretative Center for the Memories of *Misericórdia de Braga* was installed in this building, inaugurated on December 28, 2015, in which we can discover part of the Institution's assets, preserving and promoting its historical, artistic heritage, and cultural.

The analysis of its cultural, patrimonial and tourist interest in the *Palácio do Raio* is extremely relevant for the knowledge and understanding of its impact on tourism in Braga, also highlighting its identity role, since it is one of the most remarkable baroque building in the city.

**Keywords:** Culture, Interpretative Center for the Memories of *Misericórdia de Braga*, Heritage, Tourism.

## Índice

Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	v
Abstract.....	vi
Índice .....	vii
Introdução .....	1
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....	4
1. Objetivos.....	4
2. Metodologia de investigação .....	5
3. Estado da Arte .....	6
CAPÍTULO II: AS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS.....	9
1. Das origens aos dias de hoje. Breve apontamento .....	9
CAPÍTULO III: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGA .....	27
1. Surgimento e consolidação da Misericórdia de Braga .....	27
2. Práticas de caridade exercidas na Misericórdia de Braga: breve apontamento ...	36
2.1. A assistência material .....	36
2.1.1. A concessão de esmolas e a assistência aos pobres e peregrinos.....	36
2.1.2. Assistência aos presos e cativos .....	37
2.1.3. Assistir a doença.....	38
2.1.4. Assistência a crianças.....	39
2.1.5. Assistência feminina .....	40
2.2. Assistência espiritual .....	41
3. Áreas de atuação da Misericórdia de Braga na atualidade .....	43
CAPÍTULO IV: PATRIMÓNIO CULTURAL E AS NOVAS TECNOLOGIAS .....	45
1. O valor do Património Cultural .....	45
2. Preservação e valorização do Património Cultural através das novas tecnologias	
49	

CAPÍTULO V: CENTRO INTERPRETATIVO DAS MEMÓRIAS DA MISERICÓRDIA DE BRAGA .....	52
1. Dos primórdios até Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga: breve resumo .....	52
2. Atividades elaboradas durante o estágio curricular .....	53
2.1. Tarefas propostas.....	53
2.1.1. Roteiro turístico “Caminhos da Misericórdia” .....	54
2.1.2. Vídeo promocional .....	72
2.2. Ações de divulgação.....	72
2.2.1. Site “Caminhos da Misericórdia” .....	72
2.2.2. Prospetos.....	73
2.3. Ações culturais .....	73
2.3.1. Visitas guiadas.....	73
2.3.2. Contribuições para as newsletters e redes sociais .....	74
Conclusão .....	75
Bibliografia.....	77
Anexos .....	84

## **Introdução**

Inicialmente conhecido como Casa dos Granjinhos, a construção do Palácio do Raio remonta a 1752-54, quando João Duarte de Faria e Silva, rico comerciante bracarense, Familiar do Santo Ofício e cavaleiro da Ordem de Cristo, encomendou a obra do edifício ao ilustre arquiteto André Soares.

João Duarte Faria e Silva, como o intuito de consolidar o seu estatuto, procede à compra de um edifício, numa zona ainda pouco urbanizada, que foi posteriormente demolido, de forma a poder iniciar a edificação do palacete. O edifício mantém-se na posse dos herdeiros de João Duarte de Faria e Silva, até 1853, quando muda de proprietário.

Miguel José Raio, cavaleiro da Ordem de Cristo do Brasil, Comendador das Ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e Visconde de São Lázaro, era detentor de uma enorme fortuna feita no Brasil, deste modo, quando regressou à cidade de Braga decidiu efetuar uma série de investimentos, tendo um deles sido a aquisição do palacete de João Duarte de Faria e Silva. Este proprietário foi o responsável pela execução de diversas modificações, quer no edifício, como também no traçado da cidade, devendo-se também a Miguel José Raio a designação de Palácio do Raio.

O Visconde de São Lázaro, último proprietário privado do Palácio do Raio, morreu repentinamente a 14 de agosto de 1875 e, após o seu falecimento, o imóvel foi entregue ao Banco do Minho para pagamento de dívidas, entretanto contraídas.

Por se localizar junto ao Hospital de São Marcos, a Santa Casa da Misericórdia de Braga adquiriu o edifício, em 1884, instalando neste local alguns dos serviços do mesmo hospital. O desempenho de atividades hospitalares no Palácio do Raio prolongou-se até 1974, ano em que o hospital foi intervencionado pelo Estado.

Em 2012, retornou à posse da Misericórdia de Braga, procedendo-se a profundas obras de reabilitação e restauro, devido ao avançado estado de deterioração em que se encontrava. Após o seu restauro completo, o Palácio do Raio abriu ao público, em 2015, como Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, onde podemos observar parte do espólio desta confraria e conhecer um pouco da sua história e dos serviços que foi prestando ao longo de mais de 500 anos de existência.

O Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga desempenha um papel de destaque na área da cultura na cidade e da região. Neste espaço, para além da sua exposição permanente, são realizadas exposições temporárias, congressos, colóquios,

seminários, conferências, lançamentos de livros, cursos breves, entre muitas outras atividades.

Com mais de 250 anos de história, o Palácio do Raio serviu vários propósitos ao longo da sua existência. Inicialmente construído para ser uma casa residencial, acolheu, posteriormente, alguns dos serviços pertencentes ao Hospital de São Marcos, desempenhando, atualmente, uma função cultural de relevo na cidade de Braga e na região.

Sendo este trabalho realizado no âmbito da conclusão do Mestrado em Património Cultural, é evidenciada a nossa preocupação de sublinhar a vertente cultural da Santa Casa da Misericórdia de Braga, concentrando-se o estudo e a pesquisa no seu património cultural edificado. Apesar do estágio curricular ter sido realizado no Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga<sup>1</sup>, tive a oportunidade de conhecer o restante património edificado da Instituição, tendo desenvolvido atividades que incluíam igualmente a Igreja da Misericórdia, a Igreja do Hospital de São Marcos, a Capela de São Bentinho e a ala da Misericórdia de Braga, localizada no Cemitério de Monte D'Arcos.

O estágio curricular realizado no Centro Interpretativo da Memórias da Misericórdia de Braga teve como principal objetivo conhecer melhor a instituição, compreender o seu papel de destaque na área da cultura e do património cultural em Braga, bem como o seu impacto a nível turístico na cidade.

Primeiramente, foi essencial proceder à recolha e leitura de bibliografia relativamente ao Palácio do Raio, de forma a poder conhecer a sua história e compreender todas as modificações e transformações que foi sofrendo ao longo da sua existência, permitindo-me, assim, entender o seu posicionamento e função atual.

Além da análise das diferentes fases e características do edifício, foi igualmente necessário estudar a Misericórdia de Braga desde os seus primórdios até aos dias de hoje, inserindo-a num contexto mais alargado de surgimento, afirmação e consolidação destas confrarias. Esta Instituição quinhentista desempenhou um papel muito relevante na cidade, tendo exercido inúmeras atividades ligadas, sobretudo, à assistência dos pobres, destacando-se ainda as suas ações realizadas no âmbito religioso.

O estudo Santa Casa da Misericórdia de Braga, bem como do Palácio do Raio foi fundamental durante o estágio curricular e na redação do relatório de estágio, uma vez que só assim podemos entender a relação da Instituição com a história do edifício. O

---

<sup>1</sup> Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, doravante CIMMB.

entendimento desta ligação possibilita uma melhor perceção da atual função do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, no qual encontramos parte do espólio pertencente à Misericórdia de Braga, salientando-se diversas atividades praticadas pela Instituição desde a sua fundação, talvez em 1513.

Durante o estágio curricular prestei apoio no funcionamento do CIMMB nas diversas atividades desenvolvidas, o que me permitiu obter uma melhor perceção do mundo do trabalho, contactar com as áreas do património cultural e do turismo, possibilitando, ainda, interagir com os visitantes, tanto nacionais como internacionais, melhorando as minhas competências de comunicação e o conhecimento de línguas estrangeiras.

O envolvimento e participação nas diferentes iniciativas organizadas pela Santa Casa da Misericórdia de Braga proporcionou-me um melhor entendimento no que diz respeito à relação entre as atividades realizadas pela Instituição e o número de visitantes recebidos no CIMMB. Para além disto, é ainda fundamental ter em conta as celebrações e festividades concretizadas na cidade quando abordamos esta questão, uma vez que verifica que estas comemorações possuem uma relação direta com o incremento do número de entradas no museu.

A par da execução das tarefas a que me tinha proposto, realizei diversas atividades que me foram sendo solicitadas no decorrer do estágio curricular, tendo estas consistido essencialmente em contribuições para as newsletters mensais, publicações para as redes sociais e realização de cartazes.

De facto, este notável edifício do estilo barroco joanino assume um lugar de destaque na cidade, desempenhando um papel muito relevante no turismo de Braga, o que tornou pertinente para nós a análise e compreensão do seu posicionamento em termos turísticos e culturais.

## CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

### 1. Objetivos

No ano de 2015, o Palácio do Raio abriu ao visitante como Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, podendo nele observar-se a história multissecular da Santa Casa da cidade. Encontramos arte sacra, escultura, pintura, cerâmica, bens hospitalares e documentação arquivística, estando o acervo da exposição permanente apresentado de forma dinâmica e interativa, permitindo, assim, contemplar a relevância tanto arquitetónica como artística de todo o edifício.

A partir da realização do estágio, pretendi compreender o funcionamento da instituição, entender quais são as atividades realizadas regularmente e aquelas que são executadas em momentos mais específicos, entendendo também os métodos seguidos de modo a que a instituição tenha um bom funcionamento.

Considerarei também relevante analisar o impacto do Palácio do Raio no turismo da cidade de Braga, isto é, perceber se é muito procurado pelos visitantes ao longo do ano, se possui algum destaque nos *sites* que promovem não só o turismo como também o património cultural de Braga e compreender se as atividades que nele são desenvolvidas têm influência no número de visitantes recebidos pela instituição.

Em termos mais específicos, desenvolvi um roteiro turístico com o património da Misericórdia de Braga visitável, incluindo neste a componente cemiterial (turismo cemiterial), vertente cada vez mais fomentada e desenvolvida. Ao desenvolver esta atividade, tive a oportunidade de conhecer, de uma forma mais aprofundada e completa, o património da Misericórdia, podendo entender de que modo determinadas instituições foram incluídas como parte deste património, de que forma se foram desenvolvendo e modificando ao longo dos tempos e, por fim, perceber quais são as mais relevantes e aquelas que ainda não possuem o devido reconhecimento pela comunidade em geral.

Paralelamente a esta atividade, prestei dar apoio no funcionamento do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, colaborando nas mais diversas atividades que nele foram ser realizadas. Esta parte prática do estágio, no meu ponto de vista, foi muito importante para este projeto, na medida em que tive a oportunidade de compreender a dinâmica da instituição e a forma como esta é gerida, uma vez que me permitiu obter uma perceção diferente do funcionamento da mesma.

## **2. Metodologia de investigação**

Numa primeira fase, realizei uma pesquisa bibliográfica de modo a obter conhecimentos relativamente ao Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga - Palácio do Raio - e à Santa Casa da Misericórdia de Braga. Seguidamente, procedi à leitura de algumas fontes para adquirir informações essenciais no que diz respeito à instituição, informação fundamental neste momento inicial.

Nesta etapa, planifiquei todas as atividades que pretendia concretizar no decorrer do estágio e os pontos que pretendia abordar no relatório de estágio, especificando todas as tarefas a executar de forma a ter todo o processo estruturado.

Para além disto, reuni com a orientadora, Professora Alexandra Esteves, e coorientadora, Professora Marta Lobo, para que fosse estruturado o relatório de estágio e determinadas temáticas a abordar.

No trabalho inicial de gabinete foram estabelecidas, com a Diretora do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, Doutora Manuela Machado, todas as atividades que iria concretizar durante o estágio curricular, bem como as funções que iria desempenhar ao longo deste período.

O trabalho de campo propriamente dito correspondeu ao estágio curricular realizado no Centro Interpretativo Memórias da Misericórdia de Braga. Nesta fase prestei apoio no funcionamento do CIMMB, cooperei nas atividades que foram desenvolvidas e realizei diversas tarefas que me foram solicitadas.

Durante esse período, também desenvolvi um Roteiro Turístico sobre o património da Misericórdia de Braga, envolvendo igualmente a componente cemiterial que tem vindo a ser cada vez mais desenvolvida e fomentada.

Para além da construção de um roteiro sobre o património da Misericórdia de Braga visitável, elaborei um guião com a informação mais relevante de cada local, servindo este de base para futuras visitas guiadas, e criei um vídeo promocional para a roteiro elaborado. Esta parte do projeto teve início neste estágio do trabalho de campo, no entanto, teve continuação na fase seguinte, isto é, na etapa de trabalho avançado de gabinete.

Nesta fase final, aprofundi e analisei de forma mais exaustiva a bibliografia recolhida inicialmente, de forma a consolidar todas as informações relativamente à instituição e ao seu vasto património.

Neste trabalho avançado de gabinete, fiz uma interpretação de todos os conhecimentos obtidos através das diversas fontes estudadas, de modo a organizar, de forma mais eficaz e coerente o relatório de estágio.

Esta etapa final correspondeu à redação do relatório de estágio, no qual foram descritas todas as etapas do estágio curricular, desde a sua planificação até à sua execução, incluindo todas as informações recolhidas através da bibliografia e por meio do estágio.

Foram ainda concretizadas reuniões com a orientadora para esclarecimento de dúvidas referentes à produção escrita e à estrutura do relatório.

### **3. Estado da Arte**

De modo a sustentar toda a investigação, recorreu-se a um conjunto de fontes e referências bibliográficas, indispensáveis para a execução do trabalho e para a fundamentação da informação utilizada.

Para obter informações relativamente à história e às características específicas do Palácio do Raio, destacam-se as seguintes obras: Bernardo Reis, *Palácio do Raio. Um olhar sobre a sua reabilitação*. Esta obra terá de ser analisada com mais detalhe e atenção, contudo, creio que será importante estudá-la para melhor compreender a reabilitação da instituição; Miguel Montez Leal, *A Pintura Decorativa do Palácio do Raio em Braga*. Ao longo deste trabalho, é apresentada a encomenda do Palácio do Raio, analisa-se tanto a sua pintura decorativa como os diversos exemplos de pintura de paisagem, heráldica e de ornatos que encontramos no edifício, sendo também avaliado o impacto que teve na época na cidade de Braga; consideramos ainda relevante destacar a consulta, exaustiva, do *site* da Direção-Geral do Património Cultural. No *site* da DGPC podemos encontrar diversas informações relativas à fachada rocaillé e à escadaria do Palácio do Raio, dando a conhecer a sua localização, a categoria que integra e outras características pertinentes. Para além disso, é fornecida ao visitante uma pequena nota histórico-artística e a respetiva bibliografia utilizada para a sustentação da mesma.

No que concerne ao estudo da história da Santa Casa da Misericórdia de Braga e do seu património, salientam-se as seguintes obras: José Viriato Capela e Maria Marta Lobo de Araújo, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*. Esta obra possibilita o conhecimento das distintas fases que a Misericórdia conheceu ao longo dos tempos. Permite-nos entender um pouco a sociedade bracarense e o modo como esta se reflete na

Misericórdia, compreendendo também o papel do Hospital de São Marcos durante o seu período de funcionamento; Maria de Fátima Castro, *A Misericórdia de Braga: assistência material e espiritual: das origens a cerca de 1910*. No referido livro são abordadas todas as obras de assistência, tanto materiais como assistenciais, praticadas pela Misericórdia de Braga ao longo da sua existência. Maria Marta Lobo de Araújo, *A intemporalidade da Misericórdia: as Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*; Maria Marta Lobo de Araújo, *A Misericórdia de Braga: assistência material e espiritual: uma obra que se apresenta*; Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna*; Maria Marta Lobo de Araújo, *Os benfeitores de pobres nas Misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII)*. As obras referidas são muito relevantes no que concerne à temática da Misericórdia de Braga uma vez que as informações retiradas das mesmas nos permitem uma melhor perceção deste assunto, sendo a sua análise e compreensão essencial.

Destaca-se também o relatório de estágio de Tânia Filipa Monteiro Pereira, *A preservação e valorização do património arquivístico da Misericórdia de Braga*. Neste relatório é efetuado um estudo relativamente às Misericórdias Portuguesas no Período Moderno, contextualizando o seu surgimento e consolidação, analisando a sua gestão e administração interna, estudando também outros pontos fulcrais deste período.

A criação de um roteiro com o património da Misericórdia de Braga no âmbito deste projeto leva a que seja fundamental analisar bastante bibliografia relativamente a esta temática. É importante estudar a forma como este património foi evoluindo ao longo dos anos, que influência teve na cidade de Braga e que funções cumpre na atualidade. Priorizam-se as seguintes obras: Maria de Fátima Castro, *Construção, conservação e ampliação de edifícios da Santa Casa da Misericórdia de Braga: da 2ª metade do século XVI à 1ª década do século XX*. Esta obra é bastante relevante porque permite analisar comparativamente as alterações efetuadas durante esse período, perceber que construções foram realizadas e ampliadas nesses anos, bem como entender as medidas tomadas para a conservação dos edifícios; José Francisco Ferreira Queiroz, *O (s) cemitério (s) da Misericórdia de Braga*. São tratados os dois cemitérios que a Misericórdia de Braga possuiu no século XIX, sendo realizado um enquadramento histórico e artístico, estudadas as características de ambos e os monumentos tumulares que aí existiam; Cónego António da Silva Macedo, *A Igreja de S. João Marcos do Hospital.*; Cónego António da Silva Macedo, *Igreja da Misericórdia: História Breve.*; Cónego António da Silva Macedo, *S. Bento do Hospital*. Nestas obras são analisados ao pormenor os edifícios

em questão, contextualiza-se o seu surgimento e referem-se todas as modificações que se foram efetuando nos mesmos.

## **CAPÍTULO II: AS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS**

### **1. Das origens aos dias de hoje. Breve apontamento**

As primeiras Misericórdias portuguesas surgiram durante o reinado de D. Manuel I, sendo coroadas com diversos privilégios, dados principalmente pelo citado monarca, mas também pelo seu filho, o rei D. João III. Estes benefícios desempenharam um papel fundamental na afirmação e consolidação destas confrarias.

A fundação da primeira Misericórdia ocorreu na capela de Nossa Senhora de Piedade, na Sé catedral de Lisboa, em Agosto de 1498, devendo-se a sua fundação à Rainha D. Leonor. Esta foi criada no período da sua regência, no decorrer do reinado do seu irmão, o rei D. Manuel I, a quem cabia exercer o seu poder político de forma a espalhar e fazer desenvolver estas confrarias (Lopes, 2015).

Depois de fundada a de Lisboa, o movimento expansionista foi enorme, como se comprova através dos diversos volumes do *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*.

O facto de se encontrarem sob proteção régia, trouxe inúmeras vantagens às Misericórdias. Os privilégios concedidos pelos reis D. Manuel I e D. João III, posicionavam-nas num lugar de superioridade em relação às Confrarias locais, pois conferiam-lhes vantagens perante outras instituições (Sá, 2001). Muito privilegiadas, estas instituições gozavam da prerrogativa de escreverem diretamente ao monarca, o que as distanciava e colocava num patamar superior em termos locais.

A concessão de esmolas de D. Manuel I consistiu numa outra forma de apoio. As receitas das Santas Casas contavam ainda com a ação dos mamposteiros, que recolhiam esmolas na comunidade para a confraria poder distribuir. Para melhor e maior benefício, em 1593, o monarca reduziu a capacidade de pedir de outras instituições, beneficiando as Misericórdias.

Os meios de financiamento das Misericórdias foram-se modificando no decurso da sua existência. Inicialmente, as Santas Casas subsistiam de esmolas, que eram recolhidas por mamposteiros, provenientes de legados régios de dinheiro e de diversificados donativos de géneros, como, por exemplo, entregas anuais de açúcar (Lopes, 2015), mas algumas recebiam ainda coimas provenientes do sistema judicial.

D. Manuel I foi ainda mais longe na proteção a estas instituições, legislando no setor das heranças. Os regimentos de hospitais, confrarias, gafarias, capelas associou-se ainda a outra legislação. Posteriormente, designou agentes para dirigir estas instituições,

solicitou vigilância aos seus oficiais, estabelecendo também que um por cento das rendas pertencentes à Coroa que fossem obtidas tanto no continente como no império se destinassem a obras pias (Sá & Paiva, 2004). Todas estas novas promulgações e alterações demonstram o grande esforço feito, por parte da Coroa, para estruturar a assistência de uma forma distinta.

A difusão das Misericórdias deveu-se ao grande incentivo do monarca D. Manuel I, responsável pela disseminação destas Confrarias por todo o reino e em algumas partes do império. Para isto, enviou cartas às vereações locais e a homens da sua confiança nas cidades e vilas mais importantes, de modo a encorajarem os líderes locais a instituí-las, persuadindo-os com a concessão de diversas regalias e privilégios. A origem das Misericórdias inclui “nas novas formas de espiritualidade e devoção que chamavam os leigos a viver a sua fé com obras, a intensificar o recurso à intercessão da Virgem Maria e à oração pelas almas do Purgatório” (Lopes, 2015, 3). Integradas no programa de reformas sociais, e principalmente da assistência, as Misericórdias constituíam uma forma de poder num período de construção do Estado Moderno.

Nos seus primórdios, as Misericórdias instalavam-se em igrejas já edificadas, ocupando muitas vezes igrejas matrizes ou capelas catedralícias nas cidades e vilas onde eram fundadas, como aconteceu em Lisboa, no Porto e em Braga. Esta prática deixou de ser frequente na segunda metade do século XVI, verificando-se que muitas destas instituições já possuíam igrejas e espaços próprios, nos quais realizavam atos de culto e procediam a enterramentos, o que se verificou também em Braga.

No decorrer do século XVI, foram também autorizadas a reunir e administrar os bens que recebiam por meio de testamentos, heranças e legados, servindo estes para sustentar os encargos que tinham (Pereira, 2015), mas ainda para aumentar e diversificar o seu programa caritativo.

Estas confrarias só podiam ser constituídas pelo monarca ou com a sua autorização, estando obrigadas a seguir todos os regulamentos e compromissos impostos, sendo estas aprovadas pelo poder central, que detinha a sua tutela. Os privilégios concedidos por parte da Coroa, bem como o reconhecimento e prestígio que alcançaram fizeram com que as Misericórdias se disseminassem de forma célere, visto que simbolizavam crescimento, evolução e desenvolvimento, tornando-se, deste modo, instituições multifacetadas e habilitadas para a gestão de diferentes atividades.

As Misericórdias quinhentistas aumentaram a sua capacidade de assistência, sendo este facto uma evidência do seu crescimento, bem como da sua estabilização

institucional, perceptível por meio dos privilégios e compromissos que concederam às Irmandades as suas configurações institucionais e jurídicas da sua atividade (Xavier & Paiva, 2005).

Depois de fundadas, e a seu pedido, estas confrarias receberam várias instituições de assistência, possibilidade conferida pela Coroa. Registaram-se, desde os primórdios da fundação das Misericórdias, solicitações nas quais se pretendia a inclusão de diferentes instituições nas Santas Casas. Os motivos apresentados nestas petições estavam relacionados com questões de alegada má gestão destas organizações, mencionando-se, ainda, a falta de consideração pelos pedidos pelos defuntos estabelecidos nas suas doações (Sá & Paiva, 2004). A integração destas instituições traduzia-se num aumento muito significativo de património destinado às Misericórdias, uma vez que, sem estas o seu financiamento estava dependente das doações que lhes eram efetuadas.

Os primeiros estatutos foram formulados quando a Misericórdia de Lisboa foi criada, no entanto, a sua publicação só ocorreu no ano de 1516. Verificaram-se várias alterações nos seus compromissos, de forma que se adequassem às novas realidades e carências, acompanhando, igualmente, a evolução destas instituições (Pereira, 2015). O compromisso assumia particular relevo por constituir a norma a seguir.

As Misericórdias embora dependessem da Coroa, usufruíam de grande autonomia. A intervenção régia só se verificava nas Misericórdias quando eram efetuadas denúncias ou caso fosse solicitado ao monarca a sua intercessão para solucionar qualquer problema, como era frequente acontecer nos atos eleitorais. Feita uma devassa, cabia ao monarca dirimir o problema e repor a ordem.

Mas estas confrarias interagiam com muitas outras instituições para além da Coroa. Embora independentes da Igreja, por serem laicas, atuavam em territórios associados à Igreja. Não esquecemos que nasceram num momento de grande sensibilidade religiosa e que o seu programa de ação é cristão.

A fundação destas Confrarias era da inteira responsabilidade do rei, porém, as competências religiosas praticadas por estas instituições estavam a encargo da Igreja. Os assuntos relacionados com o culto religioso eram executados pela autoridade eclesiástica, como é o exemplo da consagração dos espaços de culto, da obtenção de indulgências e de altares privilegiados.

No período compreendido entre 1521 e 1580, verificou-se a fundação de mais 127 Misericórdias (Xavier & Paiva, 2005), sendo difícil determinar uma regra que fundamente o incremento do número destas Confrarias. Estas instituições poderiam ser

vistas pela Coroa como um meio para dominar a área da assistência, fazendo com que os poderes locais, senhorias e eclesiásticos pretendessem obter os mesmos privilégios (Xavier & Paiva, 2005).

O aumento do número de Irmandades foi sinónimo de um crescimento a nível patrimonial, não só quantitativamente como também qualitativamente. Este processo foi mais notório após a incorporação hospitais, gafarias e confrarias às Misericórdias, verificando-se, durante a regência do cardeal D. Henrique, um enorme impulso, como alguns historiadores têm demonstrado, na anexação de diversas instituições às mesmas, alterando por completo o seu estatuto financeiro e económico (Xavier & Paiva, 2005).

A partir da reforma do Compromisso em 1577, publicado em 1600, observaram-se mudanças relevantes, não somente porque estas instituições tinham crescido, sendo necessário adaptá-las à realidade do tempo, mas também foi necessário alargar o *numerus clausus*, devido à enorme procura. Algumas das alterações introduzidas, tornaram estas instituições mais elitistas. De forma a poderem fazer parte destas Confrarias, os irmãos deveriam ser maiores de idade, do sexo masculino e letrados, sendo tido também em conta o seu prestígio social, conduta e orientação religiosa, características muito relevantes visto que era necessário garantir o seu estatuto e reputação.

Embora usassem o mesmo Compromisso, o rei autorizava a sua adaptação ao contexto local. Por outro lado, algumas Santas Casas fizeram compromissos próprios, como aconteceu no Porto e, por exemplo, em Vila Viçosa, ou alteravam alguns capítulos do Compromisso de 1618 da Misericórdia de Lisboa, como se verificou, por exemplo, em Ponte de Lima. (Abreu, 2002)

As Misericórdias atuavam com duas categorias de irmãos: os nobres e os oficiais e com um número fechado. Neste universo de homens, por estarmos a falar de instituições masculinas, estava representada a nobreza, o clero e o povo. O compromisso proibia que os irmãos fossem assalariados da instituição, mas em muitas delas, os irmãos de ambas as categorias encontraram uma forma de trabalho renumerado.

Aos oficiais das Misericórdias eram atribuídas funções específicas, estando sujeitos a diferentes relações contratuais. Estes eram contratados “para dignificarem o culto, como os cantores e os tangedores de órgãos e de campainhas, confirmam que a natureza devocional destas confrarias era altamente estruturante da sua identidade” (Xavier & Paiva, 2005, 13). No caso dos capelães, estes podiam executar tarefas nas igrejas pertencentes à Irmandade ou também acompanhar a nível espiritual os defuntos, presos e doentes (Xavier & Paiva, 2005).

Apesar de serem Confrarias de homens, algumas delas também integravam mulheres, principalmente no seu começo, como aconteceu, por exemplo, em Évora. Apesar de só em finais do século XIX, a integração de mulheres ter sido possibilitada nos estatutos, sabemos que algumas chegaram a ser provedoras, como a historiografia mais recente tem demonstrado para os casos de Sintra, Vila da Feira e Arcos de Valdevez.

A época de formação das Misericórdias era marcada pela devoção e espiritualidade. A conceção de caridade que servia de base à atuação destas Confrarias estava diretamente ligada à moral e costumes cristãos, uma vez que a caridade era considerada um dos meios para a obtenção da salvação eterna.

As práticas de caridade consistiam no cumprimento das catorze Obras de Misericórdia. As Obras de Misericórdia corporais eram as seguintes: 1. Dar de comer a quem tem fome; 2. Dar de beber a quem tem sede; 3. Vestir os nus; 4. Dar pousada aos peregrinos; 5. Assistir aos enfermos; 6. Visitar os presos; 7. Enterrar os mortos. As Obras de Misericórdia espirituais eram: 1. Dar bons conselhos; 2. Ensinar os ignorantes; 3. Corrigir os que erram; 4. Consolar os tristes; 5. Perdoar as injúrias; 6. Sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo; 7. Rezar a Deus por vivos e defuntos (Lopes, 2018)<sup>2</sup>.

As práticas caritativas não foram exercidas exclusivamente pelas Misericórdias, no entanto, estas atividades assumiram um lugar de destaque nestas Irmandades, que as direcionavam para a comunidade onde estavam inseridas. Verificou-se ainda, para além das Misericórdias e de outras instituições, um grande apoio por parte de particulares no que diz respeito ao exercício destas obras, podendo manifestar-se de forma direta ou indireta, isto é, utilizando uma Confraria como seu intermediário ou realizando diretamente o bem aos outros.

De um modo geral, as práticas assistências adaptavam-se às carências e necessidades verificadas na sociedade na qual a Misericórdia estava inserida, sendo esta característica muito relevante na vida destas instituições. O crescimento do número destas Confrarias favoreceu as pessoas mais carenciadas, uma vez estas práticas recaíram particularmente sobre os doentes, os pobres, os peregrinos, os presos e cativos, as viúvas, os órfãos e defuntos, tendo estes sido, desde os primórdios, alvo da sua atividade (Xavier & Paiva, 2005).

---

<sup>2</sup> No que concerne às Obras de Misericórdia leia-se Lopes, M. A. (2018). Dar de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede nos Compromissos e nas práticas das Santas Casas da Misericórdia (séculos XV-XXI). In, Araújo, M. M. L. (coord.) As Sete Obras de Misericórdia Corporais nas Santas Casas de Misericórdia (pp. 83-106). Santa Casa da Misericórdia de Braga.

O auxílio prestado pelas Misericórdias aos mais pobres foi adquirindo cada vez mais importância nas atividades exercidas por estas instituições, tornado fulcral a mobilização de mais meios e esforços, colocando os rituais e celebrações litúrgicas numa posição secundária em relação ao exercício das obras de caridade (Abreu, 2002).

As Misericórdias prestavam auxílio a pessoas das mais diversas proveniências. Homens, mulheres e crianças foram assistidas por estas instituições de modos distintos, tendo em consideração o seu estatuto social. Prestaram auxílio aos pobres, presos, peregrinos e mulheres, cuidaram de expostos e enfermos, atribuíram dotes a raparigas pobres, distribuíram esmolas e enterraram os mortos e auxiliaram-nos a sair do Purgatório.

Uma parte relevante para a formação do património das Misericórdias foram as doações e legados que lhes foram atribuídos, sendo igualmente essenciais para a prestação de auxílio aos pobres. O incremento da pobreza nos primórdios da Idade Moderna impediu a atribuição de esmolas a todos os necessitados, tornado fundamental a criação de normas e regras para as conceder, procedendo-se, por isso, a uma distinção entre aqueles que eram considerados merecedores e os não merecedores. Primeiramente, para receberem esmolas, os pobres teriam de ser reconhecidos como merecedores e como inabilitados de obterem a sua própria subsistência, sendo igualmente fundamental ter boa reputação na sociedade onde estavam inseridos (Araújo, 2017).

Eram considerados pobres aqueles que tinham “caído em pobreza, os que estavam presos sem rendimentos, os que por viverem isolados podiam cair em perdição, como podia acontecer às mulheres órfãs e às viúvas” (Araújo, 2017, 13). Verificava-se que os pobres careciam, maioritariamente, de alimento, dinheiro, roupa, tratamentos médicos, dotes para casar e, ainda, auxílio nos seus processos jurídicos (Araújo, 2017).

Os pobres, para obterem a assistência da Misericórdia, teriam de efetuar uma petição à Irmandade, descrevendo, de forma pormenorizada, a sua situação financeira, familiar e social, priorizando-se os doentes, órfãos, presos, pobres envergonhados e as mulheres, beneficiando ainda famílias carenciadas através da atribuição de esmolas (Araújo, 2013).

Como demonstrou Ivo Carneiro de Sousa, o auxílio aos presos terá sido uma das primeiras obras de misericórdia desempenhada por estas confrarias (Sousa, 1998).

As Misericórdias não eram capazes de auxiliar todos os presos, por isso, de forma a obterem esse privilégio, a Irmandade analisava criteriosamente as suas condições

económicas e sociais. Após essa investigação, só aqueles que necessitassem efetivamente de assistência eram incluídos no rol dos pobres da Misericórdia.

De forma a poderem ser auxiliados pela Misericórdia, os presos teriam que obedecer a vários requisitos, excluindo-se imediatamente aqueles que tinham sido detidos por fianças ou dívidas. Para além de terem de ser obrigatoriamente pobres, os presos deviam de estar detidos durante um período mínimo de trinta dias (Pereira, 2015).

Estas Confrarias prestavam uma multiplicidade de apoios aos encarcerados<sup>3</sup>. As formas de auxílio prestadas consistiam na distribuição de esmolas e alimentação, limpavam as cadeias, concediam apoio em caso de doença, intercediam nos seus processos judiciais, acompanhavam o julgamento e ajudavam a executar determinadas penas, como, por exemplo, a pena capital. Em alguns casos, o auxílio prestado por estas instituições era efetuado após a morte dos presos, isto é, encarregavam-se de realizar o sepultamento do defunto e celebravam missas em sua memória de forma a conseguir a salvação da alma dos que tinham morrido na prisão (Esteves, 2011).

Para além do mencionado, em caso de doença era prestada assistência médica, eram providenciados medicamentos e concediam-lhes uma alimentação adaptada ao seu tratamento. Nestas situações, eram visitados todos os dias, o que demonstra a atenção que lhes era prestada, procurando que tivessem rápidas melhoras.

A assistência a nível espiritual concedida aos encarcerados consistia na possibilidade de assistirem à missa e na administração dos sacramentos da comunhão e da confissão, especialmente nas épocas festivas do calendário litúrgico, como a Quaresma, Todos-os-Santos e o Natal.

Estes pobres assumiam um lugar de destaque entre os que recebiam mais apoios pelas Confrarias. Pertencer ao rol da Misericórdia era um privilégio para os presos, visto que lhe eram atribuídos vários benefícios que atenuavam as difíceis condições vividas na prisão. Esta integração significava uma “redução de custas de processos, outros apoios (alimentação, roupa, etc.), legislação que impunha um prazo máximo de dois meses de encarceramento para os “presos da Misericórdia” condenados a degredo eram alguns dos benefícios de que podia gozar o preso que alcançasse tal estatuto” (Xavier & Paiva, 2005, 14). A incorporação do rol da Misericórdia tornou-se muito atrativa devido a este

---

<sup>3</sup> Para saber mais informações sobre os presos consulte-se Esteves, A. (2018). Por entre as grades da miséria: a assistência aos presos das cadeias do Alto Minho no século XIX. In Araújo, M. (coord.) *As Sete Obras de Misericórdia Corporais nas Santas Casas de Misericórdia* (pp. 17-34). Santa Casa da Misericórdia de Braga.

conjunto de regalias, levando a que fosse fundamental tomar ações preventivas com o intuito de evitar situações de fraude.

Para além do mencionado, a assistência aos presos verifica-se igualmente através da distribuição de roupa, observando-se a concessão desta forma de esmola também aos pobres (Magalhães, 2018).

Uma outra área de intervenção foi efetuada junto dos cativos. A necessidade de resgatar os cativos reforçou-se após o século XV devido às campanhas militares efetuadas no Norte de África. Devido a este facto, foi concebido um Regimento da Redenção dos Cativos Cristãos, em 1454, onde se declarava que o exercício da misericórdia legitimava o resgate dos cativos (Paiva, 2003). O número de cativos foi aumentando ao longo dos tempos, sendo este crescimento proporcional à quantidade de campanhas militares executadas fora do território. Os seus resgates encontravam-se dependentes dos fundos recolhidos unicamente com essa finalidade, sendo os peditórios a o meio mais eficaz para a obtenção de esmolas (Alberto, 2010).

Com o fortalecimento financeiro das Misericórdias, a Coroa solicitou a ajuda destas instituições com o intuito de assistir os cativos, tal como comprova a carta régia do ano de 1566, “na qual D. Sebastião solicitou às Misericórdias de Viana do Castelo e de Cascais que apoiassem a remissão dos cativos” (Xavier & Paiva, 2005, 15). De forma a poderem apoiar esta causa, o lucro proveniente da pesca realizada nos dias santos e domingos reverteria para o resgate dos cativos, ação incumbida à Ordem da Santíssima Trindade (Xavier & Paiva, 2005).

No que concerne à libertação dos cativos, estas ações foram praticadas maioritariamente pela Ordem dos Trinitários. Apesar de estarem incluídas nas catorze Obras de Misericórdia, verificou-se que as Irmandades assumiam um papel secundário nestas questões, no entanto, quando as executavam, faziam-no por meio da recolha de esmolas destinadas à sua libertação. Esse pedido podia chegar através do rei ou de particulares que lhes batiam à porta, solicitando ajuda para libertar cativos.

De facto, verificou-se um incremento dos movimentos peregrinatórios no decorrer da Idade Média, observando-se igualmente durante a Idade Moderna uma grande movimentação de peregrinos. Estas viagens apresentavam diversos perigos para estes viajantes, que efetuavam estes percursos em condições árduas, necessitando muitas vezes de assistência. As Misericórdias assistiam-nos também por meio da concessão de cartas de guia, atribuíam-lhes esmolas e acolhiam-nos em caso de doença (Araújo, 2016). Algumas Santas Casas dispunham de locais de acolhimento, dando pousada, por gerirem

hospitais para peregrinos ou por nos seus hospitais terem um local que lhes era destinado, a chamada “casa dos peregrinos”.

As cartas de guia eram atribuídas aos peregrinos, comprovando, assim, a pobreza dos mesmos, concedendo-lhe acesso a diferentes instituições de caridade, sendo, por isso, muito importante para aqueles que efetuavam peregrinações. Este documento era atribuído somente a quem fosse merecedor, constando nele o seu nome, naturalidade, estado civil, local de origem e de destino e, por vezes, o valor da esmola que lhe era dada pela instituição de caridade. As cartas de guia tinham também uma função de fiscalização, uma vez que serviam para controlar as pessoas que se encontravam em viagem (Araújo, 2016).

Estas instituições, para além de providenciarem alojamento em locais próprios, facultavam também tratamento médico caso fosse necessário, acolhendo-os nos seus hospitais e enfermarias, permanecendo ao seu cuidado até à sua recuperação<sup>4</sup>.

As mulheres, consideradas frágeis e vistas como incapazes de conservarem a sua honra sozinhas, eram assistidas em diferentes etapas da vida, com o intuito de preservarem a sua virtude e honra, atributos muito valorizados pela sociedade (Araújo, 2017). Para que o seu bom nome fosse mantido, deviam ser recatadas e comportar-se de forma exemplar, privilegiando a obediência e o distanciamento do sexo oposto. Numa altura em que as atitudes e gestos eram constantemente avaliados, era essencial que não houvesse qualquer motivo que conduzisse à má fama ou desonra pública (Araújo, 2008).

As Misericórdias Portuguesas prestavam auxílio as mulheres jovens através do internamento em recolhimentos e por meio da concessão de dotes de casamento que podiam servir para seguir a vida religiosa ou casar no século, devendo estas “ser dóceis, misericordiosas, obedientes e submissas” (Machado, 2014, 13).

A assistência prestada ao sexo feminino era realizada, em grande parte, pela concessão de dotes. A atribuição de dotes para casar a raparigas órfãs foi uma das principais atividades caritativas executadas pelas Misericórdias, sendo este auxílio fundamental para estas jovens que se encontravam em situações de grande vulnerabilidade (Oliveira, 2018).

As instituições de reclusão feminina surgiram com o objetivo de defender a honra das mulheres. Estes recolhimentos podiam ser reservados a mulheres virtuosas,

---

<sup>4</sup> A propósito do assunto dos peregrinos consulte-se Neves, L. A. V. (2017). «Dar pousada aos peregrinos»: a assistência fornecida pelas Santas Casas da Misericórdia aos viajantes, na região do Minho, durante a Época Moderna (século XVII-XVIII) (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho

destinados a conservar a sua honra, permanecendo em clausura até se casarem ou atingirem a idade limite; para mulheres seculares, que pretendiam viver uma vida para Deus; ou, ainda, para regenerar mulheres que teriam perdido a sua honra (Araújo, 2008).

Nos recolhimentos destinados a mulheres virtuosas ingressavam raparigas órfãs. Uma vez que não tinham o pai para as proteger e educar, julgava-se que estas meninas se podiam perder mais facilmente, sendo, por isso, fundamental que fossem recolhidas e dotadas. Nestes recolhimentos, as jovens eram ensinadas a ser boas esposas, a executar trabalhos de manuais e, em determinadas instituições, aprendiam a ler e a escrever. Deixar a instituição significava para muitas a proximidade do casamento.

Observou-se ainda a existência de instituições direcionadas para mulheres que perderam a sua honra administrados por Misericórdias. O objetivo primordial destas instituições prendia-se com a correção de mulheres arrependidas que, ao transformar o seu percurso de vida, obtinham a regeneração moral. Nestes recolhimentos, eram forçadas a trabalhar e orar, sendo esperado que não voltassem a pecar quando reingressassem na sociedade (Araújo, 2008).

Para além das tipologias de recolhimentos mencionados, também existiam instituições de reclusão dirigidas para as mulheres seculares que decidiam viver afastadas da sociedade, dedicando-se unicamente a Deus. Alguns destes institutos foram edificados ou suportados por bispos (Araújo, 2008).

Estas instituições regiam-se por uma panóplia de obrigações e tarefas, nas quais o convívio era escasso, uma vez que a ociosidade era considerada como conducente à degradação moral (Araújo, 2008). As recolhidas encontravam-se sob permanente vigia e controlo, garantindo, desta forma, o cumprimento de todas as regras e normas impostas, devendo cumpri-las sem exceção. Era obrigatório ir à missa, participar no coro, comungar e confessar-se com frequência, entre outras práticas religiosas e espirituais (Araújo, 2008).

No que concerne a questões relacionadas com a saúde, as Misericórdias começaram a dar mais importância não só à assistência de enfermos como também à administração de hospitais. Tendo em atenção o ritmo de incorporações de hospitais e gafarias nestas instituições, atividade que conheceu um progressivo avanço durante a regência e reinado do cardeal D. Henrique, começaram a ser-lhes atribuídas a administração das mesmas, permitindo às Irmandades alcançar mais capacidade de atuação nesta área (Araújo, 2017).

Esta área de intervenção possibilitava aos pacientes optar por receber assistência no seu domicílio ou ser internados nos seus hospitais, de acordo com as disponibilidades de cada Misericórdia em particular.

Um grande número de Confrarias, após o século XVIII, estabeleceu boticas para a utilização de medicamentos nos seus hospitais e a venda ao público. Para além do mencionado, as Misericórdias localizadas nas áreas urbanas facultavam aos enfermos um serviço de transporte para os hospitais (Lopes, 2015).

A constituição do património das Misericórdias foi muito beneficiada devido à gestão de hospitais. A administração destas instituições implicava não só a gestão do mesmo como também de todos os bens necessários ao seu funcionamento, estimulando o crescimento patrimonial, reforçando a obtenção de meios destinados ao exercício de obras assistenciais. Possuir um hospital significava intervir numa área fundamental da vida das populações.

A gestão de centros hospitalares pelas Misericórdias associada à crescente valorização atribuída aos cuidados de saúde levou a que se verificasse um crescimento do número de pessoas assistidas nos hospitais pertencentes a estas instituições.

A passagem da administração dos hospitais para as Misericórdias, bem como a disseminação da ideia do Purgatório favoreceram as Santas Casas, que viviam, no decorrer do século XVII, um período notável no que diz respeito à de obtenção de bens.

Depois do Concílio de Trento (1545-1564), verificou-se um crescimento significativo do património das Misericórdias devido à difusão da ideia do Purgatório. Esta doutrina, levou à edificação de inúmeras fundações pias, sendo as Misericórdias as instituições que mais bens e compromissos pios receberam por meio das bulas de indulgências, uma vez que, a partir do século XVI, outorgavam diversos privilégios a todos os fiéis que beneficiassem estas Confrarias (Abreu & Paiva, 2006).

A questão da morte estava muito enraizada no quotidiano da sociedade. O medo da própria morte, ou de alguém próximo, era uma constante, assim como incerteza do destino da sua alma. Estas preocupações manifestaram-se por meio realização de obras de caridade e através da concessão de esmolas aos mais carenciados, com o intuito de alcançar a salvação eterna através da redenção dos seus pecados (Reis, 2018).

No que diz respeito à assistência espiritual, apesar de serem Confrarias laicas, estas instituições tiveram também um papel muito relevante em termos religiosos, através das celebrações de ofícios divinos, na organização e realização de procissões e na

comemoração de festividades presentes no Calendário Litúrgico. Muitos destes atos eram promovidos pelas próprias, outros não, mas elas integravam-nos.

Estas manifestações religiosas eram muito relevantes para as Misericórdias, visto que permitiam o reconhecimento e estabelecimento destas instituições nos locais onde se encontravam instituídas, facilitando a instituição de diferentes devoções (Novais, 2018).

As obras de caridade de índole espiritual, como, por exemplo, rezar pelos vivos e pelos mortos, não requeriam qualquer tipo de bens materiais para serem realizadas, ao contrário do auxílio aos presos, do sepultamento dos defuntos e da assistência aos pobres, que necessitavam investimento e exigiam outras formas de intercessão. Na falta de recursos humanos e materiais, a prática de obras de misericórdia não poderia ser executada.

A execução de atividades religiosas por parte destas Confrarias impôs a necessidade de obterem estruturas específicas destinadas a essas finalidades. Para além de estarem dotadas de espaços próprios para a sua prática, contavam também com um corpo de capelães, encarregue da celebração das missas, dos confessos, de ministrar sacramentos, dos enterros, de ajudar a bem morrer os internados, de rezar nos hospitais, etc.

Verificava-se, no setor religioso, a necessidade de possuir um sistema bem estruturado, visto que era necessário celebrar um grande número de missas diárias e realizar cerimónias do calendário litúrgico, entre muitas outras atividades. Todas as ações efetuadas pela Misericórdia exigiam recursos económicos, por isso, os domínios onde intervínham e a forma como as realizavam estava muito condicionada (Abreu, 2002).

O poder das Santas Casas manifestava-se por meio das manifestações religiosas que ocorriam ao longo de todo o ano, tornando, por isso, fundamental que estas celebrações fossem grandiosas e refletissem o prestígio e riqueza destas instituições (Araújo, 2010).

As Misericórdias atribuíam uma grande importância à realização de procissões, devido ao seu simbolismo e dimensão cultural que apresentavam (Abreu & Paiva, 2006). Estas celebrações serviam para demonstrar aos presentes o papel e a posição ocupada pelos participantes na comunidade, recordando a existência de hierarquias que deviam ser tidas em conta. Estas diferenciações eram perceptíveis através dos objetos e adereços utilizados, bem como por meio dos lugares ocupados na mesma (Abreu & Paiva, 2006).

No que concerne ao enterramento de defuntos, estas Confrarias efetuavam estes serviços aos seus irmãos e aos pobres de forma gratuita e ainda a todos os que se

dispusessem a pagar. As Misericórdias ordenavam ainda a realização de missas, tanto em épocas festivas do calendário litúrgico, como também em cumprimento das solicitações efetuadas pelos defuntos nos seus testamentos, da mesma forma que era efetuado em diversas instituições religiosas (Sá & Paiva, 2004). Para os irmãos tinham também um número de missas que mandavam celebrar.

O facto de as Misericórdias possuírem um projeto assistencial tão amplo como o que tinham delimitado nos seus compromissos tornava fundamental a existência de uma base económica estável e capaz de dar resposta a todos os objetivos a que se tinham proposto.

Grande parte dos bens pertencentes às Misericórdias eram provenientes de testamentos nos quais as pessoas entregavam uma parte dos seus bens ou até a totalidade dos mesmos para assim poderem alcançar a salvação da sua alma. A libertação das almas do Purgatório podia ser feita através da instituição de legados para a alma, podendo também integrar os pobres, principalmente por meio da conceção de dotes de casamento a raparigas órfãs, da atribuição de donativos para os doentes ou até da doação de dinheiro para o resgate de cativos, ou de outros formatos de assistência.

As Santas Casas estavam dependentes dos bens provenientes da instituição de missas, pagas através da instituição de legados, por isso, tentavam procurar novos rendimentos, diversificando as suas fontes de lucro. Para além disto, o recurso ao mercado de capitais constituiu mais uma das medidas seguidas por estas Confrarias.

Inicialmente, as fontes de rendimento das Misericórdias eram compostas pelo dinheiro que se encontrava reunido nas arcas das igrejas, pelas esmolas recolhidas ou legadas, ou ainda pelas doações régias de dinheiro e de géneros. Com o fortalecimento destas instituições, modificou-se a sua dinâmica em termos assistenciais e foram alcançadas outras fontes de rendimento. As atividades relacionadas com a saúde e os funerais cresceram exponencialmente no final do século XVI, proporcionando elevados lucros para estas Confrarias, garantindo-lhes prestígio não só a nível financeiro como social. Além do mencionado, as Misericórdias obtiveram, por meio da lei de 1593, o monopólio das cerimónias fúnebres, ou seja, do uso da tumba.

Apesar do incremento de privilégios ter favorecido a consolidação das Misericórdias, existiram questões fundamentais que permitiram esta preservação, como é exemplo a construção de instalações próprias, mais adequadas à sua reputação e crescimento, e a composição de um vasto património que possibilitou adquirir mais estabilidade a nível económico (Xavier & Paiva, 2005).

As Misericórdias reuniram um património considerável através de bens móveis e de raiz, principalmente após o século XVII. Porém, no compromisso inicial destas instituições encontrava-se estabelecido que todas as propriedades herdadas deveriam ser vendidas em leilão, no entanto, nem todas as Misericórdias procederam a vendas em hasta pública dos bens de raiz que lhes eram deixados, optando por efetuar uma exploração direta ou contratos de arrendamento. A venda de bens justificava-se devido ao facto destas Confrarias concederem empréstimos a juros, o que originava avultados rendimentos.

No reinado de D. João III (1521-1557), as Misericórdias começaram a administrar legados e arrendamentos. Para além disto, estas instituições começaram a adquirir padrões de juros com muita frequência.

A consolidação e crescimento destas Confrarias tornaram-nas cada vez mais reconhecidas e ambicionadas, refletindo-se no crescimento do número de irmãos. Para além disso, o permanente apoio concedido pela Coroa e as conexões estabelecidas com as ordens militares e os poderes locais, senhoriais e eclesiásticos fundamentaram o incremento da sua importância.

No decorrer do século XVII, foi perceptível o crescimento das Misericórdias em termos de riqueza patrimonial. No entanto, já se verificavam alguns indícios de endividamento, devido ao aumento dos legados e de instituições de bens vinculados a obras pias. Apesar de contribuírem para o enriquecimento destas instituições, as obrigações a cumprir eram inúmeras, o que impossibilitava a execução das mesmas, progredindo abruptamente para a rutura financeira.

A má gestão destas instituições associada aos créditos malparados e à elevada quantidade de missas refletiu-se em enormes dificuldades financeiras ao longo do século XVIII (Lopes, 2015).

Devido ao grande número de missas que tinham de celebrar todos os anos, as Misericórdias tiveram de proceder à contratação de mais capelães para que se pudessem realizar todas as celebrações religiosas, tornando-se esta despesa demasiado elevada para as Confrarias, efetuando, por isso, pedidos de anulação ou limitação das mesmas (Pereira, 2015).

Verificou-se, no decorrer do século XVIII, um reforço dos conflitos internos e externos nestas instituições, levando a que estas perdessem a notoriedade que tinham alcançado, pese embora continuarem o seu percurso e terem encontrado novos caminhos regeneradores. A intervenção régia esteve muito presente durante este período, no qual se observaram conflitos internos, casos de corrupção e ainda conflitos com outras

Misericórdias, com o intuito de restituir a ordem nestas instituições. A Coroa, no século XVIII, modificou a sua ação em relação às Misericórdias, reforçando o seu domínio sob as mesmas, algo que não se tinha verificado anteriormente.

Observou-se, no decurso da segunda metade do século XVIII, a perda de rendimentos das Misericórdias devido ao aumento de preços e de créditos malparados, incitando à atividade creditícia (Pereira, 2015). A inflação, que se traduzia numa redução drástica do valor das rendas levou a que estas instituições recorressem frequentemente à cedência de capital a juro como rendimento, o que demandava a venda das propriedades que tinham sido arrecadadas (Lopes, 2002).

O prestígio das Misericórdias, característica diferenciadora das restantes instituições, foi-se perdendo a partir do momento que estas empobreceram, levando as elites a deixarem de ter interesse nelas, já que o crédito fácil e pouco dispendioso que aí se obtinha diminuiu. Este facto deveu-se às fortes limitações verificadas devido à intervenção pombalina e às condições económicas desse período (Lopes, 2002).

Verificou-se igualmente uma redução do rendimento oriundo do monopólio dos sepultamentos por causa da concorrência movida pelas Ordens Terceiras e outras instituições (Lopes, 2002). A falta de cuidado a nível administrativo refletiu-se na fraca assistência que proporcionavam, opondo-se à exuberância das cerimónias religiosas que tentavam eternizar (Lopes, 2002).

A má gestão dos rendimentos pertencentes às Misericórdias, durante o século XIX, levou a que o poder régio fosse reforçado nestas Confrarias. Culpadas de direcionar grande parte dos seus lucros para cerimónias religiosas, desfavorecendo, deste modo, o exercício de ações de carácter assistencial, fez com que fosse determinado que os provedores de comarca disponibilizassem todos os registos das suas obrigações religiosas e assistenciais. O novo regime liberal autorizou, ainda, os governadores civis a analisarem as contas pertencentes às Misericórdias (Silva, 2017).

A intervenção efetuada por parte dos governos oitocentistas expressou-se por meio da inspeção das administrações das instituições de caridade, da aplicação de prioridades a nível assistencial e da desamortização de bens que detinha, prejudicando o funcionamento dessas organizações. O processo de desamortização das propriedades das Misericórdias, revelou-se muito prejudicial para estas instituições (Lopes, 2002). A desamortização de todo o património dispensável à execução de obras pias foi determinada pela lei de 22 de junho de 1866 (Lopes, 2002).

No século XIX, foi transferido o património edificado para determinadas instituições de caridade, tanto privadas como públicas, tendo alguns edifícios sido desocupados devido à dessegregação de ordens religiosas, justificando-se, por isso, a existência de um grande número de Misericórdias acomodadas em imóveis que teriam sido edifícios conventuais (Lopes, 2015).

O Estado Oitocentista, no que concerne à área da assistência, poderia agir de forma direta ou indireta. A sua atuação era executada “pelos agentes periféricos do poder central, agora os governadores civis, com atribuições mais latas do que tinham sido as dos provedores e corregedores das comarcas anteriores ao Liberalismo” (Lopes, 2015, 8). Esta conjuntura forçava as Misericórdias a apresentar todos os relatórios de contas e despesas realizadas, orçamentos, compra e venda de bens, entre outras questões. Para além do mencionado, o Governador Civil podia ainda nomear novas comissões administrativas e proceder à desagregação de órgãos dirigentes, transformando estas instituições num importante espaço de demonstração de poder político (Lopes, 2015).

O domínio exercido pelo governo central e o desempenho de funções diretivas nas Misericórdias, funcionavam como um ponto de atração das elites. Os cargos administrativos destas instituições eram exercidos por elementos de elites locais, retratando a caracterização das sociedades em que se encontravam inseridas, encontrando-se permanentemente apoiadas no governo político em funcionamento (Lopes, 2015).

Na Primeira República foram colocados quaisquer tipos de impedimentos ao exercício de atividades por parte das Misericórdias, visto que estas se encontravam submetidas ao controlo do Estado, no entanto, verificou-se uma enorme diminuição dos atos de culto. Porém, como instituições de assistência, estas foram favorecidas e protegidas. Após 1914-1916, a situação das Misericórdias agravou-se, verificando-se uma desvalorização dos rendimentos e o empobrecimento da comunidade em geral. A inflação, até meados da década de 20, causou o enfraquecimento do Estado, do país e das Misericórdias, forçando estas instituições a delimitar a sua atividade (Lopes, 2002).

Posteriormente à lei de 25 de maio de 1911, verificou-se uma reorganização profunda da assistência, dando-se conta da formação de um conjunto de entidades que começaram a integrar as Misericórdias, tal como “a Direção-Geral de Assistência, o Conselho Nacional de Assistência Pública, comissões de assistência distritais e municipais” (Lopes, 2002, 96). Em 1916, as Confrarias deixaram de estar obrigadas ao pagamento de custas fiscais, judiciais e também administrativas, alargando-se estes

benefícios, em 1917, à isenção de custas relativas a processos de julgamento de contas (Lopes, 2002).

Segundo a Lei da Separação do Estado e da Igreja, de 20 de abril de 1911, foi imposto às instituições de cariz assistencial a diminuição drástica das despesas referentes ao culto, levando a uma reformulação dos seus compromissos e obrigações. Esta Lei não permitia a incumbência dos legatários assistirem às ações de culto efetuadas, o que levou à grande diminuição de doações e à cessação da execução de certas práticas assistenciais (Lopes, 2002)

Perante a situação, estas instituições movimentaram-se e em março de 1924 organizaram o 1º Congresso das Misericórdias. A lei de 19 de julho de 1924 possibilitou a todas as Confrarias que preservassem as suas atividades de auxílio, a liquidação dos défices efetuados até ao final do 1923. A partir do decreto de 1 de novembro de 1924, ficou estabelecido que as Misericórdias estavam forçadas a assistir “doentes em hospitais e domicílio, proteção às grávidas e recém-nascidos, assistência à primeira infância desvalida e aos velhos inválidos de trabalho caídos em indigência” (Sá, 2008, 101-102). As Irmandades que recusassem ajustar-se às novas normas impostas, não podiam solicitar qualquer tipo de apoios a nível financeiro.

Com o Estado Novo, as Misericórdias desempenham um papel fundamental no que diz respeito à atividade assistencial a nível concelhio, ao contrário do Estado, que define a sua ação apenas como complementar na área da assistência. A partir do decreto de 23 de julho de 1928, foi promulgada a isenção do imposto de selo e de custas provenientes de processos fiscais e administrativos, a atribuição de subsídios pelas Câmaras, a transferência de legados pios que não tinham sido executados para as misericórdias locais, entre outros privilégios (Lopes, 2002).

Conforme o Código Administrativo de 1936, as Misericórdias assumiam um lugar de destaque na área da assistência nos concelhos, sendo vistas como as principais entidades coordenadoras neste importante domínio (Sá, 2008).

No ano de 1940, o Código Administrativo caracterizava estas instituições como “estabelecimentos de assistência ou beneficência criados e administrados por irmandade ou confrarias canonicamente eretas” (Lopes, 2015, 9). Apesar de se afirmar que o governo teria de aceitar os seus compromissos, a índole canónica que lhe era atribuída fazia com que estas fossem introduzidas no domínio eclesiástico, o que mudava substancialmente o seu estatuto (Lopes, 2015).

Segundo o decreto-lei de 7 de novembro de 1945, as Misericórdias são consideradas instituições de assistência, cujos compromissos são estruturados de acordo com o exercício da caridade cristã, prestando, também, auxílio a nível moral e religioso (Lopes, 2002).

As Misericórdias viveram um período particularmente conturbado nos primeiros anos da Revolução do 25 de abril de 1974, especialmente até 1976, época denominada por PREC (Processo Revolucionário em Curso). Estas complexidades verificaram-se visto que estas Confrarias tinham sido identificadas como sendo símbolos pertencentes ao Estado Novo (Paiva & Fontes, 2010). Esta nova conjuntura observada provocou a dissolução de um número significativo de Misericórdias, principalmente localizadas no sul do país. Para além disso, o Governo incentivou o encerramento de algumas destas instituições, alegando a falta de atividades a desempenhar.

A partir do ano de 1974, os hospitais distritais e centrais, que se encontravam na posse das Misericórdias, começaram a integrar a rede nacional hospitalar, sendo a sua gestão entregue a comissões escolhidas pelo governo, verificando-se, em 1975, a mesma situação nos hospitais concelhios. Esta conjuntura fez com que as Misericórdias direcionassem a sua atividade para outras valências, como, por exemplo, a abertura de lares de terceira idade, centros de dia, infantários e creches, uma vez que, sem a posse dos hospitais, estas Confrarias corriam o risco de cessar toda a sua atividade.

De acordo com o que é mencionado numa publicação do ano de 2000 da União das Misericórdias Portuguesas, encontravam-se ativas um total de 384 Misericórdias, desempenhando, grande parte delas, atividades de cariz social (Lopes, 2002). A União das Misericórdias Portuguesas, presidida por Vítor Melícias, nos anos 90, incorporou um conjunto de programas nacionais e assinou diversos acordos de colaboração com o Ministério da Saúde, Segurança Social, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, entre muitos outros (Lopes, 2002).

É inegável a importância das Misericórdias na área da solidariedade e da assistência aos mais necessitados. Ao longo da sua existência verificou-se uma contínua adaptação por parte destas Confrarias às circunstâncias existentes, com o objetivo de se adequarem aos meios sociais nos quais se encontravam inseridas.

## **CAPÍTULO III: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGA**

### **1. Surgimento e consolidação da Misericórdia de Braga**

A Santa Casa da Misericórdia de Braga terá sido criada em 1513, no entanto, a data concreta da sua fundação não é conhecida. Nesse ano, o arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) ordenou a edificação de uma capela na Sé (Araújo, 2013), tornando, posteriormente, este local no seu próprio mausoléu, da sua família e de algumas figuras relevantes pertencentes à igreja bracarense. Nessa capela como referem as suas palavras “agasalhou” a Misericórdia.

Para além de fundador da Misericórdia de Braga, o arcebispo D. Diogo de Sousa foi uma das personalidades com maior influência nesta cidade, tendo sido responsável por importantes transformações a nível urbanístico e na área da assistência<sup>5</sup>.

À semelhança do que fez com as restantes existentes, o rei D. Manuel I concedeu, em 1514, o Compromisso e privilégios da Misericórdia de Lisboa à Santa Casa da Misericórdia de Braga, com o intuito de estimular a edificação destas Confrarias e de auxiliar a sua preservação. A partir da receção destes benefícios, os mesários destas instituições não poderiam ser alistados para a milícia, para além disso, foi atribuída “a possibilidade de colocar mamposteiros em terras determinadas, o exclusivo de pedir para presos e pobres envergonhados na cidade, o envio de doentes que auxiliava para o Hospital de S. Marcos” (Araújo, 2013, 19), entre outros privilégios.

A Santa Casa de Braga ficou isenta de fintas e talhas em 1515, por determinação da Câmara, benefícios estes muito relevantes para a Confraria recentemente fundada (Araújo, 2013).

Para além do papel relevante desempenhado na cidade de Braga, a ação de D. Diogo de Sousa foi fundamental para a Misericórdia, tendo o seu investimento nesta instituição adquirido um importante simbolismo, visto que foi este arcebispo o responsável pela sua edificação, prestando-lhe sempre auxílio durante a sua prelatura.

A sua ajuda à Misericórdia de Braga estendeu-se até à hora da sua morte, tendo ordenado que fosse realizada uma missa cantada pela alma dos confrades e dos benfeitores desta instituição, todas as quartas-feiras. Estabeleceu, ainda, que as esmolas

---

<sup>5</sup> Para um conhecimento mais detalhado relativamente à prelatura do arcebispo D. Diogo de Sousa e as suas reformas na cidade de Braga consulte-se Bandeira, M. S. D. M. (2000). D. Diogo de Sousa, o urbanista: leituras e texturas de uma cidade refundada. Bracara Augusta, 19-58.

provenientes da sua capela fossem cedidas à Misericórdia, bem como a entrega de 200 cruzados no dia do seu enterro para a compra de medidas de pão (Araújo, 2013). Legou à capela de Jesus da Misericórdia, local onde a confraria estava instalada, um variado conjunto de bens, constituído essencialmente por paramentos, missais e objetos de prata. Efetuou doações a seculares e eclesiásticas, ordenou a repartição de comida e solicitou que fossem vestidos 12 homens e 12 mulheres pobres da cidade, sendo obrigatória a presença destes no seu funeral bem como a comparência de 100 homens e 100 mulheres pobres (Araújo, 2013).

D. Diogo de Sousa, detentor de um património bastante alargado, demonstrou uma grande preocupação com os mais necessitados, favorecendo-os frequentemente. Beneficiou a Misericórdia que tinha fundado, contribuindo estas ações de caridade para a salvação da sua alma.

A falta de recursos da Irmandade, associada ao facto de não possuir igreja própria dificultava não só a assistência aos mais necessitados como também o cumprimento das suas obrigações e legados que teria de executar. Mas era essencialmente prejudicial à sua imagem, pois não conseguia disponibilizar espaço para enterramentos, nem proceder a procissões de maior escala.

A Santa Casa da Misericórdia de Braga, no decorrer do século XVI, era uma instituição de pequena dimensão, refletindo, deste modo, as suas reduzidas possibilidades a nível financeiro. Os seus rendimentos provinham essencialmente de esmolas, recolhidas através de peditórios e de donativos, que eram mais avultados durante certas celebrações do calendário litúrgico, mas também de outras coletas, sobretudo provenientes dos peditórios e das coimas da Justiça (Araújo, 2013).

Apesar de as esmolas serem a maior fonte de rendimento desta Irmandade, começou a verificar-se, posteriormente, também um aumento considerável das importâncias recebidas pelos acompanhamentos fúnebres e provenientes da venda de indulgências (Araújo, 2013).

As celebrações e comemorações religiosas, como é exemplo o dias santos e procissões, constituíam um momento muito relevante para a recolha de doações, uma vez que reuniam um grande número de pessoas nestas festividades.

Na década de 40 do século XVI, observam-se significantes modificações na Misericórdia de Braga. Constatou-se que a quantidade de esmolas atribuídas à instituição não era suficiente para executar obras de maior dimensão, verificando-se uma

consolidação financeira da Confraria somente no momento em que começou a receber mais legados (Araújo, 2013).

Como já tinha referido anteriormente, o facto de não possuir igreja própria era prejudicial para a Irmandade. Por isso, em 1558, os irmãos da Misericórdia decidiram proceder à edificação da sua sede, apoiados pelo arcebispo D. Frei Baltasar Limpo (1550-1558). Esta construção foi financiada através das esmolas dos irmãos e de fiéis, porém, caso estes meios não fossem suficientes, seriam vendidas algumas propriedades (Araújo, 2013).

A fundação da sede da Misericórdia, unida à Sé, decorreu ao longo de oito anos. Durante este período, a ação dos mesários foi essencial, tanto na recolha de fundos para a execução desta construção, como também no exercício de todas as obras de caridade a que se tinham proposto (Araújo, 2013).

A construção da nova sede da Misericórdia foi um momento decisivo para esta instituição, que começou a ganhar mais autonomia com o novo edifício, o que fez aumentar a sua importância em termos de representação simbólica na cidade de Braga<sup>6</sup>. Este processo, que envolveu a conceção de novas instalações, o crescimento do número de irmãos e o envolvimento dos diversos poderes locais, iniciou-se em meados do século XVI, tendo tido repercussões até finais de quinhentos.

A relação mantida entre os arcebispos bracarense e a Misericórdia de Braga é pouco conhecida, apesar disso, destaca-se o desempenho do D. Frei Baltasar Limpo. A sua ação reestruturou por completo a atividade da Confraria, tendo sido ele o responsável pela deslocação da Irmandade para uma edificação própria, composta pela igreja e consistório (Araújo, 2020).

O arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1558-1589) deu continuidade à ação iniciada por D. Frei Baltasar Limpo relacionada com a edificação do novo complexo da Misericórdia de Braga. Destaca-se, igualmente, o apoio e dedicação dos confrades nesta construção, sendo o seu auxílio essencial para a execução de obra mencionada. (Castro, 2001).

O Hospital de São Marcos, fundado por D. Diogo de Sousa em 1508, foi gerido desde a sua criação pela Câmara Municipal. Em 1559, a sua administração foi transferida

---

<sup>6</sup> Sobre características arquitetónicas e artísticas do novo edifício da Misericórdia de Braga ler Pinho, J. B. (2018). A casa da Misericórdia de Braga: análise e contextualização das suas características arquitetónico-artísticas. In: Lessa, M. M. S. & Araújo, M. M. L. (coord.), Património e Devoção (pp-47-68). Santa Casa da Misericórdia de Braga.

para a Santa Casa da Misericórdia de Braga, por determinação do Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, por alegadamente se encontrar mal gerido (Araújo, 2020).

Tal como era mencionado nos estatutos das Misericórdias, estas não estavam autorizadas a recolher bens de raiz, por isso, a Misericórdia de Braga não podia aceder nem administrar as rendas provenientes das propriedades pertencentes ao Hospital (Araújo, 2013). No decorrer do século XVII, para além do crescimento do número de doentes, a demora do pagamento das rendas forçou a Misericórdia a introduzir dinheiro no Hospital, de forma a combater o défice verificado (Araújo, 2013).

A anexação do Hospital à Irmandade justifica-se pelo facto de ser necessário prover este estabelecimento de condições e serviços mais dignos para a assistência dos mais necessitados (Araújo, 2013).

A sua integração modificou por completo a estrutura e funcionamento da Santa Casa, que viu crescer o seu património devido à agregação de um elevado número de propriedades e instalações pertencentes ao Hospital, apesar de estes rendimentos serem utilizados unicamente para a assistência de doentes. A administração dos bens pertencentes ao Hospital só foi entregue à Misericórdia de Braga no ano de 1719, por determinação do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (Castro, 2008).

Após a conclusão da edificação da nova sede, em 1665, a Misericórdia já usufruía de uma igreja, o que permitiu a instituição de sepulturas perpétuas para os irmãos e seus familiares, mas não só. Os lugares destas sepulturas eram previamente determinados, deixando-se os lugares localizados junto ao altar para dignidades e pessoas à escolha do Provedor, no entanto, foram ainda atribuídas algumas sepulturas perpétuas a irmãos (Araújo, 2013).

Durante os séculos XVII e XVIII verificou-se um grande crescimento da Irmandade, que foi consolidando o seu posicionamento na cidade no decurso deste período, tornando-se numa das principais Confrarias em Braga. Este fortalecimento deveu-se, principalmente, à realização de festas e de enterros, que constituíam uma fonte riquíssima de legados e esmolas, permitindo a comemoração de imponentes cerimónias e a obtenção de bens e alaias religiosas de elevado valor, beneficiando, conseqüentemente, o seu património edificado (Machado, 2021).

A instituição de legados desempenhou um papel primordial no que concerne ao crescimento da Confraria. Através destas concessões, a Misericórdia obteve propriedades, dinheiro e bens, porém, estes acréscimos implicavam, a maior parte das vezes, o cumprimento de certos encargos. Estas obrigações estavam relacionadas,

fundamentalmente, com a realização de missas, verificando-se um aumento do número das mesmas, pelo que forçou a Irmandade a contratar mais capelães (Araújo, 2013).

O património da Irmandade cresceu devido ao aumento da atribuição de legados, verificando-se, conseqüentemente, um incremento da quantidade de tarefas e obrigações espirituais a efetuar por parte da Misericórdia, que ia obtendo cada vez mais responsabilidades e deveres (Ramos, 2013).

Para além da administração de todas as propriedades que possuía, a Misericórdia de Braga tinha ainda de gerir o hospital, a botica, assistir os pobres e peregrinos, dirigir o recolhimento de Santo António e os assalariados. Todas as tarefas mencionadas eram da responsabilidade dos irmãos, levando à existência de conflitos internos durante séculos, sendo diversas vezes inevitável recorrer à Justiça para os resolver.

A Misericórdia manteve desde os seus primórdios um relacionamento próximo e direto com o poder, até aos finais do século XVIII, em termos religiosos com os arcebispos e em termos políticos com a Coroa.

No decorrer do século XIX e com a cessação do poder dos arcebispos em Braga em termos temporais, verificaram-se diversas alterações na Santa Casa. Com o Liberalismo, observou-se uma certa instabilidade em alguns momentos, devido ao maior domínio do poder central, que levou à implementação de novos comportamentos e atitudes.

No Liberalismo, a moldura legal das Confrarias estabelecia a necessidade de demonstrar e esperar a aceitação ministerial de contas anuais, orçamentos e estatutos, aplicando-se esta obrigatoriedade igualmente às despesas extraordinárias, contratações e aquisições de bens. No entanto, as autoridades fiscalizadoras, isto é, Administradores de Concelho e Governadores Cíveis, poderiam ignorar certas irregularidades, para o seu próprio benefício ou de forma a favorecer os eleitores dos partidos dos quais faziam parte (Lopes, 2017).

No decorrer da segunda metade de oitocentos foram instituídos novos estabelecimentos na cidade de Braga, no entanto, o Hospital de São Marcos permanecia numa posição de destaque no que respeita à assistência a doentes, tornando-se, no século XX, num hospital distrital de grande extensão. Devido ao crescimento da busca de cuidados na área da saúde, a Misericórdia de Braga direcionou a maior parte dos seus recursos para esta instituição, sobretudo até 1974, ano em que foi intervencionado pelo Estado.

A estabilidade e solidez da Misericórdia permitiu a obtenção do ilustre palacete do Visconde de São Lázaro, designado por Palácio do Raio<sup>7</sup>. Este imóvel, por se localizar junto ao Hospital de São Marcos, constituía uma vantagem enorme para a Confraria, sendo por isso fundamental a sua aquisição, de forma que todo este espaço fosse controlado unicamente pela instituição. Porém, a compra deste edifício realizou-se num contexto financeiro desfavorável à Misericórdia de Braga (Araújo, 2013).

Após a implantação da República, em 1910, verificaram-se um conjunto de transformações não só na cidade como também nas suas instituições. Na Misericórdia de Braga, em novembro desse mesmo ano, foi dissolvida a Mesa, tendo esta sido substituída por uma Comissão Administrativa. Extinguiram-se os cargos de sacristão e capelão da igreja do Hospital, as enfermeiras substituíram as irmãs Hospitaleiras e procedeu-se ao encerramento do recolhimento de Santo António, relevante instituição de proteção da dignidade feminina (Machado, 2014). Para além de todas estas alterações, a Irmandade modificou o seu nome original, começando a designar-se Misericórdia e Hospital de São Marcos (Araújo, 2013).

A aprovação de um novo Estatuto ocorreu em 1911, tendo sido determinado no mesmo que a quantidade de atividades de cariz assistencial praticadas pela Misericórdia dependeria dos seus rendimentos. Deste modo, a Misericórdia de Braga concentrou grande parte da sua ação no Hospital e na assistência a enfermos (Araújo, 2013).

Os rendimentos do Hospital de São Marcos eram constituídos pelos seus recursos e os da Misericórdia, sendo essencial “gerir bem as receitas, controlar os gastos e, por vezes, tomar mesmo medidas restritivas” (Castro, 2008, 190), de forma a assegurar a prestação de cuidados hospitalares.

Nos finais do século XIX, constatou-se a necessidade de edificar um novo hospital devido à falta de espaço e de condições sanitárias, no entanto, a sua construção foi adiada, uma vez que não existiam meios financeiros suficientes para suportar os custos de uma obra dessa envergadura.

O aumento da procura de serviços médicos e da assistência hospitalar, contribuiu igualmente para a necessidade do alargamento da dimensão deste espaço. O crescimento da quantidade de doentes que se deslocavam até ao hospital tornou essencial adaptar esta infraestrutura às necessidades verificadas de forma que a prestação destes serviços fosse efetuada de forma rápida e eficaz (Castro, 2008).

---

<sup>7</sup> Para um melhor conhecimento sobre processo de aquisição do Palácio do Raio atente-se em Castro, M. F. (2008). A Misericórdia de Braga: A assistência no Hospital de S. Marcos. Santa Casa da Misericórdia de Braga, pp. 118-121.

A edificação do Hospital tinha um custo muito elevado, por isso, a Misericórdia teve de requerer a subsídios ao Estado para a aquisição de terrenos e construção de pavilhões, sendo igualmente necessário uma autorização para realizarem um empréstimo no montante de 200 mil escudos. Para além destes esforços efetuados, os legados e os donativos recebidos foram muito relevantes para custear esta construção (Araújo, 2013).

A edificação de um novo hospital não foi finalizada, apesar de todos os investimentos efetuados e do empenho do poder central e local. Os reduzidos recursos financeiros, a aplicação do dinheiro destinado à edificação do edifício, o aumento dos preços, a inflação e a desvalorização da moeda influenciaram, possivelmente, a decisão de não concluir o projeto em questão (Araújo, 2013).

No decorrer do século XX, o Hospital de São Marcos sofreu algumas modificações, tentando acompanhar as novas alterações verificadas no campo da Medicina. Para isso, foram implementados novos serviços, adquiriram equipamentos de diagnóstico e contrataram novos profissionais, de modo a poder prestar assistência nas diferentes áreas da saúde e a acompanhar os novos tempos (Araújo, 2013).

No decorrer desse mesmo século, a Santa Casa da Misericórdia de Braga executou três projetos distintos, tendo estes sido a construção de um bairro de casas de renda económica, a edificação do lar das enfermeiras e de um novo edifício no Hospital, o pavilhão sul, no ano de 1960.

Em abril de 1950, foi inaugurado o “Bairro da Misericórdia”, que contava com mais de 50 habitações. Durante a sua construção, verificaram-se algumas dificuldades a nível financeiro, procedendo-se ao corte nos gastos de expedição de medicamentos destinados a doentes assistidos nas próprias residências (Araújo, 2013).

Como não conseguiu construir um novo hospital, amplificou o existente, construindo a sul. Em 1960, foi inaugurado o novo edifício pertencente ao Hospital de São Marcos, sendo que este possuía acesso ao antigo imóvel hospitalar. Este aumento possibilitou uma beneficiação a nível dos seus espaços e equipamentos, melhorando, consequentemente, as condições de tratamento dos seus pacientes.

Os projetos realizados durante o século XX pela Confraria só foram exequíveis devido ao investimento efetuado pelo Estado, aos órgãos gestores da Misericórdia e às doações dos seus benfeitores (Araújo, 2013). Caso não tivessem sido efetuados todos estes investimentos, a Irmandade estaria impossibilitada de dar continuidade à atividade hospitalar, e não poderia concretizar muitos dos seus importantes projetos. Saliente-se,

contudo, que os subsídios do Estado se destinaram igualmente a muitas outras Misericórdias.

A dimensão do Hospital de São Marcos foi crescendo, com o intuito de conseguir corresponder ao aumento do número de pedidos efetuados pela população. Em 1956, foi fundado um serviço hospitalar ao domicílio, de forma que fosse possível prestar assistência sem recorrer obrigatoriamente ao internamento. Em 1974, o Hospital foi intervencionado pelo Estado, o que forçou a Santa Casa a direcionar a sua atividade para outras valências.

A Santa Casa da Misericórdia de Braga, no decorrer do século XX, concentrou a sua atividade principalmente na área da saúde. As suas ações no que concerne à salvação da alma e ao setor religioso diminuíram substantivamente, devido à contínua secularização, porém, este não foi o único domínio afetado (Araújo, 2013).

Portugal da segunda metade do século XX conheceu muitas mudanças na sociedade. Na década de sessenta verificou-se a generalização da escolaridade, diminuindo, gradualmente, o analfabetismo. No entanto, a formação média da população portuguesa ainda era considerada baixa comparativamente era observado nos restantes países da Europa. Relativamente ao sistema de saúde pública, foi fundado, nos finais da década de setenta, em 1979, o Serviço Nacional de Saúde (Barreto, 2005).

Durante este período, a esperança média de vida registou um aumento significativo, assinalando-se uma quebra da natalidade, refletindo-se, conseqüentemente, num envelhecimento da população. A extensão das famílias reduziu-se de forma significativa, tornando-se mais usual viver unicamente com a família nuclear, de uma ou duas gerações.

As mulheres reforçaram a sua participação na população ativa, marcando presença nas escolas, empresas e universidades, verificando-se, assim, uma transformação profunda do papel da mulher na sociedade (Pereira, 2016). O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho levou a uma reestruturação das atividades que desempenhavam até este período, como é exemplo a prestação de cuidados a crianças e idosos. Esta nova conjuntura tornou fundamental a conceção de novos meios e estruturas para assistir estas faixas etárias mais vulneráveis.

A prestação de assistência pela Misericórdia de Braga foi reformulada por completo no decorrer da segunda metade do século XX. De forma a adequar-se às necessidades da sociedade, a Confraria fundou instituições específicas para dar resposta a certas carências. Sem poder executar atividades no domínio da saúde a partir de 1974,

a Irmandade direcionou o seu auxílio principalmente para a infância e a terceira idade, devido à grande procura verificada neste setor, fundando instituições especializadas para estas faixas etárias, assegurando a prestação de cuidados de assistência. Para isso, criou três infantários e três lares de idosos, em 1978, 1900 e 1992 (Araújo, 2013).

No século XX, a Misericórdia de Braga enfrentou algumas dificuldades a nível financeiro, perdendo a administração de instituições, como é o exemplo do recolhimento de Santo António do Campo da Vinha, em 1911, e o Hospital de São Marcos, em 1974, como já referimos. Apesar destas perdas, conseguiu preservar a gestão da farmácia, fundando, para além disso, um balneário em 1926 e duas escolas de ensino primário, uma em 1843 e outra em 1879 (Araújo, 2013).

Criou ainda a Escola de Enfermagem em 1911 e o Lar de Enfermeiras no ano de 1961. No ano de 1962 começou a administrar o Abrigo Maternal da Mãe de Deus, por determinação do Ministro da Saúde e Assistência, obtendo igualmente a totalidade do património que lhe pertencia.

Além de todas estas novas atividades nas mais diversas valências, inaugurou, em 2011, uma Cantina Social, na Rua Abade da Loureira e, em 2012, colocou em funcionamento outra Cantina Social, em Santo Estevão do Penso.

Após a última década do século XX, a Santa Casa da Misericórdia de Braga direcionou os seus recursos para o seu património, tanto móvel como imóvel, executando diversas obras de conservação, preservação e restauro, durante a provedoria de Dr. Bernardo José Ferreira Reis. As diferentes iniciativas de carácter cultural realizadas concedem à instituição uma maior visibilidade e reconhecimento na cidade, proporcionando-lhe um lugar de destaque no domínio da cultura.

A dedicação à cultura ganhou nova expressão em 2015 com a abertura do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, lugar de uma exposição permanente e de muitas exposições temporárias, mas igualmente de seminários, congressos, colóquios, conferências, cursos breves, lançamento de livros e muitas outras atividades. Com este novo espaço cultural, a Santa Casa reforçou o seu lugar na cidade e na região, chamando muitos visitantes nacionais e estrangeiros, o que demonstra a sua força e estabilidade.

## **2. Práticas de caridade exercidas na Misericórdia de Braga: breve apontamento**

A crescente preocupação relacionada com a salvação da alma levou a que fossem efetuados muitos legados e contribuições às Misericórdias, que enriqueceram e prosperaram devido a este facto. A ideia do Purgatório e a crença na libertação das almas incitaram grandes investimentos, doações e legados, uma vez que os benfeitores acreditavam que era por meio da execução destas obras de misericórdia, mas também da celebração de missas e de orações que se alcançava a paz eterna (Araújo, 2017).

A Misericórdia de Braga, tal como as restantes Confrarias congéneres, prestou auxílio aos mais carenciados, não só a nível material como também espiritual.

### **2.1. A assistência material**

#### **2.1.1. A concessão de esmolas e a assistência aos pobres e peregrinos**

Como já mencionámos, a possibilidade de recolher esmolas foi concedida no ano de 1514, quando a Misericórdia de Braga recebeu os privilégios da Misericórdia de Lisboa. Os rendimentos provenientes de peditórios efetuados semanalmente nas freguesias eram utilizados para prestar auxílio aos pobres, presos, peregrinos, doentes, cativos e entrevados, tendo a Confraria utilizado estes fundos num território que excedia o termo de Braga (Castro, 2006). Enterrava ainda os mortos.

A atribuição de esmolas aos pobres pela Misericórdia de Braga iniciou-se na primeira metade do século XVI, altura em que observou um crescimento do número de peditórios. Tal como se efetuava nas diversas Misericórdias, a Irmandade de Braga distribuía esmolas e bens materiais em momentos específicos do ano. As esmolas poderiam ser ordinárias ou extraordinárias, sendo estas primeiras concedidas às quartas-feiras e as segundas entregues ocasionalmente (Araújo, 2013). Verificava-se igualmente a concessão de esmolas aos pobres por ocasião de celebrações importantes do calendário litúrgico, como, por exemplo, no Natal, na Semana Santa e nos Fiéis de Deus, consoante os meios financeiros de cada Confraria, da quantidade de legados que recebiam e do número de pessoas que necessitavam de assistência (Castro, 2006).

De forma a obter acesso às esmolas, cada pobre tinha de efetuar uma petição à Mesa, na qual “se identificava, referia a sua residência, demonstrava a sua incapacidade para trabalhar e rogava a esmola de que necessitava” (Araújo, 2013, 462). Posteriormente,

seriam confirmadas as informações cedidas e avaliado a sua conjuntura a nível familiar, económica e financeira, sendo depois decidido se a pessoa em questão era merecedora de receber esmola ou não. As esmolas eram distribuídas pelos mais carenciados, beneficiando-se, principalmente, os doentes, os incapacitados e os pobres envergonhados.

As mulheres, independentemente do seu estado civil, receberam assistência da Misericórdia de Braga, sobretudo as órfãs, as viúvas com filhos menores e ainda as mulheres idosas (Pereira, 2015). Para serem consideradas dignas de receber esmolas deveriam ser honestas e honradas, vivendo uma vida exemplar e recatada, como, aliás, tem sido apontado para outras Misericórdias.

As esmolas concedidas pela Misericórdia de Braga eram também direcionadas a peregrinos. Para além da atribuição de esmolas, a Confraria recebia os peregrinos no Hospital de São Marcos, sustentando os seus gastos com rendimentos da instituição, outorgando, também, cartas de guia aos considerados merecedores (Araújo, 2016).

A Santa Casa da Misericórdia de Braga detinha um papel muito relevante na tentativa de minimizar os efeitos da pobreza, concedendo esmolas para contrariar esta realidade, numa altura em que a conjuntura social verificada era desfavorável a grande parte da população.

### **2.1.2. Assistência aos presos e cativos**

A prestação de assistência aos presos foi uma das primeiras Obras de Misericórdia efetuadas pela Confraria de Braga, tal como se observou em várias das suas congéneres (Araújo, 2013).

A assistência aos presos pela Misericórdia dividia-se entre o auxílio material e o espiritual. A instituição fornecia comida aos detidos, limpava as cadeias, intervinha nos seus processos criminais e garantiam atendimento médico. Nos casos em que se previa a morte dos encarcerados, administravam-se-lhes os sacramentos (Sá, 2017).

A assistência aos presos era da responsabilidade de dois mordomos, um oficial e outro de condição nobre, e de dois irmãos de segunda condição, aos quais estava incumbida a tarefa da distribuição da comida. Mas o número de irmãos que andava envolvido nesta assistência variava de acordo com a instituição e as suas possibilidades de ajudar encarcerados. Os detidos eram assistidos duas vezes por semana, por norma à quarta-feira e ao domingo, recebendo nestes dias esmolas e comida.

A assistência espiritual prestada aos presos era regular, pois em quase todas as cadeias existia uma capela próxima onde se celebrava de forma que os detidos assistissem pelas grades às celebrações. Nas principais celebrações religiosas, como, por exemplo, a Quaresma, o Espírito Santo, Todos-os-Santos e o Natal, era-lhes administrados também sacramentos. (Pereira, 2015). Em algumas destas datas, era também reforçada a ajuda material, nomeadamente no que diz respeito à alimentação.

De forma a serem aceites no rol, os detidos eram obrigados a remeter uma petição à Mesa, solicitando auxílio. Posteriormente, os mordomos averiguavam o motivo do seu aprisionamento e a sua situação familiar e financeira. Só era concedido socorro aos presos que eram pobres e que não tinham sido aprisionados “por dívidas, fianças ou condenados em degredo” (Araújo, 2013, 482), sendo forçoso que tivessem encarcerados há um período mínimo de trinta dias.

No que concerne ao resgate de cativos, a ação desenvolvida por parte da Santa Casa da Misericórdia de Braga não foi muito significativa.

### **2.1.3. Assistir a doença**

Tal como muitas das suas congéneres, a Misericórdia de Braga teve duas modalidades distintas de assistência aos doentes: o internamento no seu hospital e a prestação de cuidados ao domicílio.

A administração do Hospital de São Marcos foi entregue à Misericórdia de Braga em 1559, começando a usufruir, a partir de então, de condições mais propícias para a prestação de tratamento aos doentes, uma vez que tinha um espaço adequado para essa finalidade.

O Hospital de São Marcos estava mais direcionado para o tratamento de enfermos pobres e ao acolhimento de peregrinos, hospedados em espaços próprios. Apesar de serem aceites esses dois tipos de doentes, estas instituições usufruíam de espaços distintos para ambos, fazendo-se também distinção na forma como eram auxiliados (Araújo, 2013).

O regulamento de 1508 do Hospital de São Marcos privilegiava os cuidados espirituais em detrimento da assistência material. A prestação de auxílio espiritual no Hospital era exercida por um capelão, incumbido “de zelar pela acomodação dos peregrinos, especialmente dos religiosos e de celebrar missa quinzenalmente aos domingos e mais 252 ao longo do ano” (Araújo, 2013, 349). Para além destas obrigações

tinha ainda de realizar às segundas-feiras a missa de requiem, às quartas-feiras pela invocação do Espírito Santo e, por fim, aos sábados por Nossa Senhora (Araújo, 2013).

Os enfermos, em caso de hospitalização, eram aconselhados a entregarem o seu testamento, para além disso, deixavam ainda os seus bens ao provedor do hospital ou hospitaleiro, que seriam aproveitados e entregues como esmolas aos mais carenciados, se acabassem por falecer (Pereira, 2015).

O papel desempenhado pelo Hospital de São Marcos não é possível resumir a um ou dois parágrafos. Numa cidade em que na Idade Moderna existia apenas um hospital com corpo clínico e que recebia doentes de uma vasta região e mesmo estrangeiros, com diversas patologias, como era a sífilis, que obrigava a tratamentos diferenciados, e num período de crescimento dos cuidados à saúde, como foram os séculos XIX e XX, a sua ação foi enorme.

A assistência ao domicílio constituía outra das formas de assistência prestada pela Misericórdia de Braga. Nos casos em que os enfermos não queriam ou não podiam ser internados no Hospital de São Marcos, eram enviados profissionais de saúde para que fossem tratados na sua habitação (Araújo, 2013).

#### **2.1.4. Assistência a crianças**

As crianças eram alvo de ações de caridade quando eram pequenas, órfãs ou se pertencessem a famílias pobres, sendo assistidas sempre que precisavam de auxílio ou quando se encontravam desprotegidas.

A assistência aos meninos órfãos e expostos era, desde D. Manuel I, da responsabilidade da Câmara. No entanto, a Santa Casa da Misericórdia de Braga também intercedeu pelas crianças carenciadas, principalmente crianças órfãs ou crianças provenientes de famílias pobres (Castro, 2006).

No alvará de 18 de outubro de 1806 foram atribuídos, por determinação do Príncipe Regente, novos encargos e obrigações às Misericórdias relacionadas com a concessão de assistência aos expostos, conferindo-lhes uma participação mais ativa neste âmbito, sobretudo como gestora de legados ou testamentos instituídos com essa finalidade (Castro, 2006).

### 2.1.5. Assistência feminina

Consideradas frágeis e inábeis para conservarem a sua honra sozinhas, as mulheres eram auxiliadas nas mais diferentes etapas da sua vida. A assistência ao género feminino consistia no acolhimento em recolhimentos e na concessão de dotes para casar ou para ingressar em ordens religiosas (Araújo, 2013). Mas as mulheres receberam também esmolas, roupa, calçado e foram internadas nos hospitais e sepultadas por estas instituições.

A Misericórdia de Braga teve um papel muito relevante na assistência das mulheres. Para além da concessão de esmolas e da atribuição de dotes de casamento a jovens órfãs e pobres, a Irmandade administrava o recolhimento de Santo António, desde 1608, no qual acolhia mulheres solteiras, casadas ou até viúvas (Machado, 2014).

A prática da atribuição de dotes para casar era realizada, maioritariamente, por instituidores do sexo masculino, revelador da vontade de controlar e moldar as atitudes das mulheres. Estes dotes eram concedidos unicamente a jovens pobres, cuja conduta teria de ser exemplar (Oliveira, 2018).

A atribuição de dotes de casamento foi uma das ações mais recorrentes da Misericórdia de Braga no domínio da assistência às mulheres, verificando-se doação de alguns arcebispos, como é o exemplo de D. Frei Baltasar Limpo que, no seu testamento, deixou uma quantia de dinheiro à Confraria destinada à concessão de dotes a jovens órfãs (Araújo, 2013). Porém, a Santa Casa recebeu muitos outros legados destinados a dotar raparigas órfãs.

Para além da instituição de dotes a jovens mulheres, outra das formas de assistência feminina consistia no recolhimento em instituições próprias, reguladas por normas muito rígidas de forma conservar a honra das mulheres ou, em determinados casos, restituir a sua dignidade. (Araújo, 2017).

Fundado pelo clérigo Domingos Peres, o recolhimento de Santo António foi instituído no Campo da Vinha, na cidade de Braga. Esta instituição foi administrada pelo seu fundador até o seu falecimento, em 1608, transferindo-se, nesta altura, a sua gestão para a Santa Casa da Misericórdia de Braga<sup>8</sup>.

Tal como se verificava em muitas instituições semelhantes, o quotidiano do recolhimento gerido pela Misericórdia de Braga era marcado não só pelo isolamento,

---

<sup>8</sup> Para o estudo aprofundado da fundação, organização e fundamentos do recolhimento de Santo António consulte-se Machado, C. M. S. (2014). *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)* (Tese de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.

como também pela oração, devoção e trabalho (Araújo, 2013). Através destas práticas e de outros exercícios de carácter espiritual, era esperado que as recolhidas consolidassem valores religiosos e morais e se mantivessem dignas.

O controlo das recolhidas era da responsabilidade dos homens da Irmandade que deveriam assegurar o cumprimento de todos os regulamentos e normas determinadas e de acordo com os princípios morais estabelecidos e aceites pela sociedade (Araújo & Machado, 2015).

As mulheres que residiam no recolhimento de Santo António do Campo da Vinha, usualmente denominadas por “beatas”, pertenciam a distintos estratos sociais. Apesar de ter sido criado unicamente para seis mulheres, no decurso do século XVIII este número foi superado, devido a crescente procura verificada (Castro, 1995).

No ano de 1843, foi instituído um outro serviço no recolhimento de Santo António. A Mesa criou neste local uma escola reservada unicamente ao ensino de meninas pobres, salientando a importância da aprendizagem com o intuito de as preparar para o exercício de uma profissão. Apesar do encerramento do recolhimento em 1911, a Santa Casa da Misericórdia de Braga continuou a assistir as mulheres, mantendo a concessão de esmolas e o socorro em caso de necessidade de internamento hospitalar (Araújo, 2013).

## **2.2. Assistência espiritual**

No que concerne ao exercício de obras de misericórdia espirituais por parte da Misericórdia de Braga, “destacam-se os sufrágios pelos mortos através de missas, ofícios e responsos; o acompanhamento dos defuntos, a participação em procissões e confessar os irmãos da Mesa” (Castro, 2006, 294).

Tal como todas as suas congéneres, a Misericórdia de Braga prestava assistência espiritual aos irmãos e, principalmente, à comunidade, intensificando-se este auxílio a partir da segunda metade do século XVI, quando a Confraria começou a receber mais legados e já não dependia apenas de esmolas. A partir do momento em que passou a ter igreja própria, a Irmandade passou a ser responsável pela organização de mais atos de culto, celebrações, festividades e acompanhamento e enterro de mortos.

Na Misericórdia de Braga observou-se, no século XVIII, um enorme investimento na celebração de missas para a salvação da alma, ao contrário daquilo que se verificou em outras Confrarias. Em alguns casos, eram feitas orações de responsos rezados ou

cantados no final da celebração da missa ou no cemitério, junto à sepultura (Araújo, 2013).

Para além das devoções efetuadas na Igreja da Misericórdia, a Santa Casa de Braga realizava também atos de culto na Igreja do Hospital de São Marcos, gerida pela instituição, desde 1559. De todos os atos de culto celebrados, destacava-se o Espírito Santo, o Santíssimo Sacramento, a devoção a São Bento, São João Marcos e pelas almas do Purgatório. (Machado, 2013).

Todas as celebrações realizadas pela Confraria possuíam um papel muito relevante não só para a sociedade, como também para a Irmandade da Misericórdia<sup>9</sup>.

Com o surgimento das novas leis pombalinas e posteriormente o Liberalismo, a ação assistencial da Santa Casa em termos espirituais diminuiu, mais acentuadamente nos séculos XIX e XX. Atualmente, a Confraria mantém atividade cultural nas suas igrejas, celebrando missas e promovendo festas religiosas.

---

<sup>9</sup> Para um conhecimento mais aprofundado relativamente às manifestações e celebrações festivas organizadas pela Misericórdia de Braga consulte-se Novais, C. S. B. C. (2017). Manifestações festivas na Misericórdia de Braga (século XVIII). Dissertação de mestrado. Universidade do Minho.

### 3. Áreas de atuação da Misericórdia de Braga na atualidade

A Santa Casa da Misericórdia de Braga tem como base de atuação as catorze Obras de Misericórdia, tal como se tem verificado desde os primórdios da sua existência.

Atualmente, as atividades de solidariedade social são realizadas em diferentes freguesias da cidade de Braga. A sua ação centra-se na ação social, no culto católico, na promoção e difusão do espólio artístico, histórico e cultural da Misericórdia de Braga e na conservação do seu património urbano<sup>10</sup>.

Como já referimos, o apoio à infância e à terceira idade levou a Santa Casa de Braga a fundar instituições direcionadas para estas faixas etárias, assegurando a prestação de cuidados e assistência a crianças e a idosos. Atualmente, a Misericórdia de Braga administra o Centro de Dia Nossa Senhora da Misericórdia e presta apoio domiciliário a idosos. Gere também três estruturas residenciais para idosos: Estruturas Residenciais para Idosos<sup>11</sup>: Nossa Senhora da Misericórdia; ERPI - D. Diogo de Sousa e ERPI – Nevarte Gulbenkian. De forma a apoiar o setor da infância, a Misericórdia possui duas Creches: Creche Rainha S. Isabel e a Creche Rainha D. Leonor<sup>12</sup>.

No que diz respeito ao setor religioso, a Misericórdia mantém ativo o culto na Igreja da Misericórdia, na Igreja do Hospital São Marcos, na Capela de São Bentinho e no Cemitério Monte D´Arcos, organizando também algumas manifestações religiosas, como é o exemplo da Procissão *Ecce Homo*, realizada na Semana Santa.

A Farmácia é outra das valências pertencente à Misericórdia de Braga. A venda de produtos farmacêuticos e a prestação de serviços de saúde estão ligadas à história da instituição que, desde o século XVII, acolhia uma botica no Hospital de São Marcos, onde se preparavam manipulados<sup>13</sup>.

A cantina social “Abade da Loureira” constitui mais um dos serviços prestados pela Misericórdia de Braga aos mais carenciados, provisionando diariamente refeições, sendo algumas destas comparticipadas pelo Instituto da Segurança Social e as restantes suportadas totalmente pela Santa Casa<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Consulte-se a documentação institucional disponibilizada no site da Santa Casa da Misericórdia de Braga, mais especificamente o Plano de atividades e investimentos de 2022. <https://www.scmbraga.pt/irmandade/documenta%C3%A7%C3%A3o-institucional>

<sup>11</sup> Estruturas Residenciais para Idosos, doravante ERPI.

<sup>12</sup> Consulte-se o site oficial da Santa Casa da Misericórdia de Braga para obtenção de mais informações relativamente às ofertas disponibilizadas na área social. <https://www.scmbraga.pt/p%C3%A1gina-inicial>

<sup>13</sup> SCMM. (2021). Santa Casa da Misericórdia de Braga. Retrieved from <https://www.scmbraga.pt/p%C3%A1gina-inicial>

<sup>14</sup> Reveja-se o Plano de atividades e investimentos de 2022 <https://www.scmbraga.pt/irmandade/documenta%C3%A7%C3%A3o-institucional>

A Misericórdia de Braga integra ainda dois projetos sociais. O serviço do RLIS SAAS – Rede Local de Intervenção Social Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, que teve início em junho de 2016, e o projeto MakeBraga CLDS 4G Santa Casa da Misericórdia de Braga – Contrato Local de Desenvolvimento Social de Braga, resultante da parceria entre o Centro Social e Paroquial de Santo Adrião e a Cáritas Arquidiocesana de Braga<sup>15</sup>.

Esta instituição efetuou, como já referido, obras de restauro e requalificação no Palácio do Raio, onde inaugurou o Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, a 28 de dezembro de 2015<sup>16</sup>. Esta valência permite promover e preservar o património histórico, artístico e cultural da Instituição, ao mesmo tempo que oferece um conjunto alargado de serviços culturais à cidade e à região, mas também a todos que o visitam, nacionais e estrangeiros.

---

<sup>15</sup> De forma a conhecer os dois projetos integrados pela Santa Casa da Misericórdia de Braga consulte-se <https://www.scmbraga.pt/outras-actividades>.

<sup>16</sup> Sobre as obras de conservação e restauro realizadas no edifício do Palácio do Raio leia-se Figueiredo, M. (2015). Intervenção de conservação e restauro do património artístico integrado no Palácio do Raio. In Reis, B., Providência, F., Rocha, M. J. M., Machado, M., Figueiredo, M., Guedes, M. & Soares, P. S. (2015). Palácio do Raio. Um olhar sobre a sua reabilitação pp.44-63. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

## CAPÍTULO IV: PATRIMÓNIO CULTURAL E AS NOVAS TECNOLOGIAS

### 1. O valor do Património Cultural

Etimologicamente, a palavra património vem do latim *patrimonium*, derivada de *pater*, pai. Esta palavra aplicava-se aos bens pertencentes ao *paterfamilias* que seriam herdados pelos seus sucessores (Mendes, 2012), remetendo para noções de legado e de herança.

Este termo, para além de estar associado ao património familiar, remete ainda para outros âmbitos, como é exemplo o património económico e jurídico, salientando-se ainda o património histórico (Choay, 2014). Esta última expressão é utilizada para definir um alargado conjunto de objetos que nos permitem conhecer e estudar acontecimentos que ocorreram no passado, podendo estes ser “obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos” (Choay, 2014, 11).

A contínua evolução deste termo deve-se ao surgimento de novas perspetivas em relação ao património cultural e à consciencialização da importância da sua preservação e salvaguarda (Vieira, 2008).

Atualmente, a palavra “património” está associada ao conceito de identidade, verificando-se uma crescente preocupação relativamente à sua valorização e conservação, uma vez que, o conhecimento e estudo do património é fulcral para a compreensão do passado.

O conceito de património encontra-se intrinsecamente ligado à ideia da existência de valor. Esta conceção de valor é conferida a bens patrimoniais, culturais e históricos que podem remeter para um importante acontecimento do passado, sendo este de grande relevância para a formação da identidade de um país ou da sociedade em si, essencial para a transmissão cultural (Silva, 2000).

Nos termos da Lei de Bases do Património Cultural, “integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”. (Lei nº 36/2021).

A proteção, valorização e divulgação do património cultural é da responsabilidade do Estado, que deve garantir a transmissão da herança cultural às gerações vindouras. A

continuidade deste legado é muito relevante, uma vez que, permite consolidar a identidade e memória nacional, características únicas e diferenciadoras de cada local.

A necessidade de preservação e valorização do património cultural expressa na Constituição determinou a premência de elaborar uma conceção jurídica, baseada no reconhecimento do valor de um bem específico, tornando fulcral proceder à categorização de bens culturais (Gomes, 2008).

O reconhecimento desta classificação é fundamentado pela “atenção conferida pela Constituição ao património cultural e a elevação da sua proteção e valorização tarefa fundamental do Estado, concretizada através da emissão da legislação necessária ao enquadramento jurídico dos bens culturais” (Gomes, 2008, 21).

O Estado, responsável pela defesa e valorização do património cultural nacional, tem a obrigação de estabelecer normas legislativas e executivas que protejam o setor patrimonial e cultural, garantindo, assim, a preservação do mesmo (Pinto, 1996).

A legislação divide o património cultural em três grupos distintos: património imóvel, património móvel e património imaterial.

Segundo a Lei 107/2001, os bens imóveis dividem-se nas categorias de monumento, conjunto ou sítio, podendo estes ser classificados como de interesse público, de interesse nacional ou de interesse municipal.

Com base na Convenção sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, os monumentos podem ser obras de pintura, de escultura ou obras arquitetónicas, inscrições, elementos arqueológicos e conjuntos de elementos com valor universal na área da ciência, da história ou da arte (Convenção sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972).

No decurso do século XX, surgiram diversas convenções internacionais devido à necessidade de preservação e salvaguarda do património. Destaca-se o papel de certos organismos nas questões relacionadas com o património cultural, como é o exemplo da UNESCO, do Conselho da Europa e do ICOMOS. Estas instituições internacionais possuem um papel de grande relevância no que diz respeito à conservação, proteção e promoção dos monumentos, conjuntos e sítios.

No que diz respeito aos conjuntos, estão incluídos nesta categoria os grupos de construções isoladas ou reunidas que, devido à sua arquitetura, unidade ou incorporação na paisagem adquirem valor global no campo da ciência, da história ou da arte (Convenção de Granada, 1985).

Relativamente aos sítios, estão abrangidas as obras do homem, ou obras que conciliam o homem e a natureza, e as zonas, englobando os lugares de interesse arqueológico, com valor coletivo notável do ponto de vista estético, etnológico, antropológico ou histórico (Convenção de Granada, 1985).

Segundo a Lei 107/2001, o património móvel é constituído pelo conjunto de bens culturais que podem ser transportados. Neste conjunto de bens culturais móveis são integrados as “espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, audiovisuais, bibliográficas, fotográficas, fonográfica” (Lei nº 107/2001).

Para efeitos da atual lei, incluem o património imaterial as realidades que, possuem ou não base em objetos móveis ou imóveis, “representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas” (Lei nº 107/2001).

Destacam-se neste conjunto as tradições, as expressões orais, os processos e técnicas tradicionais, expressões artísticas e práticas sociais, devendo, mais uma vez, ser preservadas, valorizadas e salvaguardadas para memória futura (Lei nº 107/2001).

O património cultural está sempre em constante mudança sendo fundamental a sua preservação. Para isso, é essencial o conhecimento profundo da História, bem como de diversas técnicas de conservação e inovação (Martins, 2017). Por estar intrinsecamente ligado à memória, é fulcral a articulação entre o passado e o presente, permitindo-nos, deste modo, construir uma identidade coletiva, que nos caracteriza e diferencia dos restantes locais, países ou comunidades.

A consciência histórica é uma questão muito relevante, visto que, é através dela que podemos conhecer o nosso passado, permitindo-nos, conseqüentemente, entender a nossa atualidade (Mendes, 2012).

Para além do progressivo interesse da população no património cultural, é de salientar, também, o facto de que existem cada vez mais instituições destinadas à proteção do património, refletindo-se numa nova forma de desenvolvimento cultural (Jokilehto, 2005).

Tem-se verificado um aumento gradual do número de associações relacionadas com a proteção, salvaguarda e divulgação do património cultural, tanto a nível nacional como também mundial. Destacam-se ainda corporações que direcionam a sua ação para a intervenção, revitalização e requalificação do património, sendo estas igualmente relevantes para a preservação do mesmo.

Em Portugal existem inúmeras associações que direcionam as suas atividades para o setor do património. Temos como exemplo a Associação Portuguesa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que tem como principal objetivo demonstrar e diferenciar o carácter identitário do património, e a Associação Mundo Património, que se dedica ao conhecimento e divulgação do património nacional.

O principal objetivo da conservação e da preservação do património cultural é manter a sua integridade, autenticidade e identidade. O património cultural, por ser o núcleo da identidade coletiva, é único e singular (Mendes, 2012). Esta marca identitária deve ser valorizada, defendida e salvaguardada, uma vez que, representam todos os acontecimentos que nos precederam, contribuindo também para o enriquecimento e desenvolvimento da sociedade (Martins, 2017).

## **2. Preservação e valorização do Património Cultural através das novas tecnologias**

O mundo encontra-se em contínua evolução, tornando-se, por isso, fundamental a adaptação dos indivíduos às modificações que vão ocorrendo ao longo dos tempos. A par desta constante evolução verificamos, igualmente, grandes desenvolvimentos no campo das novas tecnologias, cada vez mais importantes não só para o indivíduo em si como também para a sociedade em geral.

Os avanços tecnológicos efetuados nas mais diversas áreas, de que é exemplo a ciência, saúde, educação, entre muitas outras, trouxeram inúmeros benefícios para a sociedade, tornando-se, cada vez mais, fundamental a utilização de ferramentas tecnológicas no quotidiano de cada indivíduo.

O impacto das novas tecnologias de comunicação e informação no setor cultural é notório. O constante desenvolvimento tecnológico tem vindo a modificar a forma como acedemos à cultura, observando-se a criação de novos meios e serviços para a disponibilização e distribuição de produtos culturais, tornando, deste modo, todo o processo mais prático e flexível (Leal, 2018).

Com o surgimento e a disseminação das novas tecnologias foi necessário ajustar as ofertas culturais à procura, sendo essencial repensar a forma como se ofereciam os produtos e serviços, segmentar a procura e, principalmente, satisfazer as necessidades dos seus consumidores (Serra, 2008).

Devido à crescente utilização das plataformas digitais verificou-se que era imprescindível adaptar as novas tecnologias de informação à atividade turística e patrimonial, estabelecendo outras formas de captação e interação com os consumidores.

A necessidade de ter presente as tecnologias digitais em espaços patrimoniais, museus, centros interpretativos, entre outros, é inegável. A utilização de meios tecnológicos nestes locais permite modificar por completo a experiência dos visitantes, concedendo-lhe novas formas de acesso, interpretação e compreensão do conhecimento (Mestre & Benito, 2014).

Atualmente, as novas tecnologias são indispensáveis para a promoção e difusão do património cultural, tornando-se fundamental a implementação destas ferramentas nestes locais, de modo a dar mais visibilidade ao património, tanto material como imaterial (Carvalho, 2011).

A divulgação do património pode ser efetuada através de diversos meios, como é exemplo a rádio, a imprensa, a televisão e as novas tecnologias, que permitem uma comunicação em massa, atingindo um público muito amplo (Hernández, 2002).

O progressivo aumento da utilização da internet e das novas tecnologias veio a modificar as formas de acesso a conteúdos e atividades culturais. Deste modo, devem ser encontrados novos meios de forma a despertar e captar a atenção dos consumidores, tornando-se imprescindível ajustar a oferta a esta nova realidade tecnológica em que vivemos (Serra, 2008).

É de salientar que a evolução tecnológica nos espaços culturais deve de ser realizada com o objetivo de melhorar a experiência dos visitantes, seja física ou virtualmente, melhorando a compreensão e interpretação dos conteúdos, usufruindo do grande potencial das ferramentas digitais (Mestre & Benito, 2014).

Tem-se verificado um sucessivo envolvimento, por parte dos indivíduos, nas mais diversas atividades e serviços culturais por meio de plataformas digitais, visto que, grande parte destes bens e serviços se encontram disponíveis através de uma simples pesquisa na internet.

De facto, as novas tecnologias e plataformas digitais, transformaram-se num relevante método para a promoção e valorização do património cultural (Leal, 2018). Tem-se constatado um aumento exponencial da utilização dos meios digitais na área da cultura, refletindo-se numa nova forma de salvaguardar e preservar o património cultural, fundamental para a identidade e memória.

A preservação e valorização do património cultural pode ser também efetuada por meio da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação. A utilização destas ferramentas tecnológicas possibilita a apresentação de conteúdos de uma forma mais dinâmica, visto que é possível incorporar textos, vídeos, sons e imagens na apresentação das informações, tornando-se mais apelativas ao público.

O uso dos meios digitais é imprescindível para dar visibilidade e reconhecimento ao património cultural (Carvalho, 2011). A aplicação de diversas ferramentas tecnológicas em museus, centros interpretativos e monumentos históricos facilita a promoção e a divulgação do seu espólio. Atualmente, é possível ter acesso a coleções de bibliotecas e arquivos, obter informações relativamente a eventos culturais, utilizar aplicações que guiam o visitante pelos monumentos e museus em diferentes línguas, adquirir conteúdos educativos, visitar museus de qualquer parte do mundo, assistir a transmissões em direto, entre muitas outras opções (Leal, 2018).

O ajuste, por parte das entidades culturais, a esta nova forma de participação cultural permite que a criação e partilha de conteúdos seja feita a partir de qualquer local, ultrapassando o grande impedimento da localização geográfica, tornando mais prática e flexível a interação entre os espaços culturais e os visitantes, facilitando a captação de novos públicos.

Outra das estratégias de salvaguarda do património, principalmente do património cultural imaterial é a digitalização. Este processo permite o acondicionamento de coleções associadas ao património imaterial nos mais variados formatos, como é exemplo a fotografia, vídeo, áudio e textos (Carvalho, 2011). Este procedimento diminui o número de vezes que os objetos são manuseados, possibilitando a sua preservação durante um período alargado de tempo.

São inúmeras as potencialidades associadas à preservação e valorização do património cultural através das novas tecnologias de informação e comunicação e das plataformas digitais. O desenvolvimento de novos métodos deve acompanhar a evolução constante do mundo, adaptar-se às novas circunstâncias e preferências dos consumidores, tendo sempre em consideração a preservação e salvaguarda do património.

## **CAPÍTULO V: CENTRO INTERPRETATIVO DAS MEMÓRIAS DA MISERICÓRDIA DE BRAGA**

### **1. Dos primórdios até Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga: breve resumo**

João Duarte de Faria e Silva, natural de Guimarães, estabeleceu-se em Braga aos 15 anos, onde trabalhou numa casa comercial na Porta do Souto. De forma a consolidar o seu estatuto, procedeu à compra de um edifício numa zona pouca urbanizada, tendo sido posteriormente demolido para a construção de um palacete. A obra do Palácio do Raio foi encomendada a André Soares, um dos mais ilustres arquitetos da cidade de Braga, em 1752/1754.

O edifício, denominado primeiramente por Casa dos Granjinhos, manteve-se na posse dos herdeiros de João Duarte de Faria e Silva até 1853. Neste ano, José Maria Duarte Peixoto, um dos herdeiros do primeiro proprietário, vendeu o imóvel a Miguel José Raio, a 25 de maio de 1853.

Como anteriormente referido, Miguel José Raio, natural de Braga, fez fortuna no Brasil e quando regressou efetuou vários investimentos na cidade. Fundou, na segunda metade do século XIX, o Banco do Minho, comprou o Palácio do Raio e foi honrado pelo rei D. Luís I, a 3 de dezembro de 1870, com o título de Visconde de São Lázaro<sup>17</sup>.

Foi responsável por diversas modificações no edifício e introduziu algumas alterações estilísticas, devendo-se a este proprietário a colocação dos característicos azulejos azuis na fachada e a designação de Palácio do Raio.

Após a morte do último proprietário privado do Palácio do Raio, o imóvel foi entregue ao Banco do Minho para pagamento de dívidas. Em 1884, por se localizar muito próximo do Hospital de São Marcos, o edifício foi adquirido pela Santa Casa da Misericórdia de Braga, passando a integrar alguns serviços do hospital.

---

<sup>17</sup> Segundo a Dissertação de Mestrado de Marina Garcia de Oliveira, intitulada de “Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado”, a atribuição de títulos nobiliárquicos no século XIX era realizada como forma de reconhecimento e distinção por determinada ação praticada, sendo estas concessões régias relevantes na medida em que conferem um importante estatuto à pessoa a quem lhe era outorgado.

No caso específico de Miguel José Raio, o título de Visconde de São Lázaro foi-lhe atribuído devido à criação de instituições de crédito e instrução e pelo desempenho de ações de caridade, como podemos ler em “De palacete dos Granjinhos a Palácio do Raio – A história de uma casa” de Manuela Machado.

Em 1956, foi considerado Imóvel de Interesse Público<sup>18</sup>, passando para a administração do Estado em 1974, tal como o Hospital de São Marcos, tendo retornado à posse da Santa Casa da Misericórdia de Braga em 2012.

O imóvel foi objeto de profundas obras de reabilitação, conservação e restauro realizadas entre 2014 e 2015, num projeto cofinanciado pelo ON.2 – O Novo Norte. Depois de ter sido reabilitado integralmente, abriu ao público como Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, em dezembro de 2015.

No Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga é possível observar-se um pouco da história multissecular da referida Santa Casa, encontrando-se, ao longo das dez salas da exposição permanente, documentação arquivística, artigos hospitalares, cerâmica, arte sacra, pintura e escultura. O acervo pertencente à Misericórdia de Braga é apresentado de uma forma interativa, permitindo o envolvimento do público, possibilitando igualmente contemplar a arquitetura e a arte de todo o edifício.

## **2. Atividades elaboradas durante o estágio curricular**

As atividades desenvolvidas no decurso do estágio curricular consistiram na execução das tarefas inicialmente propostas e na realização de diversas ações de divulgação e atividades culturais. Para além disto, prestei apoio, sempre que necessário, na receção do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga e nas variadas iniciativas organizadas pela Santa Casa da Misericórdia de Braga.

### **2.1. Tarefas propostas**

As tarefas propostas incluíram a concretização de um roteiro turístico com o património edificado da Santa Casa da Misericórdia de Braga, intitulado de “Caminhos da Misericórdia”, que serviria de base para a execução de visitas guiadas aos locais pertencentes à Confraria.

---

<sup>18</sup> Segundo o Decreto-Lei nº309/2009 no qual se aborda a classificação dos bens imóveis de interesse cultural, estes podem ser divididos em três classificações distintas, sendo este imóvel de interesse nacional, de interesse público ou municipal. Considera-se um bem de interesse nacional “quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação”, podendo estes ser monumentos, conjuntos ou sítios, utilizando-se a denominação de monumento nacional.

Relativamente aos bens de interesse público, é atribuída esta designação a um bem cuja “respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional”.

No que diz respeito aos bens de interesse municipal, é conferida esta denominação quando a “proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um município.

Para além do mencionado, foi proposto a realização de um vídeo promocional alusivo aos “Caminhos da Misericórdia”, com o intuito de divulgar o património edificado pertencente à Misericórdia de Braga e alcançar o maior número de pessoas possível.

### **2.1.1. Roteiro turístico “Caminhos da Misericórdia”**

O roteiro turístico “Caminhos da Misericórdia” engloba o património edificado da Santa Casa da Misericórdia de Braga. Inclui a Igreja da Misericórdia, a Igreja do Hospital de São Marcos, a Capela de São Bentinho, o Palácio do Raio e a ala da Misericórdia de Braga que se encontra no cemitério de Monte D’Arcos.

Este guião contém a informação essencial relativamente a cada local mencionado. São referidos os aspetos mais relevantes em termos arquitetónicos e estéticos, abordando-se igualmente, de forma geral, os processos da sua fundação e criação, relacionando cada edifício com a história da Santa Casa da Misericórdia de Braga.

O roteiro serve como base dos conteúdos necessários para a realização de visitas guiadas aos “Caminhos da Misericórdia”, proporcionando uma compreensão global da história de cada local, permitindo ao mesmo tempo conhecer uma parte da Irmandade e das práticas realizadas pela mesma.

#### **○ IGREJA DA MISERICÓRDIA**

#### **FUNDAÇÃO DA IGREJA DA MISERICÓRDIA:**

Conforme já ficou referido, a fundação da Misericórdia de Braga deveu-se ao arcebispo D. Diogo de Sousa, importante figura da história bracarense do século XVI, que, entre 1505-1532, introduziu diversas alterações na cidade, não só a nível eclesiástico, como também arquitetónico e cultural (Macedo, 2010).

Inicialmente, a Irmandade da Misericórdia de Braga foi acolhida provisoriamente na Capela de Nossa Senhora da Piedade, também conhecida como capela de Jesus, junto ao claustro da Sé Catedral, com autorização de D. Diogo de Sousa.

Encarregar de cumprir inúmeras obras de misericórdia, era essencial para a Confraria possuir o seu espaço próprio. Deste modo, em 1558, o arcebispo D. Frei Baltasar Limpo (1550-1558), cedeu a primeira licença canónica para dar início à construção da igreja (Macedo, 2010). Em 1561, o seu sucessor, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582), consentiu a sua licença para proceder à edificação da mesma. Para

além disto, concedeu também autorização para que fossem celebrados ofícios divinos nos seus altares e atribuiu indulgências a todos os que auxiliaram na sua construção.

Com uma fachada do estilo renascentista, a obra foi concluída no ano de 1565, sob a jurisdição do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1558-1582).

### **FACHADA:**

De estilo renascença italiana, é possível observar na sua fachada principal, no centro por cima da janela, uma cartela circular de granito, que indica a data da sua edificação: 1562.

Nesta mesma fachada, identificam-se quatro colunas jónicas, localizando-se duas de cada lado do arco da porta de entrada. No que diz respeito às colunas, existem referências de que estas tivessem sido pintadas a óleo e cal, sendo possível que esta pintura fosse idêntica à que foi descoberta nas colunas presentes na capela lateral ou semelhante à dos arcos situados do retábulo inicial.

No ano de 1770, foi colocado o escudo do Rei de Portugal sobre o arco da entrada, aquando da sua aclamação como protetor da Irmandade. No centro das duas colunas, encontram-se duas estátuas sobre bases talhadas. Uma delas é a de Santa Isabel, rainha de Portugal, e a outra de São Luís, rei de França, ambos reconhecidos pelo seu serviço, devoção e auxílio aos mais necessitados, tendo sido colocadas nesse local, em 1723 (Macedo, 2010).

Na parte lateral, no cimo de uma porta, este templo possuía um complexo escultural alusivo à Visitação, hoje presente no Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, para melhor conservação. Foi substituído por uma réplica. Essa escultura é basilar no património simbólico destas confrarias. Esta porta lateral assume ainda nos nossos dias papel fundamental, por ser através dela que sai a procissão do Senhor Ecce Homo, em direção à porta de São Geraldo da igreja da Sé, local para onde se desloca o desfile processional.

### **NAVE DA IGREJA:**

A igreja possui uma única nave, quase quadrada, cujo teto é composto por caixotões pintados e dourados. É dedicada a Nossa Senhora da Misericórdia, sendo evocados os primordiais mistérios da alegria e glória de Cristo, apresentados no decurso dos séculos nos mais diferentes estilos e formas.

Observam-se as pias de água-benta em formato de concha, em granito. Estas encontram-se semi-embutidas sob um arco gótico, tendo possivelmente sido aí colocadas depois da edificação do coro alto, de forma a poder dar-lhe algum apoio.

Inicialmente, o pavimento da igreja era constituído por taburnos de madeira que eram posicionados por cima de guias de granito, demarcando, deste modo, as sepulturas. Este pavimento foi substituído por soalho em 1891, momento em que se deixaram de efetuar enterramentos na igreja.

No início, é possível que as paredes laterais tivessem ficado de pedra à vista ou caiadas, tendo sido, posteriormente, recobertas de azulejo por Francisco Fernandes Buléu, entre 1663-1664. É provável que a pintura do teto e das paredes corresponda aquela que foi realizada no decorrer das obras de 1892 ou 1804, quando foi efetuado o tratamento com asfalto às paredes da igreja, bem como às do restante edifício (Macedo, 2010).

O teto é composto por caixotões retangulares e simétricos de madeira, sendo cada um destes constituído por um painel com tiras de madeira, recoberto de gesso, com acabamento de pintura colorida e dourada. No caixotão central, observa-se o brasão da Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Quando se procedeu ao alargamento das janelas laterais, foram colocados vitrais coloridos no primeiro quartel do século XX, produzidos em Espanha. Próximo do altar-mor, do lado esquerdo, observa-se o vitral da Adoração de Jesus, e, na mesma lateral junto ao coro, o da Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel. No lado oposto, por cima do púlpito, encontra-se o brasão da Santa Casa da Misericórdia de Braga e, junto do coro, o brasão da cidade de Braga.

### **CAPELA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO:**

Foi aberto um arco, em 1689, de forma a permitir passagem para a área que correspondia à antiga sacristia, para estabelecer a capela do Santíssimo Sacramento. Antes da implementação desta capela, existia um retábulo que possuía um painel de Nossa Senhora da Boa Morte, designado como «Dormição» ou «Trânsito da Virgem», tendo a sua tela sido pintada por Bento Coelho, em 1703 (Macedo, 2010). Este retábulo chamava a atenção para um dos aspetos importantes da vida, que é a morte e que nas Misericórdias está associado a duas das suas obras: a sétima espiritual e a sétima corporal, respetivamente rezar pelos vivos e pelos defuntos e enterrar os mortos.

O retábulo de talha dourada, destinado ao Santíssimo Sacramento foi edificado em 1867, possuindo motivos alegóricos da Eucaristia. Por cima do sacrário, encontra-se

uma imagem de Nossa Senhora da Misericórdia, e nas laterais as imagens de São João Batista e de Santo António.

### **RETÁBULO E TRIBUNA:**

A construção do retábulo de madeira dourada, atribuída a Marceliano de Araújo, iniciou-se em 1735, tendo sido terminada apenas cinco anos mais tarde. Este novo retábulo substituiu o original de granito, constituído por três arcos, pintados e dourados, da autoria de Belchior Fernandes (Macedo, 2010).

No coroamento do retábulo, as figuras centrais correspondem a Maria e sua prima Santa Isabel, sendo possível observar também as imagens de São Zacarias e São José, representando este conjunto de imagens a Visitação.

No pano do retábulo é possível contemplar figuras alegóricas das virtudes teologais: Esperança, Caridade, Fé, que designam Deus como fundamento de toda a vida cristã. Podemos ainda encontrar as virtudes cardeais neste mesmo local: Fortaleza, Temperança, Prudência e Justiça, que garantem um caminho seguro em todas as decisões tomadas e acompanham o trajeto de cada pessoa na terra.

O retábulo é constituído por três altares, tendo o do centro sido transferido para o supedâneo (estrado junto ao altar onde o sacerdote põe os pés enquanto celebra a missa) da capela-mor, de acordo com as diretrizes litúrgicas. No altar lateral esquerdo, observa-se a figura do Senhor Ecce Homo, que concede o nome à procissão penitencial de Quinta-feira Santa, encontrando-se, por cima desta, a imagem de São Bento. No altar lateral direito, venera-se a imagem da Nossa Senhora da Piedade, também conhecida como *Pietà* localizando-se, sob esta, a imagem de Frei Bartolomeu dos Mártires.

O frontal de altar, esculpido sobre madeira, dourado e policromado, representa o milagre da multiplicação dos pães e dos peixes.

Esta igreja, fruto da evolução dos tempos, integra ainda um conjunto alargado de escudos reais, numa clara mensagem de recordar a todos os crentes e visitantes a origem e ligação das Misericórdias à Casa Real.

### **SACRISTIA:**

A ampla sacristia contém um rico espólio da Misericórdia de Braga. Esta possui dois móveis de enorme valor histórico e patrimonial: o arcaz e o contador, concebidos e realizados por Agostinho Marques e os seus artesãos, entre 1700 e 1701.

O imponente arcaz, construído neste local, possui 12 gavetões ornamentados com ferragens artesanais e com tremidos de pau-santo, guarda paramentos utilizados nas celebrações litúrgicas e outras alfaias de tecidos de linho e rendas. Sobre este móvel encontra-se, no centro da parede, uma imagem de Cristo, de madeira, pregado numa cruz de pau-santo, do ano de 1700. Nas laterais observam-se dois espelhos de enormes dimensões de origem inglesa, adquiridos em 1700 na cidade do Porto (Macedo, 2010).

O contador, executado em 1701, contém gavetas numeradas, nas quais eram guardados panos de linho, amitos e sanguíneos dos celebrantes e cálices sagrados usados diariamente na Eucaristia.

O teto de gesso, dos inícios do século XX, possui molduras no centro, cantos e cercadura. Quando foi restaurado encontraram-se vestígios do teto original, dos finais do século XVII, constituído por barotes, vigas e forro, apresentando pinturas dessa época.

#### **CAPELA DO ANDOR DO SENHOR ECCE HOMO:**

Este espaço de pequena dimensão é o que melhor preserva a sua forma original. É utilizado para guardar o valioso e histórico andor do Senhor *Ecce Homo*, que recebe a sua imagem na Procissão de Quinta-feira Santa, também conhecida como Procissão dos Fogaréus ou do Senhor da Cana Verde. A base do andor é coberta por veludos roxos bordados a ouro, acabados com peças de prata maciça e contém uma marca de ligação à Casa Real, através do escudo que neles se patenteia. Em volta é possível observar as bandeiras que evocam as Obras de Misericórdia, pintadas pelo artista Francisco Neto.

#### **SALA DAS SESSÕES:**

No segundo piso encontramos a Sala das Sessões, anteriormente designada por salão nobre, dividida por uma porta corrediça datada dos inícios do século XX. O seu pavimento, outrora alcatifado, é de pinho de riga. As paredes eram recobertas a papel, mas, por este se ter deteriorado, foi retirado. Posteriormente, as paredes foram picadas, rebocadas e pintadas na sua cor original.

Observa-se um grandioso oratório, construído em 1742, com a figura de Jesus crucificado, venerado por um nobre e um clérigo.

Neste salão, eram executadas as Assembleias Gerais da Irmandade, observando-se, no centro desta sala, a mesa redonda da presidência destas reuniões. Para além disto, era neste local que se procedia ao acolhimento dos participantes da Procissão do Senhor *Ecce Homo* e do Enterro do Senhor.

Igreja icónica, este templo remonta a quinhentos, foi alvo de muitas intervenções, que lhe proporcionaram muitas alterações e acompanhar os tempos. Está intimamente associado à Misericórdia, por ser no complexo anexo que se procedia à vida administrativa desta instituição.

#### ○ **IGREJA DO HOSPITAL DE SÃO MARCOS**

Templo antigo, esta igreja, inicialmente denominada do Espírito Santo, foi alvo de muitas transformações alcançando em finais do século XVIII grandes obras de remodelação, que lhe conferiram a atual configuração. Inserida no antigo Hospital de São Marcos e tutelada pela Santa Casa da Misericórdia de Braga, foi projetada pelo arquiteto Carlos Amarante, em 1787, tendo sido inaugurada apenas em 1836.

#### **FACHADA:**

De estilo neoclássico, destaca-se a sua fachada convexa, que conjuga o templo central com os dois blocos civis que o enquadram, e que lhe confere uma notável plasticidade escultórica e pictórica. Como referimos, este templo veio substituir o edifício da antiga igreja do hospital, cujo orago era o Espírito Santo.

A igreja, ao centro do complexo hospitalar, permitia que os doentes pudessem rezar e assistir às cerimónias religiosas, mormente existirem dentro do hospital e nas enfermarias altares para se celebrar e os doentes poderem assistir aos ofícios divinos. Em alguns deles, os doentes encontravam ainda um espaço de oração.

A frontaria está encimada por esculturas de granito da região, representando os Apóstolos. Ao centro preside a imagem, também de granito, do orago da Igreja - São João Marcos -, cujas relíquias estão recolhidas no seu interior, num túmulo monumental de mármore branco com embutidos de várias cores, para onde foram transferidas em 1718, por iniciativa do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728). A urna primitiva, que veio de uma antiga ermida demolida, está colocada sob este conjunto.

#### **INTERIOR:**

Por baixo do nicho e sobre a janela central, na zona do friso da igreja, observa-se a seguinte inscrição: BEATU JOANNES MARCUS CHRISTI / DOMINI DISCIPULUS ANAGRAMA IS-IN / MUNDO PIUS EST MEDICUS TUIS INCOLIS BRACHARA, cuja tradução é: “Beato João Marcos, Discípulo de Cristo Senhor. Anagrama IS-IN. No

Mundo é o médico piedoso para teus habitantes, Braga”, aludindo ao poder miraculoso deste santo (Machado, 2013).

A encimar o templo, encontra-se uma cruz, símbolo da presença de Cristo, e por baixo estão as armas de D. João VI.

Neste conjunto, destaca-se ainda a composição e o desenho das janelas. De diferentes tamanhos e formas, além de conferirem luz aos interiores, revelam uma forte componente estética e plástica que dinamizam o espaço interior. Na fachada podemos ver janelas retangulares, quadradas e ovais. Também no interior encontrámos várias janelas de formas retangulares e quadradas e ainda as varandas na galeria.

O retábulo do altar-mor é da autoria do mestre José Francisco Moreira, que o fez em 1799, tendo sido pintado, como os restantes, por Bento José Teixeira.

Nesta igreja, Carlos Amarante utilizou a ordem compósita, visível não só na fachada, onde se destacam as quatro colunas da frontaria, mas também no seu interior e nos respetivos altares em talha, desenhados pelo arquiteto.

Entre abril de 2000 e 15 de março de 2007, a igreja sofreu obras de beneficiação, tendo sido restaurada e requalificada.

### **TÚMULO DE SÃO JOÃO MARCOS:**

D. Gualdim Pais, armado cavaleiro por D. Afonso Henriques, em 1139, alistou-se na Ordem dos Templários tendo seguido para a Palestina, onde acompanhou o Grão-Mestre da sua Ordem, em defesa dos Lugares Santos. D. Gualdim Pais terá depositado as relíquias do Santo Mártir, São João Marcos, trazidas da Terra Santa, quando regressou a Braga (Macedo, 2008).

Inicialmente, a ermida do Espírito Santo terá sido o lugar de culto dos Templários, no entanto, após a extinção desta Ordem, a ermida do Espírito Santo entrou em decadência. No ano de 1312, D. Diogo de Sousa, reformador da cidade, mandou demolir esta ermida que se encontrava em ruínas. As relíquias de São João Marcos foram transferidas para a capela do Hospital, que corresponde ao espaço atual da Capela-mor da Igreja, tendo sido colocadas numa urna de mármore branco.

O túmulo de São João Marcos começou a ser mais venerado e reconhecido, verificando-se um grande aumento do número de devotos a este santo. A partir de então, o hospital começou a ser conhecido como Hospital de São Marcos, recebendo o nome do patrono da sua igreja.

D. Rodrigo de Moura Teles, arcebispo de Braga, para além de ter sido um grande benfeitor da Santa Casa foi também o maior impulsionador do culto de São João Marcos. Este arcebispo, mandou importar de Roma um artístico mausoléu para receber as relíquias de São João Marcos que se encontravam numa urna, sob o arco sólio, do lado do Evangelho, mandado contruir, em 1718.

Com vista à preservação deste património, em 2007, foi aberta a urna com as Relíquias de São João Marcos, tendo sido efetuada uma limpeza e valorização do mausoléu por técnicos especializados.

#### ○ **CAPELA DE SÃO BENTINHO**

São Bento, criador da Ordem dos Beneditinos no Monte Casino, em 529, na península Itálica, foi também fundador da Regra de São Bento, um dos primordiais regulamentos da vida monástica. Foi considerado pelo Papa Paulo VI (1963-1978) patrono da Europa no ano de 1964 (Macedo, 2006).

A atividade cultural e evangelizadora dos monges de São Bento foi muito relevante. O Mosteiro de Tibães, os santuários construídos para o seu culto e as numerosas capelas e igrejas nas quais se venera a sua imagem, comprovam a importância das ações executadas por parte dos monges de São Bento.

A “Porta” ou o “Postigo de São Bento” era reconhecido por muitos bracarenses, localizando-se perto da capela de São Sebastião das Carvalheiras. Na sua parede exterior era possível identificar uma imagem do santo, cuja devoção popular contribuiu para a edificação da capela de São Bento do Hospital. Há registo da existência de um cruzeiro de granito, instituído no local onde atualmente se encontra a capela de São Bentinho.

Verificou-se um grande crescimento da devoção a São Bento, a partir de meados do século XX, aumentando, conseqüentemente, as suas esmolas. Este local tornou-se um ponto de atração de devotos e doentes que tentavam encontrar algum conforto espiritual junto da imagem do santo.

A devoção a São Bento estava muito presente no hospital de São Marcos, uma vez que, já no ano de 1735 existia uma imagem deste santo pintado numa das paredes da instituição, demonstrando a necessidade da presença do divino nos espaços hospitalares. Perto desta imagem, encontrava-se uma caixa de esmolas de forma que os doentes pudessem deixar aí as suas contribuições.

A história da capela de São Bento está diretamente ligada à história do hospital de São Marcos. Esta capela desempenhava uma função muito relevante, visto que

funcionava como uma “sala de espera” dos doentes que se dirigiam para o hospital e como uma porta de saída dos pacientes do mesmo. Era pouco comum que algum doente, ou alguém próximo dele, não visitasse este lugar para pedir auxílio ou prestar algum agradecimento. O Hospital de São Marcos era o centro de saúde mais relevante da cidade de Braga, deslocando-se para este todos os bracarenses, muitos outros pacientes provenientes de diferentes zonas do Minho e de outras regiões de Portugal.

O crescimento do culto prestado a São Bento possibilitou a edificação da sua capela, num dos lados da igreja, que ainda se encontrava em construção, no ano de 1754. A obra foi finalizada em 1755, tendo a Santa Casa da Misericórdia de Braga solicitado uma provisão ao arcebispo D. José de Bragança (1741-1756), para conceder licença ao capelão mor do hospital para benzer esta capela.

Os devotos de São Bento do Hospital fazem frequentemente visitas à capela, prestam-lhe homenagens e participando em variados atos de culto. Nestas visitas, mesmo que não tivessem feito nenhuma promessa, os devotos tinham por hábito materializar a sua presença no local com círios, velas acesas, flores, entre outros objetos.

Depois da Sé, é possível que a Capela de São Bentinho seja um dos locais de culto mais procurados em toda a cidade de Braga.

### **IMPLANTAÇÃO DA CAPELA:**

A implantação desta capela esteve dependente das dimensões do lugar selecionado, cruzando-se neste local variados caminhos que uniam a parte sul da cidade e o seu centro histórico. Estes percursos precários eram dos poucos existentes, tornando-se, por isso, uma passagem quase inevitável para muitos habitantes da periferia sul.

Através destas conseguiam deslocar-se até aos pontos mais relevantes da cidade. Chegavam ao largo dos Remédios, atual largo Carlos Amarante, ao hospital, farmácias e mercados. Por meio destes percursos, podiam ainda chegar à Câmara, ao registo civil, bancos, polícia, governo civil, mercado, correios, à Sé e outras igrejas localizadas no centro. O mapa de Braunio de 1594, permite-nos reconhecer alguns dos trajetos presentes nesta zona populacional.

Em 1755, depois da edificação da capela de São Bento do Hospital, os devotos deste santo podiam rezar e cumprir as suas promessas, protegidos e abrigados, no alpendre ou mesmo dentro da capela.

## **ARQUITETURA:**

De estilo barroco bracarense, esta capela apresenta um grande equilíbrio de proporções, tendo sido muito provável que André Soares, responsável por grandes projetos artísticos na cidade de Braga, tenha tido alguma influência na sua idealização.

A capela, de formato octagonal, possui uma larga abertura, encerrada com uma grande de ferro trabalhado.

No cimo desta encontra-se um nicho encimado por uma cruz. A imagem do padroeiro, São Bento, é emoldurada por volutas de granito, estando esta protegida por um vidro. O telhado acompanha o traçado do teto, constituído por caixotões de madeira, pintado de cor clara, é decorado com motivos respeitantes à história do santo.

Verifica-se ainda a existência de um alpendre de abrigo, suportado por duas colunas de granito, na parte frontal, estando este encostado à parede da fachada principal.

No interior, as paredes encontram-se cobertas de azulejos de meados do século XX, observando-se, no retábulo do altar, as imagens de São Bento, São Bernardo e Santa Marta.

### ○ **PALÁCIO DO RAIÓ**

O Palácio do Raio, conhecido também como Casa do Mexicano, tem mais de 250 anos. Foi mandado construir entre 1752-54 por João Duarte de Faria e Silva (1705-1767), rico comerciante bracarense e tendeiro na Porta do Souto, onde possuía uma casa comercial, na qual fez uma grande fortuna.

João Duarte Faria e Silva, com o intuito de consolidar o seu estatuto, procedeu à compra de um edifício, numa zona ainda pouco urbanizada, tendo este sido posteriormente demolido, de forma a poder iniciar a edificação de um palacete, conhecido inicialmente por Casa dos Granjinhos.

Esta obra foi encomendada ao arquiteto bracarense André Soares (1720-1769), seu conhecido da Irmandade de Santa Maria Madalena da Falperra, tornando-se um dos mais ilustres edifícios de arquitetura da cidade de Braga, de estilo barroco joanino.

A fachada do edifício, extremamente decorada, destaca-se pela sua organização simétrica, quebrada unicamente pela decoração e pela harmoniosa disposição dos vãos, cada um destes emoldurados por cantaria esculpida com volumes plásticos de folhagens, conchas e embrechados.

Verifica-se que esta se encontra verticalmente delimitada pelos rasgos dos vãos e pelas pilastras dos cunhais, estando ordenada horizontalmente por varandas, balaustrada e entablamento. Observam-se duas colunas que antecedem a porta principal, cujas folhas se abrem de modo oblíquo para os lados, complementadas pelos dois *putti* que se encontram sobre a varanda, parecendo convidar os visitantes a entrar no edifício. A fachada ostenta também o brasão de João Duarte Faria e Silva, desenhado por André Soares.

No interior, encontra-se a imponente escadaria, declarada Imóvel de Interesse Público, em 1956, juntamente com a fachada principal, que permite acesso ao andar nobre. Destacam-se os seus painéis azulejares, século XVIII, atribuídos a Bartolomeu Antunes, tratando-se de painéis rematados por irrequietas cercaduras e concheados rocaille, sendo retratados nos mesmos cenas da vida de lazer dos nobres e dos seus serviçais, apresentando cenas galantes e de caça.

No piso intermédio, observamos a figura escultórica do “Turco”, do século XVIII, suportada por uma mísula trabalhada. Atribuída a André Soares, esta figura de convite, também conhecida como o “Mexicano”, sustem na mão direita uma espada e na esquerda uma luminária, parecendo acolher os visitantes, protegendo simultaneamente o palacete, devido ao seu posicionamento estratégico.

Após a morte do primeiro proprietário, o edifício manteve-se na posse dos seus herdeiros até 1853, ano em que é vendido, por 10 contos de réis, a Miguel José Raio, que imortalizou o seu nome no palacete.

Miguel José Raio, natural de Braga, fez fortuna em Belém do Pará, Brasil, tendo efetuado uma série de investimentos quando regressou à cidade, apoiando também várias instituições de assistência. Este proprietário foi o responsável por diversas obras de requalificação e introduziu variadas alterações estilísticas. Uma das modificações mais relevantes que mandou concretizar no edifício foi o revestimento da fachada a azulejo e a instalação de uma balaustrada em cantaria. Para além disto, na escadaria introduziu dois quadros de inspiração setecentista e flamenga em 1869/1970, nos quais se exibem paisagens bucólicas, colocou um novo lanternim e, no andar nobre, substituiu os tetos setecentistas por novos em estuque pintado, com motivos *néo-rocaille*.

A situação económica do Visconde de São Lázaro alterou-se por completo após a falência da sua casa comercial no Brasil. O último proprietário privado do Palácio do Raio, morre repentinamente a 14 de agosto de 1875, deixando vários filhos ilegítimos

que, depois do seu falecimento, se viram obrigados a entregar o imóvel ao Banco do Minho para pagamento de dívidas contraídas nessa instituição bancária.

Como já dito, a 1 de novembro de 1884, o palacete foi adquirido pela Santa Casa da Misericórdia de Braga, por se encontrar muito próximo do Hospital de São Marcos, passando a integrar alguns serviços do mesmo e o projeto assistencialista da instituição. A obtenção deste edifício, bem localizado geograficamente, possibilitou responder às necessidades do setor hospitalar, dada a falta de espaço que se verificava nessa altura.

Além dos serviços assistencialistas prestados na área da saúde, o Palácio do Raio serviu também de domicílio às “beatas” do recolhimento de Santo António, criado no início do século XVI e entregue à administração da Santa Casa entre 1608 até 1911, momento em que foi extinto.

Em dezembro de 1974, o Palácio do Raio, tal como o Hospital de São Marcos, passou a ser administrado pelo Estado, degradando-se substancialmente durante este período, verificando-se uma grande deterioração dos seus elementos artísticos devido às diversas adaptações e alterações que foram efetuadas. Como referi, o edifício foi entregue novamente à Santa Casa da Misericórdia de Braga a 28 de dezembro de 2012. Depois de serem realizadas profundas obras de reabilitação, conservação e restauro entre 2014 e 2015 financiadas pelo ON.2 – Programa Operacional Regional do Norte – no âmbito do Concurso PC/2/2013, que tem como objetivo promover a recuperação do património cultural, foi aberto ao público como Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga.

- **CENTRO INTERPRETATIVO DAS MEMÓRIAS DA MISERICÓRDIA DE BRAGA**

A exposição instalada no Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga apresenta uma parte do espólio pertencente à Santa Casa, permitindo-nos conhecer um pouco da história de Irmandade e das atividades que foi exercendo ao longo da sua existência.

Na exposição permanente, constituída por dez salas, encontram-se expostas diversas peças ligadas à história da Santa Casa. Observa-se arte sacra, escultura, pintura, artigos hospitalares e documentação arquivística, estando esta exibida de forma dinâmica e interativa, mantendo todas as características arquitetónicas do edifício.

Na primeira sala introduz-se o tema do Barroco e do Rococó bracarenses, por meio do legado artístico dos arquitetos André Soares e Carlos Amarante, ambos com obras muito importantes na cidade de Braga. É possível ainda identificar referências aos proprietários privados do edifício, a assinatura de João Duarte Faria e Silva e o retrato de Miguel José Raio, remontando aos primórdios do palacete.

A sala 2 é dedicada à história da Santa Casa da Misericórdia de Braga, exibindo-se alguns objetos da Irmandade. Para além disto, é feita também uma pequena referência à criação da primeira Misericórdia em Portugal, por ação de D. Leonor, permitindo ao visitante compreender igualmente a distribuição das Misericórdias no e no mundo.

O Hospital de São Marcos teve um papel muito importante na Confraria, conhecendo-se, na sala seguinte, um pouco mais da sua intervenção e ajuda aos mais necessitados. Observam-se diversos instrumentos utilizados na botica, presente no hospital desde o século XVII, e objetos ligados ao mesmo.

No andar nobre, a sala 4, destinada à Liturgia, e a sala 5 à Celebração, apresentam uma seleção de valiosos paramentos e alfaias litúrgicas pertencentes ao espólio da Misericórdia de Braga utilizadas em celebrações e manifestações religiosas. Destaca-se também na sala da Celebração o teto da segunda metade do século XIX com claras influências inglesas, implementado por Miguel José Raio.

A sala seguinte é dedicada ao Património Imaterial da Santa Casa, mais especificamente da Semana Santa de Braga. Observam-se peças relacionadas com as procissões, principalmente da Procissão do Senhor Ecce Homo, organizada pela Misericórdia de Braga, salientando-se os objetos utilizados pelos farricocos, figuras icónicas da Semana Santa.

Posteriormente, é apresentada uma parte do património artístico móvel religioso. Observam-se diversas peças de pintura, que exprimem mensagens presentes nos evangelhos, e esculturas religiosas, maioritariamente Santos Relicários.

Na sala 9 observa-se o conjunto escultórico da Visitação, de 1660. Esta escultura em terracota encontrava-se na porta lateral da Igreja da Misericórdia, tendo sido substituída por uma réplica por motivos de conservação.

A última sala da exposição permanente é dedicada aos Beneméritos e Provedores da Misericórdia de Braga. Apresentam-se uma série de retratos como uma forma de agradecimento a todos aqueles que ajudaram a construir os mais de 500 anos da Santa Casa da Misericórdia de Braga.

O Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdias de Braga é um *repositorium* das práticas desta instituição ao longo de mais 500 anos de vida. Para além da exposição permanente, este Centro Interpretativo tem um programa intenso de atividades, como exposições temporárias, cursos breves, conferências, lançamento de livros, congressos, seminários e muitas outras atividades de cariz cultural.

#### ○ **ALA DA MISERICÓRDIA NO CEMITÉRIO DE MONTE D'ARCOS**

A Misericórdia de Braga teve ao longo dos séculos vários locais de enterramento. Durante o século XIX, esta Confraria administrava dois cemitérios, um junto ao Hospital de São Marcos e outro localizado num segmento privativo do atual cemitério municipal.

Nos meados do século XVI, um dos motivos que levou a Misericórdia de Braga a edificar igreja e casa própria foi a insuficiência de locais para sepultar os irmãos e os benfeitores da Confraria. Estava em causa ganhar visibilidade e rentabilizar o interior da igreja em termos financeiros, pois os locais de enterramento eram pagos.

Verificava-se uma determinada hierarquia no que diz respeito ao posicionamento das sepulturas no interior da igreja. A aquisição de sepulturas perpétuas tinha um valor estabelecido, no entanto, estas podiam ser concedidas de forma gratuita unicamente em duas circunstâncias: a irmãos com muitos anos de serviço na Irmandade ou aos benfeitores da instituição.

Depois de receber a administração do hospital em 1559, a Misericórdia começou a ter dois locais de enterramentos: a igreja de São Marcos e a igreja ao lado da Sé. Para além destes dois lugares, a instituição detinha outros locais de sepultamento. As crianças enjeitadas e os pobres eram sepultados no claustro da Sé, excetuando-se aqueles que faleciam no Hospital de São Marcos. Neste caso específico, os defuntos poderiam ser enterrados num terreno gerido pelo capelão do hospital ou eram enterrados no claustro do mesmo.

Em 1725, com o intuito de moderar o hábito de se efetuar sepultamentos no claustro do hospital sem nenhum custo, a Mesa estabeleceu que só eram permitidos enterramentos nesse local mediante o pagamento de um determinado valor em numerário (Araújo, 2014).

A Irmandade administrava também o cemitério localizado no claustro de Santo Amaro no qual eram sepultados defuntos pobres, em particular peregrinos e pessoas deslocadas do seu local de residência.

A Misericórdia de Braga pretendia adquirir um terreno localizado em frente ao hospital para acomodar um cemitério, para isso, foi solicitado ao Príncipe D. João VI uma licença para proceder à compra do mesmo a 11 de maio de 1805, tendo a mesma sido obtida a 6 de dezembro de 1806 (Queiroz, 2016).

A 6 de dezembro de 1807 foi estabelecido, em reunião de Mesa, que a construção do cemitério devia ser realizada de forma célere, visto que o cemitério das Malvas, designação pela qual era conhecido o cemitério do Hospital de São Marcos, já não possuía lugar para sepulturas (Queiroz, 2016). Para além da questão relacionada com falta de locais para enterramentos, algumas das sepulturas já não tinham a devida profundidade, refletindo-se num grande problema de saúde pública, uma vez que este cemitério estava localizado numa zona da cidade que estava em crescimento. Questões de higiene e de saúde pública impunham novos comportamentos no que se refere aos enterramentos.

O terreno para estabelecer o novo cemitério do Hospital de São Marcos tardou a ser adquirido, por isso, a 19 de julho de 1809, foram convocados vários procuradores para conhecer as causas deste atraso, tendo sido também proposto, em Mesa, que se efetuasse a compra de um terreno junto ao hospital, destinado ao sepultamento das pessoas que falecessem nesse local (Queiroz, 2016). Posteriormente, a 2 de junho de 1810, é referido o preço de um campo e casa perto do hospital, obtenção imprescindível para o estabelecimento de um novo local para efetuar sepultamentos.

Após a abertura do cemitério, em finais do ano de 1814 ou inícios de 1815, foi instituído um nicho com as Almas do Purgatório, tendo sido edificada uma capela, em 1816-1817, posteriormente substituída, sabendo-se também da existência de um cruzeiro no centro do mesmo. O alcance deste gesto deve entender-se como parte integrante de um culto que retomava grande força, como foi a crença do Purgatório no século XIX.

Devido ao crescente número de pessoas que queriam adquirir sepultura no cemitério do Hospital de São Marcos, este começou a tornar-se de pequena dimensão. Existia o propósito de aumentar o espaço deste cemitério, no entanto, este alargamento não pôde ser efetuado instantaneamente, por isso, foi determinado pela Mesa, a 10 de junho de 1857, a edificação de catacumbas ao lado das novas enfermarias, de forma a poder ser utilizada a pedra disponível (Castro, 2006).

A 30 de dezembro de 1857, depois de finalizadas as catacumbas do cemitério do Hospital de São Marcos e ampliadas as sepulturas foram determinados novos custos, uma vez que se verificavam preferências no que diz respeito ao local de enterramento.

Em meados da década de 1850, a Misericórdia de Braga juntamente com a Câmara decidiu edificar o cemitério da cidade, localizado atrás do hospital.

Os registos de guisamentos relativos a sepulturas no cemitério de São Marcos findam a 30 de junho de 1870, tendo nesse mesmo mês sido benzido o cemitério municipal situado em Monte D’Arcos.

A existência do cemitério dos Desprezos começou a ser questionada após a abertura do cemitério de Braga. Este facto fez a Misericórdia de Braga procurar soluções para se ajustar às novas circunstâncias, tendo para isso, no ano de 1872, determinado o custo de 100 réis para a realização de sepultamentos no cemitério público de pessoas que falecessem no Hospital de São Marcos. A decisão de edificar um cemitério privado tão próximo ao cemitério público só foi tomada em 1873, tendo este projeto sido estruturado pelo Engenheiro Joaquim Pereira da Cruz no ano de 1875.

Tal como se verificou em diversas áreas privadas pertencentes a Irmandades nos cemitérios, a secção privada da Misericórdia de Braga no cemitério em Monte D’Arcos não ficou vedada na sua integridade. Foi construído um cemitério catacumbal comprido, de modo a usufruir do seu declive, colocando-se uma fila de sepulturas em toda a sua extensão, deixando ao centro a capela.

O cemitério da Misericórdia de Braga está localizado no patamar intermédio do cemitério de Monte D’Arcos. Em baixo e nas escadas que dão acesso ao andar superior observam-se grades com módulo em cruz de Santo André rematadas com coroas de flores, possuindo, no centro, uma coroa de dormideiras. Em cima, as grades, de ferro fundido, são de arcos entrelaçados. Estas são rematadas por fogaréus nos quatro cantos e encimadas por uma serpente enrolada.

Em maio de 1875, foi anunciado que se iria proceder à remoção das ossadas que se encontravam no cemitério dos Desprezos para um novo depósito que se iria ser realizado junto ao cemitério público, tendo os interessados o prazo de 60 dias para as reivindicar (Queiroz, 2016). No que diz respeito às catacumbas perpétuas, seriam enviadas cartas a alertar os concessionários a transladar os restos mortais para um jazigo familiar no segmento municipal do cemitério de Monte D’Arcos, uma vez que a secção da Misericórdia não usufruía dessa categoria.

No que concerne ao cemitério dos Desprezos, no ano de 1882 foi convertido num jardim e começou a ser utilizado para os convalescentes, tendo-se também procedido à construção de enfermarias em uma parte do antigo cemitério (Queiroz, 2016).

De um modo geral, a ocupação das catacumbas tendia a ser realizada o mais próximo da capela possível. As primeiras catacumbas a serem preenchidas na ala privativa da Misericórdia no cemitério de Monte D'Arcos foram aquelas que se localizavam a nascente da capela, no entanto, desde os finais da década de 1870, também foram ocupadas algumas das catacumbas mais próximas da capela do lado poente.

Nas frações municipais do cemitério era permitido erigir monumentos nos jazigos. Este aspeto fez com que muitos irmãos da Misericórdia optassem por adquirir jazigos nestes locais, visto que não havia essa possibilidade na secção pertencente à Irmandade, uma vez que o segmento que lhes pertencia era unicamente uma faixa estreita do terreno.

A secção da Misericórdia de Braga era constituída por catacumbas e sepulturas temporárias, não se permitindo jazigos da família neste local. Caso não fosse estabelecida esta condição, a Misericórdia ficaria rapidamente sem áreas disponíveis num curto espaço de tempo.

Tal como se observou noutros cemitérios privados oitocentistas, foram permitidas sepulturas em frente à porta da capela. No caso da secção da Misericórdia, encontram-se duas campas, de tamanhos diferentes, em pedra lioz com inscrição, ambas pertencentes a benfeitores do Hospital de São Marcos. Uma delas é dedicada ao Cónego Manuel António da Costa e a outra a Fernando de Oliveira Guimarães, Comendador da Ordem de Cristo e fundador do Asilo de Entrevados de S. José.

A Misericórdia de Braga tinha como objetivo proceder ao alargamento do cemitério em 1905. O terreno em frente às catacumbas e à capela do cemitério privado era essencial para a Irmandade, uma vez que caso não fosse adquirido, quando existisse a necessidade de obter mais sepulturas só seria possível em locais muito afastados da sua capela. Com o intuito de obter este espaço, a 10 de dezembro de 1908 a Misericórdia tentou efetuar um acordo com a Câmara. Se esta concessão fosse efetuada, não seria causado qualquer impedimento à Câmara na ampliação da rua de S. Lázaro, aumento esse que ocuparia terrenos do extinto Convento dos Remédios, cuja posse pertencia à Misericórdia.

## **- PATRIMÓNIO ARTÍSTICO PRESENTE NA SECÇÃO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGA**

Visto que a maioria das catacumbas foram disponibilizadas mais que uma vez, o número de lápides antigas que ainda podemos encontrar na ala da Misericórdia de Braga é muito reduzido.

No conjunto de catacumbas localizadas no cemitério da Misericórdia de Braga, salienta-se a lápide da catacumba n.º 23. A 15 de julho de 1876 foram transferidos os restos mortais de Rosa Maria Teixeira, esposa do Cavaleiro da Ordem de Cristo, Joaquim da Fonseca. Supõe-se que inicialmente esta lápide, com a marca "Amatucci", não possuía nenhuma inscrição visto que prevalecem os símbolos. À volta existe uma ramagem de hera e dormideira que simbolizam a morte como um sono profundo. Observa-se, no centro, a figura de uma mulher inclinada sobre uma urna com um facho na mão. Esta iconografia era usada frequentemente em notícias de cariz necrológico e em convites para funerais.

Ao lado, encontra-se a lápide n.º 24 pertencente a Manuel José da Cruz Machado. Presume-se que esta lápide, em pedra lioz, tenha sido transferida do cemitério dos Desprezos, uma vez que, esta não encaixa completamente no vão da catacumba. No centro, observa-se uma coroa em mármore de perpétuas, ladeada por duas tabelas nas quais se encontra uma inscrição. Visto que a coroa é de uma pedra diferente da restante lápide, é provável que tenha sido aí colocada posteriormente, no entanto, ainda será do século XIX.

Em julho de 1876, foram trasladados para a catacumba n.º 28 os restos mortais de Severina Ângela de Santa Ana, localizados no Cemitério dos Desprezos. Em cada canto da catacumba em lioz observa-se um ramo com uma perpétua e duas saudades. Esta lápide, executada provavelmente no ano de 1876, poderá ter sido realizada para o Cemitério dos Desprezos, apesar de encaixar completamente no vão da catacumba.

As lápides das catacumbas n.ºs 12, 13 e 14, são das mais antigas presentes na secção privada da Misericórdia. Depois da sepultação de José Maria de Sousa, a catacumba n.º 12 passou a ser perpétua. Esta lápide de mármore foi realizada pela oficina Teixeira, de Braga, destacando-se, no centro, um busto do defunto acompanhado por um ramo de oliveira e uma palma.

Relativamente à catacumba n.º 13, no ano de 1879 foram colocados os restos mortais do monge da Ordem de S. Jerónimo, Frei Francisco da Natividade Alves Vicente. A lápide, em pedra lioz, possui ao centro uma cruz, devido ao facto de o defunto ter sido

presbítero, observando-se também uma coroa de perpétuas e uma coroa de louros. Por se encaixar totalmente no vão da catacumba, não é perceptível se esta foi executada durante a segunda metade da década de 1870 ou se já se encontrava no Cemitério dos Desprezos.

No que concerne à lápide em pedra lioz da catacumba n.º 14, esta possui uma inscrição que menciona Manuel José da Silva Guimarães. Todavia, em outubro de 1876, foram transferidos, do Cemitério dos Desprezos, os restos mortais do benfeitor Manuel José Silva Guimarães e de Florinda Rosa de Lima.

A lápide da catacumba n.º 38 pertence a António Maria de Araújo Esmeriz. Feita em lousa, esta lápide possibilita que tenhamos a perceção de como seriam as lápides mais antigas do cemitério da Misericórdia de Braga.

### **2.1.2. Vídeo promocional**

A realização do vídeo promocional dos “Caminhos da Misericórdia”, no qual seria apresentado o património edificado da Misericórdia de Braga, tinha como principal objetivo divulgar o património visitável da Santa Casa da Misericórdia de Braga.

A execução do mesmo consistiu na gravação de imagens dos locais pertencentes ao roteiro, incluindo-se uma pequena introdução relativamente a cada edifício apresentado.

A partilha do vídeo promocional dos “Caminhos da Misericórdia” nas plataformas da instituição será uma mais-valia para a divulgação do seu património, visto que, atualmente os meios de comunicação digitais conseguem alcançar um grande número de pessoas, especialmente do seu público-alvo.

A promoção destas ofertas nas redes sociais e nos meios de comunicação digitais é extremamente relevante, uma vez que, é através destas plataformas que a maior parte dos visitantes e turistas adquirem as informações que consideram relevantes no planeamento das suas viagens e dos locais que querem visitar.

## **2.2. Ações de divulgação**

### **2.2.1. Site “Caminhos da Misericórdia”**

As ações de divulgação elaboradas no decurso do estágio curricular consistiram na promoção e divulgação dos “Caminhos da Misericórdia” em diversas plataformas.

Uma das plataformas selecionadas foi a criação de um site. Neste encontram-se os conteúdos mais relevantes de cada local e uma breve introdução relativamente à história

da Santa Casa da Misericórdia de Braga e das suas áreas de intervenção. Para além disto, estão disponíveis informações importantes para os visitantes, como, por exemplo a localização dos edifícios, o seu horário de funcionamento e os contactos para marcações de visitas. O site é disponibilizado em três idiomas, português, inglês e castelhano, facilitando o acesso de uma parte significativa dos visitantes da cidade.

Tendo em conta a constante evolução das novas tecnologias e a progressiva utilização das mesmas diariamente, o desenvolvimento de um site pareceu-me o mais viável para a transmissão de conteúdos e informações. São inúmeros os benefícios da utilização desta plataforma, sendo os mais pertinentes a facilidade de acesso, a disponibilidade imediata das informações necessárias e o alcance de um maior número de pessoas.

### **2.2.2. Prospetos**

Outro dos meios escolhidos para a disponibilização de conteúdos relativos aos “Caminhos da Misericórdia” foi a produção de prospetos informativos, de forma a permitir às pessoas sem possibilidades de aceder aos conteúdos digitais obterem igualmente algumas informações relevantes.

Redigidos também em três idiomas, português, inglês e castelhano é descrito, de forma sucinta, cada um dos locais a conhecer, permitindo aos visitantes planear o seu percurso de acordo com os seus interesses.

Nestes folhetos foi incluído o acesso ao *site* elaborado, através de um *QRcode*, que remete diretamente os visitantes para o mesmo, de acordo com o idioma pretendido, combinando, deste modo, os dois tipos de conteúdos.

## **2.3. Ações culturais**

### **2.3.1. Visitas guiadas**

Depois de assistir a visitas guiadas realizadas no edifício e da leitura de bibliografia especializada, procedeu-se ao esclarecimento de todas as questões sobre o espólio exposto e algumas referentes à instituição, realizando, posteriormente, sessões de preparação para a execução de visitas guiadas no CIMMB.

Após a consolidação dos conteúdos relativos à exposição permanente, do conhecimento das características arquitetónicas do edifício e da compreensão da história

da Santa Casa da Misericórdia de Braga, executei algumas visitas guiadas no edifício, realizadas no âmbito de visitas escolares ao Palácio do Raio.

### **2.3.2. Contribuições para as newsletters e redes sociais**

Para além das atividades mencionadas anteriormente, realizei algumas publicações para as redes sociais do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga e criei alguns cartazes alusivos às atividades desenvolvidas pela instituição.

Efetuei ainda algumas contribuições para as newsletters mensais do CIMMB, nas quais produzi conteúdos sobre as peças do mês selecionadas, bem como relativamente às personalidades do mês escolhidas nesse período.

## Conclusão

O Palácio do Raio, característico edifício do barroco, é reconhecido sobretudo pela sua imponente fachada azulejar, sendo considerado um dos pontos mais atrativos e procurados na cidade de Braga.

O Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga tem um papel de grande relevo no turismo cultural e patrimonial da cidade. Os turistas, para além de terem a oportunidade de observar todas as características artísticas e arquitetónicas deste icónico edifício, podem ainda ficar a conhecer um pouco da história da Santa Casa da Misericórdia de Braga através da sua exposição permanente, constituída por documentação arquivística, artigos hospitalares e da botica, cerâmica, pintura, escultura, paramentaria, objetos litúrgicos e arte sacra.

A organização de colóquios, seminários, cursos breves, os lançamentos de livros e revistas, a realização de diversas exposições temporárias, entre outras atividades, oferecem uma maior visibilidade e reconhecimento à Instituição, refletindo-se no número de visitantes no CIMMB. Para além destas atividades, uma das variáveis que é necessário ter em conta quando analisamos a questão do número de turistas no museu são as atividades e festividades na cidade, verificando-se um crescimento considerável destes números no decorrer das celebrações da Semana Santa ou nas festas populares do São João de Braga, por exemplo.

A realização do estágio curricular no Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga permitiu-me conhecer não só o Palácio do Raio como também o restante património pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Braga, salientando-se a constante preocupação e interesse por parte da Instituição em conservar, preservar e difundir o seu património tanto edificado como imaterial.

Como fomos referindo ao longo do nosso relatório, o Património Cultural está diretamente ligado à identidade de um determinado local ou comunidade na qual se encontra inserido, tornando ainda mais relevante a conservação do património da Misericórdia de Braga, não só por ser uma marca de identidade da Instituição, como também da cidade.

De facto, a Santa Casa da Misericórdia de Braga desempenha nos tempos hodiernos, como no passado, um importante papel na área da intervenção social, mas igualmente na cultura e no turismo bracarense. Para além das ações levadas a cabo para a promoção do seu património edificado e material, verifica-se um grande esforço por

manter vivo o seu património imaterial, destacando-se a Procissão Ecce Homo entre as diversas atividades desenvolvidas pela Santa Casa.

A associação do Património Cultural às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação foi outro dos pontos essenciais neste trabalho. A crescente utilização da tecnologia no quotidiano das pessoas e a facilidade de acesso à informação necessária através dos meios digitais levou a que se tornasse essencial a adaptação a esta realidade atual. A necessidade constante de evolução atingiu também o sector turístico e cultural, observando-se uma alteração da forma como as informações são transmitidas, uma vez que é notória a preferência pelos meios digitais.

Os recursos eletrónicos trazem benefícios para o Património Cultural e para o turismo, visto que permitem atingir um maior número de pessoas, sendo também possível direcionar de forma mais eficaz as diferentes atividades para o público-alvo em questão, de acordo com os seus interesses.

Neste sentido, durante o estágio curricular, o desenvolvimento de um site sobre os Caminhos da Misericórdia e a execução de um vídeo promocional do mesmo roteiro teve como principal objetivo ir de encontro às necessidades e preferências que se verificam cada vez mais na sociedade, possibilitando, ainda, chegar a qualquer parte do mundo, o que é benéfico para a difusão do património e da cultura.

No que diz respeito às preferências dos visitantes, verifica-se que os turistas tendem a optar pelos meios digitais para aceder às fontes de informação devido à facilidade de acesso e ao facto de estes se encontrarem disponíveis em qualquer momento e lugar. Observa-se ainda uma predileção pelo consumo de conteúdos e informações quando são apresentados de formas mais dinâmicas e interativas.

Apesar do investimento nos instrumentos tecnológicos, verifica-se que continua a ser relevante a disponibilização de conteúdos noutros meios para além dos tecnológicos, diversificando a oferta de forma a satisfazer as necessidades de cada um dos diferentes públicos.

Para além do contacto com a área do Património Cultural e do turismo, o estágio curricular no Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga permitiu-me também melhorar as minhas competências de comunicação, organização e adaptação, o que foi uma mais-valia para o meu percurso pessoal e académico.

## Bibliografia

Abreu, L. (2000). Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX). *Dynamis: Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam*, 20, 395-415.

Abreu, L. (2002). As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V. In Paiva, J. P. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: Fazer a história das Misericórdias – vol.1* (pp. 46-77)

Abreu, L. & Paiva, J. P. (2006) Introdução. In Paiva, J. P. & Abreu, L. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes- vol.5* (pp. 7-30). União das Misericórdias Portuguesas.

Alberto, E. M. C. M. (2010). Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna (Tese de Doutoramento Policopiada). Universidade do Minho.

Araújo, M. M. L. (2006). A Misericórdia de Braga: assistência material e espiritual: uma obra que se apresenta. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Araújo, M. M. L. (2006). A Misericórdia de Braga. Assistência Material e Espiritual uma obra que se apresenta. *Misericórdia de Braga*, 2, 229-248.

Araújo, M. M. (2008). A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos Coloquios*.

Araújo, M. M. (2010). As manifestações de rua das misericórdias portuguesas em contexto barroco. *Hispania Sacra*, 125, pp. 93-113.

Araújo, M. M. L. (2011). Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na Confraria de São Vicente de Braga: (1750-1870). Braga: CITCEM.

Araújo, M. M. L. (2016). A intemporalidade da Misericórdia: as Santas Casas portuguesas: espaços e tempos. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Araújo, M. M. L. D. (2016). Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Araújo, M. M. L. (2017). Os benfeitores de pobres nas Misericórdias do Minho (séculos XVII-XVIII). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 9(17), 9-26.

Araújo, M. M. L. (2017). Aprender na clausura: a aula pública do recolhimento da Caridade de Braga, no século XVIII. *Antíteses*, 10 (20), 678-699.

Bandeira, M. S. D. M. (2000). D. Diogo de Sousa, o urbanista: leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta*, 19-58.

Braga, S. C. M. (1982). Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga. Braga: Santa Casa da Misericórdia.

Borges, A. M. (2006). Relíquias de S. João de Deus em Portugal: a imagem-relicário da Santa Casa da Misericórdia de Braga. *Misericórdias de Braga*, 2, 205-228.

Carvalho, A. (2011). *Os Museus e o Património Cultural Imaterial. Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora.

Castro, M. D. F. (1995). O recolhimento das beatas de Santo António do Campo da Vinha. *Bracara Augusta*, 46.

Castro, M. F. (1997). *Construção, conservação e ampliação de edifícios da Santa Casa da Misericórdia de Braga: da 2ª metade do século XVI à 1ª década do século XX*. Braga: Câmara Municipal.

Castro, M. F. (1998). *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: devoções, procissões e outras festividades (do século XVI a começos do século XX)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia.

Castro, M. F. (2001). *A irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: Obras nas igrejas da Misericórdia e do hospital e em outros espaços: devoções: (da 2ª metade do século XVI à 1ª década de século XX)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia.

Castro, M. F. (2003). *A Misericórdia de Braga: composição da irmandade, administração e recursos*. Braga: Santa Casa da Misericórdia.

Castro, M. F. (2006). *A Misericórdia de Braga: assistência material e espiritual: das origens a cerca de 1910*. Braga: Santa Casa da Misericórdia.

Capela, J. V., Araújo, M. M. L. (2013). *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Montepio.

Choay, F. (2011). *As questões do património. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.

Choay, F. (2014). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

Costa, A. C. B. L. (2016). *O Impacto da Taxa Turística no Norte de Portugal. (Tese de Mestrado Policopiada)*. Universidade Católica do Porto.

Esteves, A. (2011). *Estar enfermo e ser pobre: assistência à saúde no Alto Minho de Oitocentos*. In C. Santos (Ed.), *Família, Espaço e Património* (pp.201-221). Porto: CITCEM.

Esteves, A. (2018). *Por entre as grades da miséria: a assistência aos presos das cadeias do Alto Minho no século XIX*. In Araújo, M. M. L. (coord.) *As Sete Obras de Misericórdia Corporais nas Santas Casas de Misericórdia* (pp. 17-34). Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Gomes, C. A. (2008). *Textos Dispersos de Direito do Património Cultural e de Direito do Urbanismo*. AAFDL.

Henriques, P. (2005). O Palácio do Raio. O objeto e os seus destinos. *Misericórdia de Braga*, 1, 105-128.

Hernández, F. H. (2002). *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Asturias: Ediciones Trea.

Jokilehto, J. (2005). Definition of cultural heritage: References to documents in history. *ICCROM Working Group 'Heritage and Society'*, 4(8).

Lages, R., Sousa, B., Azevedo, A. (2018). O posicionamento e a imagem em contextos de marketing de destinos turísticos: estudo de caso aplicado à cidade de Braga. *European Journal of Applied Business Management, Special Issue*, 15-32.

Leal, A. F. M. (2018). *Relação entre tecnologias de informação/ comunicação e participação cultural: o caso do "Dias do Património a Norte"*. Faculdade de Letras Universidade do Porto: Porto.

Leal, M. M. (2019). A Pintura Decorativa do Palácio do Raio em Braga. *Actas do V Colóquio Internacional A Casa Senhorial*, 311-323.

Lima, A. S. G. (2018). *Os postos de informação turística e as lojas interativas de turismo: Porto Welcome Center*. (Dissertação de Mestrado Policopiada). Universidade de Coimbra.

Lopes, M. A. (2002). As Misericórdias de D. José ao final do século XX. In Paiva, J. P. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: Fazer a História das Misericórdias- vol.1* (pp. 79-117). União das Misericórdias Portuguesas.

Lopes, M. A. (2012). Dominando corpos e consciências em recolhimentos portugueses (séculos XVIII-XIX). In L. Pérez, *Instituciones y centros de reclusión colectiva. Formas y claves de una respuesta social (siglos XVI-XX)* (pp-99-130). León: Universidad de León.

Lopes, M. A. (2015). Musealizar as misericórdias conhecendo a sua história. In R. Pedras (Ed.), *I Jornada de museologia nas Misericórdias – Atas* (pp.49-62). Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel.

Lopes, M. A. (2018). Dar de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede nos compromissos e nas práticas das Santas Casas da Misericórdia. In Araújo, M. M. L., *As Sete Obras de Misericórdia Corporais nas Santas Casas da Misericórdia* (pp. 83-106). Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Macedo, C. A. S. (2006). S. Bento do Hospital. *Misericórdia de Braga*, 2, 159-168.

Macedo, A. S. (2010). *Igreja da Misericórdia: História Breve*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Machado, C. M. S. (2014). Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII) (Dissertação de Mestrado Policopiada). Universidade do Minho.

Machado, C. M. S. (2015). De palacete dos Granjinhos a Palácio do Raio – A história de uma casa. In Reis, B., Providência, F., Rocha, M. J. M., Machado, M., Figueiredo, M., Guedes, M. & Soares, P. S. (2015). Palácio do Raio. Um olhar sobre a sua reabilitação. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Machado, C. M. S. (2018). O culto a S. João Marcos na Misericórdia de Braga do século XVIII: entre milagres e promessas. In Araújo, M. (coord.) As Sete Obras de Misericórdia Corporais nas Santas Casas de Misericórdia (pp. 17-34). Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Machado, C. M. S. (2021). Memória e património: os legados e benfeitores da Misericórdia de Braga (séculos XVI-XVIII) (Tese de Doutoramento Policopiada). Universidade do Minho.

Macedo, A. S. (2015). Misericórdia de Braga: apontamentos históricos. Braga: Santa Casa da Misericórdia.

Magalhães, A. (2018). “Vestir os nus”: as Misericórdias na prática da terceira Obra da Caridade Corporal, In Araújo, M. M. L., As Sete Obras de Misericórdia Corporais nas Santas Casas da Misericórdia (pp. 83-106). Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Martins, G. O. (2009). Património, herança e memória. A cultura como criação. Lisboa: Gradiva Publicações.

Martins, C. G. (2019). O Cenário Turístico do Porto e Norte de Portugal – Fatores de Atração do Turismo. (Tese de Mestrado Policopiada). Universidade do Minho.

Martins, G. O. (2020). Património Cultural. Realidade viva. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Mendes, A. R. (2012). O que é património cultural. Olhão: Gente Singular.

Mestre, J. S. & Benito, V. L. (2014). Educación, tecnologia digital y patrimonio cultural. Para una educación inclusiva. Asturias: Ediciones Trea.

Neves, L. A. V. (2017). «Dar pousada aos peregrinos»: a assistência fornecida pelas Santas Casas da Misericórdia aos viajantes, na região do Minho, durante a Época Moderna (século XVII-XVIII) (Tese de Mestrado Policopiada). Universidade do Minho.

Novais, C. S. B. C. (2017). Manifestações festivas na Misericórdia de Braga (século XVIII) (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.

Novais, C. S. B. C. (2018). As devoções da Misericórdia de Braga no século XVIII. In Araújo, M. (coord.) As Sete Obras de Misericórdia Corporais nas Santas Casas de Misericórdia (pp. 17-34). Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Oliveira, E. P. (2010-2012) André Soares. Uma sensibilidade entre o Barroco e o Rococó. *Revista da Faculdade de Letras*, vol. IX-XI, 127-148.

Oliveira, M. G. (2013). Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado (Tese de Mestrado Policopiada). Universidade de São Paulo.

Oliveira, F. M. R. (2018). Casar órfãs em Braga: os dotes de casamento da Misericórdia da cidade (séculos XVII-XVIII). In Araújo, M. M. L. & García, A. M. (Eds.), *Os Marginais (séculos XVI-XIX)* (pp.93-105). Edições Húmus.

Paiva, J. P (dir). (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2010, 2017). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* – vols .1, 2, 3, 4, 5, 9, 10. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.

Paiva, J. P. (2014). O Arcebispo D. Diogo de Sousa e a Misericórdia de Braga. In B. Reis (Ed.), *Congresso Internacional 500 Anos de História das Misericórdias* (pp.79-88). Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Pereira, L. S. (2005). *Arte e artistas na Misericórdia de Braga*. Braga: Santa Casa da Misericórdia.

Pereira, T. F. M. (2015). A preservação e valorização do património arquivístico da Misericórdia de Braga (Tese de Mestrado Policopiada). Universidade do Minho.

Pereira, M. (2016). 40 anos de reconfigurações territoriais n (d) o Portugal democrático (1974-2014). *GeoINova*, 13, 9-35.

Pinho, J. B. (2018). A Casa da Misericórdia de Braga: Análise e Contextualização das suas características arquitetónico-artísticas. In Araújo, M. M. L. (coord.) *As Sete Obras de Misericórdia Corporais nas Santas Casas de Misericórdia* (pp. 17-34). Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Pinto, E. V. C. (1996). Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal. In Miranda, J., Claro, J. M., Almeida, M. T. *Direito do Património Cultural*. Instituto Nacional de Administração.

Queiroz, J. F. F. (2016). O (s) cemitério(s) da Misericórdia de Braga. *Misericórdia de Braga*, 12, 13-58.

Ramos, M. O. N. (2013). A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia dos Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII) (Tese de Doutoramento Policopiada). Universidade do Minho.

Reis, B., Providência, F., Rocha, M. J. M., Machado, M., Figueiredo, M., Guedes, M. & Soares, P. S. (2015). *Palácio do Raio. Um olhar sobre a sua reabilitação*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Reis, M. F. (2018). Enterrar os mortos. In Araújo, M. M. L., *As Sete Obras de Misericórdia Corporais nas Santas Casas da Misericórdia* (pp. 83-106). Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Sá, I. G. (2001). *As Misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno*. Cadernos do Noroeste. Série História, 11 (1-2), 337-358.

Sá, I. G. (2002). *As Misericórdias da fundação à União Dinástica*. In Paiva, J. P. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: Fazer a História das Misericórdias- vol.1* (pp. 19-45). União das Misericórdias Portuguesas.

Sá, I. G. (2004). *Devoção, caridade e construção do Estado ao tempo de D. Manuel I: o exemplo das Misericórdias*. In III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua época (pp. 316-329). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

Sá, I. G. (2017). *Memória, mitos e historiografia das misericórdias portuguesas*. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (pp. 451-477). Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.

Serra, J. (2008). *As Tecnologias de Informação e Comunicação no Turismo: - a emergência do e-tourism*. SOC – Publicações – Artigos em Revistas Nacionais com Arbitragem Científica.

Silva, E. P. (2000). *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*. *Antropológicas*, (4), 217-224.

Silva, E. M. (2016). *Posto de Turismo de Braga: Atendimento ao Público, comunicação multilíngue e tradução*. (Dissertação de Mestrado Policopiada). Universidade do Minho.

Silva, M. P. B. (2015). *O Turismo Religioso na Semana Santa em Braga*. (Dissertação de Mestrado Policopiada). Universidade do Minho.

Silva, A. I. C. (2017) *A norma e o desvio: história da evolução dos compromissos das misericórdias portuguesas*. In Paiva, J. P (dir.). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: Novos estudos – vol.10* (pp. 43-118). União das Misericórdias Portuguesas.

Sousa, I. C. (1998). *V centenário das Misericórdias portuguesas, 1498-1998*. Clube do Colecionador dos Correios.

Vieira, A. M. F. (2007, Outubro). *A Valorização do Património Cultural*. V Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural, Maia.

Xavier, A. B. & Paiva, J. P. (2005) *Introdução*. In Paiva, J. P. & Xavier, A. B. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: Crescimento e Consolidação: de D. João III a 1580 – vol.4* (pp. 7-30). União das Misericórdias Portuguesas.

## Webgrafia

DGPC. (2020). Direção-Geral do Património Cultural. Retrieved from: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73929>

SCMB. (2021). Santa Casa da Misericórdia de Braga. Retrieved from: <https://www.scmbraga.pt/>

## Legislação

Conselho da Europa (1985) Convenção de Granada - Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa.

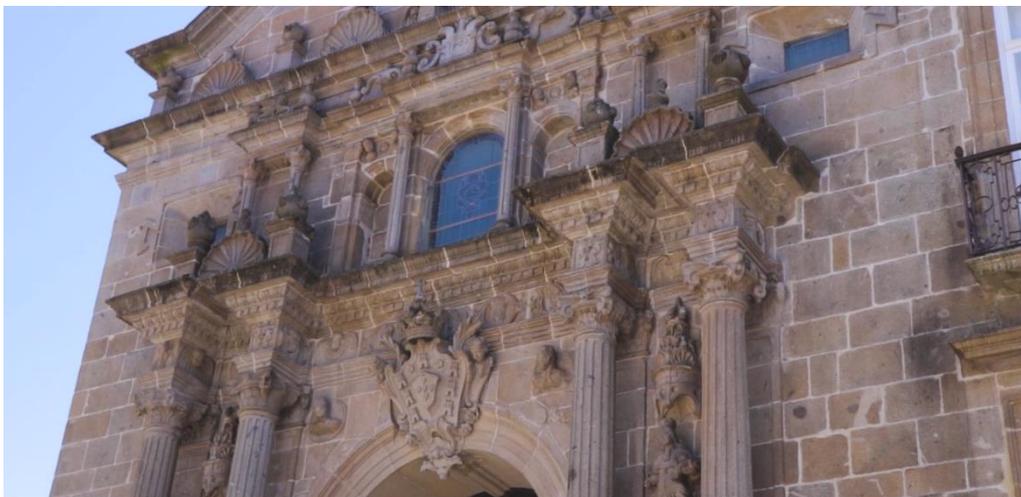
Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro da Assembleia da República. (2009). Diário da República n.º 206/2009. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2009-75525223>

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro da Assembleia da República. (2001). Diário da República – I Série – A, n.º209. <https://files.dre.pt/1s/2001/09/209a00/58085829.pdf>

Lei n.º 36/2021, de 14 de junho da Assembleia da República. (2021). Diário da República – I Série. [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=844&tabela=leis&so\\_miolo](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=844&tabela=leis&so_miolo)

## Anexos

- **Vídeo promocional “Caminhos da Misericórdia”**



- *Link* de acesso ao vídeo com legendas em português:

<https://vimeo.com/725045446>

- *Link* de acesso ao vídeo com legendas em inglês:

<https://vimeo.com/725321478>

- *Link* de acesso ao vídeo com legendas em castelhano:

<https://vimeo.com/725336504>

- **Site “Caminhos da Misericórdia”**



**CAMINHOS DA MISERICÓRDIA**

**INÍCIO**

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGA**

**CAMINHOS DA MISERICÓRDIA** ▾

Igreja da Misericórdia  
Igreja do Hospital de São Marcos  
Capela de São Bentinho  
Palácio do Raio  
Ala da Misericórdia no Cemitério de Monte D'Arcos

## Caminhos da Misericórdia

Com mais de 500 anos de história, a Misericórdia de Braga é detentora de um valioso património que reuniu ao longo de séculos e que podemos conhecer ao longo desta viagem pelos Caminhos da Misericórdia.



**CAMINHOS DA MISERICÓRDIA**

**INÍCIO**

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGA**

**CAMINHOS DA MISERICÓRDIA** ▾

Igreja da Misericórdia  
Igreja do Hospital de São Marcos  
Capela de São Bentinho  
Palácio do Raio  
Ala da Misericórdia no Cemitério de Monte D'Arcos



### Palácio do Raio

O designado Palácio do Raio, conhecido também como Casa do Mexicano, tem mais de 250 anos. Foi mandado construir entre 1752-54 por João Duarte de Faria e Silva (1705-1767). Rico comerciante bracarense, estabeleceu uma casa comercial na Porta do Souto, onde fez fortuna.



João Duarte Faria, como o intuito de consolidar o seu estatuto, procede à compra de um edifício, encomendando a obra do palacete ao arquiteto bracarense André Soares (1720-1769), tornando-se um dos mais ilustres edifícios de arquitetura de Braga, de estilo barroco joanino.

- *Link* de acesso ao *site* em português:

<https://rota71.webnode.pt/>

- *Link* de acesso ao *site* em inglês:

<https://paths-of-mercy.webnode.pt/>

- *Link* de acesso ao *site* em castelhano:

<https://caminos-de-misericordia-9.webnode.pt/>



- **Prospetos “Caminhos da Misericórdia”**



**Contactos:**

Palácio do Raio  
Rua do Raio, 4700 - 920  
Braga, Portugal

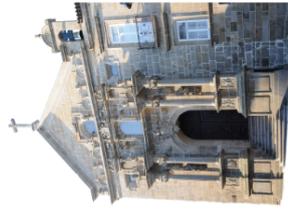
253 206 520

[www.scmbraga.pt](http://www.scmbraga.pt)  
[cimmb.praio@scmbraga.pt](mailto:cimmb.praio@scmbraga.pt)

**CAMINHOS DA  
MISERICÓRDIA**



Com mais de 500 anos de história, a Misericórdia de Braga é detentora de um valioso património que reuniu ao longo de séculos e que podemos conhecer de mais de perto ao longo desta viagem pelos Caminhos da Misericórdia.



## Igreja da Misericórdia

No centro da fachada principal da Igreja da Misericórdia, de estilo renascença italiana, podemos observar, por cima da janela, uma cartela circular de granito que indica a data em esta que foi finalizada: 1562. No seu interior podemos observar um magnífico retábulo em talha dourada, da autoria de Marceliano de Araújo.

## Igreja do Hospital de São Marcos



A Igreja de São Marcos, inserida no antigo Hospital de S. Marcos, foi projetada pelo arquiteto Carlos Amarante, em 1787, tendo sido inaugurada apenas em 1836. De estilo neoclássico, destaca-se a sua fachada convexa, que conjuga o templo central com os dois blocos civis que o enquadram, e que lhe confere uma notável plasticidade escultórica e pictórica.

## Capela de São Bentinho



A história da Capela de São Bentinho está diretamente ligada à história da Misericórdia de Braga e do hospital de São Marcos desde o século XVIII. Tornou-se um importante ponto de atração de doentes, familiares e devotos, que tentavam encontrar algum consolo espiritual neste local.

## Ala da Misericórdia no cemitério de Monte d'Arcos



A ala da Misericórdia no Cemitério de Braga localiza-se no patamar intermédio do Cemitério de Monte de Arcos. Podemos observar neste local grandiosos mausoléus, esculturas monumentais, jazigos-capelas e jazigos de grande valor arquitetónico, com diferentes elementos decorativos e simbólicos.

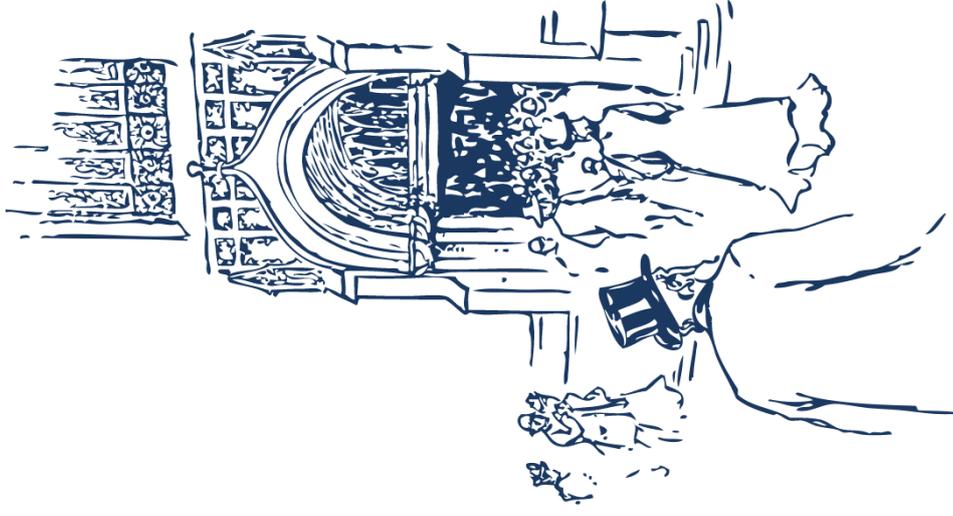
## Palácio do Raio



O Palácio do Raio, conhecido também como Casa do Mexicano, tem mais de 250 anos. Foi mandado construir entre 1752-54 por João Duarte de Faria e Silva. A obra do palacete foi encomendada ao arquiteto bracarense André Soares (1720-1769), tornando-se um dos mais ilustres edifícios de arquitetura de Braga, de estilo barroco joanino.

QRcode do site





# CAMINHOS DA MISERICÓRDIA



MEMÓRIAS DA MISERICÓRDIA DE BRAGA

## Contacts:

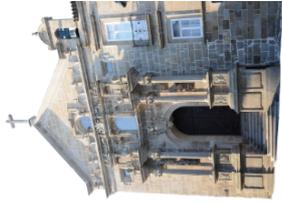
Palácio do Raio  
Rua do Raio, 4700 - 920  
Braga, Portugal

253 206 520

[www.scmbraga.pt](http://www.scmbraga.pt)  
[cimmb.praio@scmbraga.pt](mailto:cimmb.praio@scmbraga.pt)



With over 500 years of history, Misericórdia de Braga holds a valuable heritage that has gathered over the centuries, which we can get to know more closely along this journey of the Caminhos da Misericórdia.



## Igreja da Misericórdia

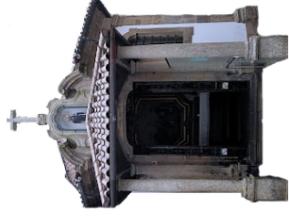
In the centre of the main façade, in Italian Renaissance style, it can be observed, above the window, a circular cartouche made of granite which indicates the date on which it was completed: 1562. Inside, we can see a magnificent altarpiece in gilded carving, by Marceliano de Araújo.

## Igreja do Hospital de São Marcos



The Igreja de São Marcos, located in the former Hospital de S. Marcos and supervised by the Santa Casa da Misericórdia of Braga, was designed by architect Carlos Amarante, in 1787, and was only inaugurated in 1836. Neoclassical style, its convex façade stands out, which combines the central temple with the two civil blocks that frame it, giving it a remarkable sculptural and pictorial plasticity.

## Capela de São Bentinho



The Capela de São Bentinho is also linked to the history of the Misericórdia of Braga and the hospital of S. Marcos since the 18th century. This place became a point of attraction for the sick, relatives and devotees, who tried to find some spiritual comfort in this place.

## Ala da Misericórdia no cemitério de Monte d'Arcos



The wing of the Misericórdia de Braga, it is located on the intermediate level of Monte de Arcos Cemetery. In this place, we can see grandiose mausoleums, monumental sculptures, chapel tombs and tombs of great architectural value with different decorative and symbolic elements.

## Palácio do Raio



The Palácio do Raio, also known as Casa do Mexicano, is over 250 years old. It was built between 1752-54 by João Duarte de Faria e Silva. The work on the palace it was commissioned by the architect André Soares from Braga (1720-1769), becoming one of the most illustrious architectural buildings in the city of Braga, in the Johannine Baroque style.

QRcode do site





**Contactos:**

Palácio do Raio  
Rua do Raio, 4700 - 920  
Braga, Portugal

253 206 520

[www.scmbraga.pt](http://www.scmbraga.pt)  
[cimmb.praio@scmbraga.pt](mailto:cimmb.praio@scmbraga.pt)

**CAMINHOS DA  
MISERICÓRDIA**



Con más de 500 años de historia, la Misericórdia de Braga detiene un valioso patrimonio que se ha ido acumulando a lo largo de los siglos y que podremos conocer más de cerca en este viaje por los Caminhos da Misericórdia.



## Igreja da Misericórdia

En el centro de la fachada principal de la iglesia, de estilo renacentista italiano, podemos ver, por arriba de la ventana, una cartela circular en granito que indica la data en que fue concluida: 1562. En el interior, podemos ver un magnífico retablo de talla dorada, de Marceliano de Araújo.

## Igreja do Hospital de São Marcos



La Igreja de São Marcos, ubicada en el antiguo Hospital de São Marcos y supervisada por la Santa Casa da Misericórdia de Braga, fue diseñada por el arquitecto Carlos Amarante, en 1787, y no fue inaugurada hasta 1836. De estilo neoclásico, se destaca su fachada convexa que combina el templo central con los dos bloques civiles que lo enmarcan y que le confiere una notable plasticidad escultórica y pictórica.

## Capela de São Bentinho



La Capela de São Bentinho está también vinculada a la historia de la Misericórdia de Braga y al hospital de S. Marcos desde el siglo XVIII. Este lugar se convirtió en un punto de atracción para los enfermos, familiares y devotos que intentaban encontrar algún consuelo espiritual.

## Ala da Misericórdia no cemitério de Monte d'Arcos



El ala de la Misericórdia de Braga se encuentra en el nivel intermedio del cementerio de Monte de Arcos. En este lugar podemos observar grandiosos mausoleos, esculturas monumentales, capillas y sepulcros de gran valor arquitectónico, con diferentes elementos decorativos y simbólicos.



## Palácio do Raio

El Palácio do Raio, también conocido como Casa do Mexicano, tiene más de 250 años. Fue mandado construir entre 1752-54 por João Duarte de Faria e Silva. Las obras del palacio fueron encargadas al arquitecto bracarense André Soares (1720-1769), convirtiéndolo en uno de los edificios arquitectónicos más ilustres de la ciudad de Braga, de estilo barroco joanino.

QRcode do site



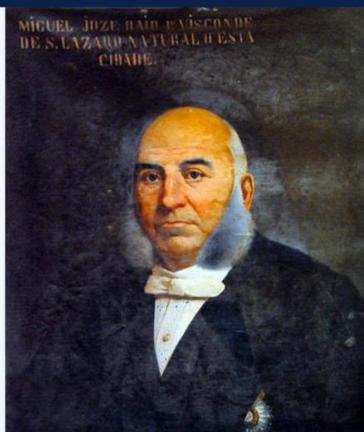
- **Contribuições para as Newsletters mensais**

- **Personalidades do mês**



# PERSONALIDADE DO MÊS

## Miguel José Raio



**Miguel José Raio**

Reprodução de retrato  
Séc. XIX  
Óleo sobre tela

Miguel José Raio era natural da freguesia da Sé, em Braga, onde nasceu a 7 de maio de 1814. Fez fortuna em Belém do Pará, no Brasil, e, quando regressou a Portugal, efetuou vários investimentos e apoiou diversas instituições de assistência. Comendador das Ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e Cavaleiro da Ordem de Cristo do Brasil, foi agraciado pelo rei D. Luís I, em 1870, com o título de Visconde de São Lázaro pela "criação de estabelecimentos d' instrução e de crédito" e pelos "actos d' exemplar caridade".

Miguel José Raio comprou o palacete a José Maria Duarte Peixoto em 1853, descendente de João Duarte Faria, e nele viveu até à sua morte. Durante este período mandou efetuar diversas obras e restauros no edifício e introduziu algumas mudanças estilísticas, imortalizado o seu nome no palacete.

O Visconde de São Lázaro morreu inesperadamente a 14 de agosto de 1875, encontrando-se no Bom Jesus do Monte.

Alguns anos depois, os seus herdeiros viram-se obrigados a entregar a maior parte dos seus bens ao Banco do Minho, instituição que ajudara a fundar, entre estes o Palácio do Raio, como forma de pagamento dos empréstimos contraídos.

**BIBLIOGRAFIA:** Reis, B., Providência, F., Rocha, M. J. M., Machado, M., Figueiredo, M., Guedes, M. & Soares, P. S., "De palacete dos Granjinhos a Pácio do Raio - a História de uma casa", in *Palácio do Raio: um olhar sobre a sua reabilitação*, Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2015.



# PERSONALIDADE DO MÊS

## S. Pedro Mártir de Verona

S. Pedro Mártir de Verona nasceu a 29 de junho de 1205, em Verona, Itália. Frequentou o estudo de Bolonha e ingressou na Ordem de S. Domingos. No ano de 1232 foi nomeado Inquisidor General de Itália por Gregório IX, fundador do Santo Ofício. Nessa mesma data, dirigiu-se para Milão como enviado papal com o intuito de defender a ortodoxia contra a heresia. Foi inquisidor em Milão e depois em Florença, onde terá fundado, no ano de 1246, a Confraria da Misericórdia, também designada como Bigallo.

A 6 de abril de 1252 foi assassinado num bosque quando se deslocava de Como a Milão, devido às inimizades que o seu cargo lhe tinha trazido, tendo sido morto com um cutelo na cabeça e um punhal no peito.

Originalmente a imagem de S. Pedro Mártir presidia a um dos altares laterais da igreja da Misericórdia. Santo padroeiro do Santo Ofício, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o mordomo e o juiz da confraria dos familiares do Santo Ofício pediam licença à Santa Casa para a realização da festa em honra do santo neste altar.



Escultura  
Séc. XVIII  
Madeira policromada, vidro e metal  
CIMMB - Sala VIII

#### BIBLIOGRAFIA:

Gómez-Chacón, D. L., "San Pedro Mártir de Verona. Revista Digital de Iconografía Medieval", VI(11), 2014, pp. 79-96.

Braga, P. D., "Uma confraria da Inquisição: a irmandade de S. Pedro Mártir (breves notas)", Arquipélago - Revista da Universidade dos Açores, II, 1997, pp. 449-458.

Novais, Cláudia Sofia Bastos Carvalho, *Manifestações festivas na Misericórdia de Braga (século XVIII)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2017, pp. 68-69, dissertação de Mestrado policopiada.

# PERSONALIDADE DO MÊS

## Santa Rosa de Lima

Santa Rosa de Lima nasceu a 30 de abril de 1586 em Lima, no Peru. O seu nome era Isabel Flores y Oliva mas, devido à sua beleza excepcional, mudaram-no para Rosa, tendo sido acrescentado também o de Santa Maria, como expressão do amor que nutria pela Virgem, à qual recorria frequentemente para pedir proteção. A mudança oficial do seu nome ocorreu quando ela tomou o hábito da Ordem Terceira Dominicana.

Santa da América do Sul, padroeira do Peru, das Filipinas e de toda a América Latina, dedicou a sua vida a Jesus, de quem teria recebido visitas e o dom dos milagres. Era visitada constantemente pela Virgem Maria, afirmando-se também que teria sempre junto de si o seu anjo da guarda. Em vida foram-lhe atribuídos muitos milagres de cura, conversões, propiciação das chuvas e ainda o impedimento da invasão de Lima, em 1615, pelos piratas holandeses.

Faleceu a 24 de agosto de 1617, aos 31 anos de idade, devido a uma doença prolongada, tendo as suas últimas palavras sido "Jesus está comigo!". Adorada por multidões, foi beatificada em 1668 por Papa Clemente IX e canonizada no ano de 1671 pelo Papa Clemente X.

A sua festa litúrgica celebra-se a 23 de agosto no Calendário Romano e a 30 de agosto no Peru.



Séc. XVIII  
Óleo sobre tela  
CIMMB - Sala VII

#### BIBLIOGRAFIA:

Macedo, A. S., Reis, B., Cunha, M., Machado, M., Meireles, M. J., Araújo, M. M. L., ... Ferreira, R. M., *Misericórdia de Braga. Apontamentos históricos*, Braga: Santa Casa da Misericórdia, 2015.  
Kubiak, E. (2019). Dos beaterios de Santa Rosa de Lima en Cusco: su historia y su arte. *Estudios Latinoamericanos*, 39, 215-243.



# PERSONALIDADE DO MÊS

## Frei Bartolomeu dos Mártires

Frei Bartolomeu dos Mártires, nascido em Lisboa no dia 3 de maio de 1514, foi nomeado Arcebispo de Braga a 27 de janeiro de 1559, pelo Papa Paulo IV.

Frei Bartolomeu dos Mártires foi o responsável pela passagem da administração do Hospital de S. Marcos para a Santa Casa de Braga. No decorrer da sua prelatura ofertou à instituição uma esmola mensal de 800 reais e assistiu à conclusão da construção da sua Igreja, processo iniciado e amplamente desenvolvido pelo seu antecessor D. Frei Baltasar Limpo.

Em Viana do Castelo lavrou o contrato de fundação do Convento de S. Domingos, a 12 de novembro de 1560. Anos mais tarde benzeu a primeira pedra da igreja de Santa Cruz, no convento mencionado, e em 1571 celebrou a primeira missa.

A 23 de fevereiro de 1582 renunciou ao Arcebispado e recolheu-se no Convento de S. Domingos, em Viana do Castelo, vindo a falecer nesse mesmo local no dia 16 de julho de 1590, tendo sido sepultado na sua igreja.

No ano de 1716 foi entregue, na Sagrada Congregação dos Ritos, um processo para beatificação de D. Frei Bartolomeu dos Mártires planificado por D. Rodrigo de Moura Teles, desde 1705. Este processo adquiriu solene promulgação no ano de 1845 e no ano de 2001 o Papa João Paulo II procedeu à sua beatificação. Foi canonizado pelo Papa Francisco em 10 de novembro de 2019.



Séc. XIX  
Óleo s/ tela  
CIMMB - Sala III

#### BIBLIOGRAFIA:

Barbosa, B. M. G., *Ação caritativa de D. Frei Bartolomeu dos Mártires (Master's Thesis)*, Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2019.  
Macedo, A. S., Reis, B., Cunha, M., Machado, M., Meireles, M. J., Araújo, M. M. L., ... Ferreira, R. M., *Misericórdia de Braga. Apontamentos históricos*, Braga: Santa Casa da Misericórdia, 2015.

○ Peças do mês



# PEÇA DO MÊS



## Cascata Sanjoanina

*As festas de São João de Braga surgiram em 1150, data em que foi fundada uma igreja em honra de São João na cidade. No decorrer do século XVI estas festividades, onde o profano se fundia com o religioso, afirmaram-se como uma das festas de São João que mais pessoas envolvia, principalmente em número de espectadores.*

*O S. João é festejado em diversas localidades portuguesas com tradições idênticas: cascatas sanjoaninas, manjericos, cortejos alegóricos, martelos e, ainda, os alhos porro.*

*A tradição das cascatas sanjoaninas surgiu no século XVII possivelmente devido ao hábito de montar presépios. Estas cascatas consistem na construção de uma “aldeia” numa encosta com pequenas casas e na colocação de diversas figuras que simbolizam profissões, possuindo, também, uma cascata de água. Normalmente, a mesma é encimada por uma figura de São João.*

**BIBLIOGRAFIA:**

<https://www.saojoaobraga.pt/sao-joao-de-braga-historia/>

<https://rfm.sapo.pt/content/7494/sao-joao-santo-bonito-e-a-origem-da-cascata-sanjoanina>

*Cada vez mais atrativas não só para os bracarenses como também para pessoas do exterior, as festas de São João de Braga tornaram-se as maiores festas da cidade de Braga.*



**Cerâmica tradicional  
Coleção privada**

# PEÇA DO MÊS



## Visitação

Conjunto escultórico originalmente localizado na porta lateral da Igreja da Misericórdia, foi substituído por uma réplica por questões de conservação.

A datação do conjunto da Visitação acerca-se de 1660, ano em que chegaram a Braga "três carros de barro para as imagens das portas que se ham de fazer".

Conhecido por "As Abraçadas", este conjunto simboliza a visitação de Maria a sua prima Santa Isabel. Ambas posicionam-se no centro desta composição, ladeadas pelos seus esposos, S. José e S. Zacarias. Em remate deste conjunto encontram-se dois *putti*, que anunciam a gravidez de Santa Isabel.

O mistério gososo da Visitação foi selecionado pelas Misericórdias para relembrar a caridade, o acolhimento e a vivência das Obras de Misericórdia. A simbologia deste conjunto escultórico serve de fundamento à atuação dos irmãos da Misericórdia, especialmente quando executam as Obras de Misericórdia.

#### BIBLIOGRAFIA:

Macedo, Cónego António, *Igreja da Misericórdia: História Breve*. Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2010.

#### CONJUNTO DA VISITAÇÃO

1660

Terracota policromada

Dois anjos rematam o conjunto composto por S. José, Virgem Maria, Santa Isabel e S. Zacarias.

IGREJA DA MISERICÓRDIA DE BRAGA



○ Galeria Beneméritos e Provedores



ESTÁTUA DE D. PEDRO V

Inaugurada a 31 de julho de 1879. Mandada erigir pelo Cônego José Narciso da Costa Rebelo e Joaquim José da Costa Rebelo, Barão da Gramosa, para prestar homenagem ao Rei D. Pedro V (1837-1861). Encontra-se no centro da Praça Mouzinho de Albuquerque, também conhecida por Campo Novo.

**FONTE:** <https://www.cm-braga.pt/pt/1201/conhecer/historia-e-patrimonio/patrimonio-cultural/patrimonio-estatuario/item/item-1-11958>

## JOAQUIM JOSÉ DA COSTA REBELO

**PROVEDOR ENTRE 1853 E 1856**

**FIDALGO DA CASA REAL, COMENDADOR DA ORDEM DE N. SENHORA DA CONCEIÇÃO, CAVALEIRO DE CRISTO E 1º BARÃO DA GRAMOSA**

**DATA DE NASCIMENTO:** 15 DE MAIO DE 1785  
BRAGA

**FALECIMENTO:** 10 DE MAIO DE 1875 (90 ANOS)  
BRAGA

FILHO DE JOSÉ JOAQUIM DA COSTA REBELO E DE D. CUSTÓDIA MARIA DE JESUS.

IRMÃO DO ARCEBISPO DO PORTO D. JERÓNIMO JOSÉ DA COSTA REBELO E DO CÔNEGO JOSÉ NARCISO DA COSTA REBELO.

VIVIA NO ANTIGO CAMPO DE SANTA ANA, NA CASA QUE TINHA SIDO HOSPÍCIO DOS RELIGIOSOS CAPUCHOS DE S. FRUTUOSO.

FOI DELEGADO DO RECEBEDOR GERAL NA PROVÍNCIA DO MINHO E PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA EM 1866-68.

**FONTE:**  
<https://www.scmbraga.pt/irmandade/provedores>  
<https://www.arqnet.pt/dicionario/gramosa1b.html>



**ESTÁTUA DE SANTOS DA CUNHA**

Edificada pela Câmara de Braga para prestar homenagem ao Comendador Santos da Cunha. Foi inaugurada a 10 de novembro de 1984, tendo sido implantada na rotunda que recebeu o seu nome.

A estátua, em bronze, criada por Leopoldo de Almeida, representa Santos da Cunha num pedestal, parecendo estar a saudar as pessoas que entram em Braga.

**FONTE:**

<https://www.cm-braga.pt/pt/1201/conhecer/historia-e-patrimonio/patrimonio-cultural/patrimonio-estatuario/item/item-1-11954>

## ANTÓNIO MARIA SANTOS DA CUNHA PROVEDOR 1962-1969

**Data de nascimento:** 10 de novembro de 1911, Braga  
**Falecimento:** 26 de março DE 1972 (60 anos), Braga

António Maria Santos da Cunha foi um dos mais importantes defensores dos interesses da cidade de Braga.

Das diversas funções que desempenhou destaca-se a Presidência da Câmara Municipal de Braga, entre 1949-1961.

Foi Oficial da Ordem da Instrução Pública e Comendador da Ordem Militar de Cristo. Para além disto, foi ainda Governador Civil do Distrito de Braga entre 1968 e 1972, Deputado da Assembleia Nacional durante duas legislaturas e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga.

**FONTE:**

<https://www.scmbraga.pt/irmandade/provedores>  
<https://www.cm-braga.pt/pt/1201/conhecer/historia-e-patrimonio/patrimonio-cultural/patrimonio-estatuario/item/item-1-11954>

- **Publicações nas redes sociais do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga**
- Personalidade do mês: São Pedro Mártir de Verona



S. Pedro Mártir de Verona nasceu a 29 de junho de 1205, em Verona, Itália. Frequentou o estudo de Bolonha e ingressou na Ordem de S. Domingos.

No ano de 1232 foi nomeado Inquisidor General de Itália por Gregório IX, fundador do Santo Ofício. Nessa mesma data, dirigiu-se para Milão como enviado papal com o intuito de defender a ortodoxia contra a heresia. Foi inquisidor em Milão e depois em Florença, onde terá fundado, no ano de 1246, a Confraria da Misericórdia, também designada como Bigallo.

A 6 de abril de 1252 foi assassinado num bosque quando se deslocava de Como a Milão, devido às inimizades que o seu cargo lhe tinha trazido, tendo sido morto com um cutelo na cabeça e um punhal no peito.

Originalmente a imagem de S. Pedro Mártir, santo padroeiro do Santo Ofício ao longo dos séculos XVII e XVIII, presidia a um dos altares laterais da igreja da Misericórdia

O mordomo e o juiz da confraria dos familiares do Santo Ofício pediam licença à Santa Casa para a realização da festa em honra do santo neste altar.



o Celebrações Sanjoaninas no Palácio do Raio



**Celebrações  
Sanjoaninas no  
Palácio do Raio**

VENHA VISITAR-NOS E  
CONHECER A NOSSA  
EXPOSIÇÃO DE BONECOS  
ARTESANAIS.  
ESTAMOS À SUA ESPERA!



## Cascata Sanjoanina

**As festas de São João de Braga surgiram em 1150, data em que foi fundada uma igreja em honra de São João na cidade. No decorrer do século XVI estas festividades, onde o profano se fundia com o religioso, afirmaram-se como uma das festas de São João que mais pessoas envolvia, principalmente em número de espectadores.**

**O S. João é festejado em diversas localidades portuguesas com tradições idênticas: cascatas sanjoaninas, manjericos, cortejos alegóricos, martelos e, ainda, os alhos porro.**

**A tradição das cascatas sanjoaninas surgiu no século XVII possivelmente devido ao hábito de montar presépios. Estas cascatas consistem na construção de uma “aldeia” numa encosta com pequenas casas e na colocação de diversas figuras que simbolizam profissões, possuindo, também, uma cascata de água. Normalmente, a mesma é encimada por uma figura de São João.**

- Cartazes



# DIA DA CRIANÇA

## VISITA AO CIMMB + JOGO INTERATIVO

SERVIÇO EDUCATIVO DO CIMMB-SEMPR!CRIANÇA

### ATIVIDADE RAIIO-X

- Visualização de filme de apresentação do Palácio do Raio
- Visita Livre ao Palácio do Raio
- Jogo interativo

**PÚBLICO ALVO:** crianças dos 6 aos 12 anos

DIA: 1 DE JUNHO

**TERÇA-FEIRA**

**Tarde:** 14h30 às 18h00\*

INSCRIÇÕES:

Mediante marcação/reserva antecipada, de acordo com as normas da DGS e com os horários indicados:

\*última entrada é feita 30 minutos antes do encerramento



Mais informações: [cimmb.praio@scmbraga.pt](mailto:cimmb.praio@scmbraga.pt) | 253 206 520



MEMÓRIAS DA  
MISERICÓRDIA  
DE BRAGA  
CENTRO INTERPRETATIVO





## Celebrações Sanjoaninas no Palácio do Raio Casca Sanjoanina

*Vamos ao Palácio do Raio cantar  
Cantigas de S. João  
Para o Turco cantar  
Esta linda canção.*

**VENHA VISITAR-NOS E CONHECER A NOSSA  
EXPOSIÇÃO DE BONECOS ARTESANAIS.**

**ESTAMOS À SUA ESPERA!**



MEMÓRIAS DA  
MISERICÓRDIA  
DE BRAGA  
CENTRO INTERPRETATIVO

